

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ÁREA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAMILA MENDONÇA PEREIRA

**ABOLIÇÃO E CATOLICISMO
A Participação da Igreja Católica na Extinção da
Escravidão no Brasil.**

**NITERÓI
2011**

CAMILA MENDONÇA PEREIRA

ABOLIÇÃO E CATOLICISMO
A Participação da Igreja Católica na Extinção da
Escravidão no Brasil.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Cultural

Orientadora: Prof^a Dr^a Martha Campos Abreu

NITERÓI
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P436 Pereira, Camila Mendonça.

Abolição e Catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil / Camila Mendonça Pereira. – 2011.

140 f. ; il.

Orientador: Martha Campos Abreu.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 134-140.

1. Igreja Católica – Aspecto histórico - Brasil. 2. Igreja Católica – Clero. 3. Abolição da escravatura. I. Abreu, Martha Campos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 282.81

CAMILA MENDONÇA PEREIRA

ABOLIÇÃO E CATOLICISMO

A Participação da Igreja Católica na Extinção da Escravidão no Brasil.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Cultural

Aprovada em ___/___/2011

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Martha Campos Abreu (orientadora)

Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Claudia Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO

Profº Drº Andrea Pessanha

Universidade UNIABEU

*Para Bruno, Arzelino
e Maria Eunice*

RESUMO

O presente trabalho investiga a participação do clero brasileiro no processo abolicionista. A historiografia indicou uma ausência dos membros da alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil na questão escravista, mesmo durante o período em que o movimento abolicionista ganhou força entre diversos grupos da sociedade. As informações que foram difundidas pelos jornais da época e alguns escritos dos próprios membros do clero não condizem com essa acusação. O que pude averiguar foi uma efetiva campanha pelo fim do cativeiro realizada pelos prelados brasileiros. Essa campanha emancipacionista, porém, possuía seus próprios elementos ligados ao interesse desse grupo social específico.

Palavras-chave: Igreja Católica, Abolição, Clero.

ABSTRACT

This paper investigates the participation of the Brazilian clergy in the abolitionist process. . A historiografia indicou uma ausência the members of the high hierarchy of the Catholic Church in Brazil about the proslaver issue, even during the period in which the anti-slavery campaigner became strong among different groups of the society. The informations which were broadcasted by the papers of the period and some documents of the very members of the clergy did not conform with this acusation. What could be ascertained was an effective campaing for the ending of the captivity accomplished by the Brazilian prelates. This abolitionist campaign, however, had its own elements related to the interest of this specific social group.

Key Words: Catholic Church, Abolition, Clergy.

AGRADECIMENTOS

Foi longa toda a minha trajetória até a conclusão deste trabalho, e muitos foram os sujeitos ativos que contribuíram para eu construí-la e chegar ao sucesso final. É impossível colocar em tão pouco espaço todos aqueles que, de alguma maneira, me ajudaram durante esses anos. Mas me dispus a correr esse risco e citar alguns nomes.

Agradeço aos meus amigos “acadêmicos” com quem estive junto desde o tempo da graduação e que levei para mais essa etapa da minha vida acadêmica. A Camila Marques minha gratidão por ter sido com quem não só dividi o espaço e as contas, mas também todas as angústias que passamos até chegar o fim dessa etapa. A Luciana Leonardo, a minha “criança”, com quem ria do drama que sofríamos para elaborar as nossas dissertações. Ao amigo Eric Brasil, com quem troquei muitas idéias sobre o processo abolicionista, e cujas palavras foi de grande valia para o desenvolvimento da minha pesquisa. A Matheus Serva meu agradecimentos pelos jornais paulistas que muito me ajudaram na elaboração desse texto. A Luana Oliveira, que, mesmo à distância, com toda a sua tranquilidade me acalmava nos momentos de desespero. Luiz Gustavo Cota, quem me indicou várias leituras e fontes e se disponibilizou para qualquer outra ajuda. As indicações desse mineiro foram fundamentais para a elaboração desse texto final, sem nem mencionar o envio de algumas fontes, sem o qual dificilmente teria acesso.

Também devo muitos agradecimentos as minhas companheiras Daniella Rios, Monica Siqueira, Maely Rodrigues e Charbelle Rodrigues que acompanharam toda a minha trajetória acadêmica desde o tempo do vestibular. Obrigada por, cada uma a sua maneira, terem compreendido a minha ausência em momentos tão importantes e, mesmo com a distância física que surgiu entre nós, encontraram meios de renovar o meu ânimo e aumentar a minha motivação. Agradeço também a uma amiga que apareceu quando não parecia mais ser capaz de encontrar uma amizade tão profunda, Krycia Perni, uma vascaína roxa, que sempre me colocou para cima e ria do meu estresse, obrigada por toda alegria que trouxe nesses últimos momentos de desenvolvimento desse trabalho. A elas toda a minha amizade e meu carinho.

Agradeço a toda família Mendonça por me apoiar sempre e por estar ao meu lado em todos os momentos. Aos meus primos Renata e Marcelo que sempre diziam:

“você é capaz” e com palavras de coragem, me ajudaram a não deixar a peteca cair em nenhum instante.

Um obrigado todo especial para a professora Hebe Mattos, com quem aprendi muito no tempo do projeto Petrobrás, e quem sempre foi uma inspiração e um exemplo de historiadora. Para minha orientadora Martha Abreu, devo muitos agradecimentos, por ter sido quem me ajudou a cumprir todos os prazos e me indicou as melhores escolhas. Toda a sua animação foi fundamental para chegar até aqui, sendo muito mais do que uma orientadora, mas também uma “mãe” que acolhe todos os seus orientandos e vibra com ele por todas as suas conquistas, sejam elas profissionais ou pessoais. Por isso, meu muito obrigado.

Não esqueceria das duas pessoas fundamentais, que acompanharam de perto todas as minhas alegrias e os meus sofrimentos, que me ajudaram com todo o apoio que um pai e uma mãe poderiam dar. Eles me deram todo o suporte e me ensinaram que mesmo que tudo pareça estar perdido sempre podemos virar o jogo se permanecermos juntos. Muito obrigado a Maria Eunice e Arzelino por terem me ajudado a dar os primeiros passos, mas sem deixar de me ensinar a caminhar sozinha.

Por último, e nem por isso menos importante, aquele com quem divido não só as angústias do mestrado, mas com quem encolhi dividi toda a minha vida. Obrigado Bruno por me mostrar que eu era capaz de chegar até aqui, obrigado por acreditar em mim quando nem eu mesmo era capaz de acreditar, obrigado por todas as lindas palavras que me animavam e me faziam levantar e seguir em frente. E principalmente por respeitar os meus momentos de fúria, de choro, de alegrias e de desespero. A ele, que é a “pessoa estranha que mais amo”, todo o meu agradecimento.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I: Abolicionismo e catolicismo: uma perspectiva historiográfica	17
1.1. A abolição	18
1.2. A Igreja Católica no contexto da abolição	24
1.3. Catolicismo, escravidão e Abolição	30
1.4. Razão Colonial e Razão Nacional	37
Capítulo II: O abolicionismo cristão: o caso do catolicismo brasileiro	44
2.1. O Pensamento Emancipacionista Católico	44
2.2. O 13 de maio e as suas comemorações.....	63
Capítulo III: E depois? O projeto católico para o tempo da liberdade	78
3.1. A Rosa de Ouro	78
3.2. A Rosa de Ouro e as suas repercussões	99
3.3. E depois de 1888?	108
3.4. Os libertos	112
Considerações Finais	130
Bibliografia	135

INTRODUÇÃO

É longa e estreita a minha relação com o 13 de maio e, por isso, o tema da abolição da escravidão no Brasil sempre me soou como um atrativo. Ao seguir com esse tema de pesquisa, escolhi como objeto os festejos em comemoração a aprovação da Lei Áurea durante uma década (1888-1898) na corte imperial. Esse projeto, porém, mostrou-se muito extenso para ser realizado no prazo estabelecido para a conclusão curso do mestrado. Diante desse problema temporal, a pesquisa necessitou de um recorte, e assim foi feito.

Já durante as minhas incursões pelos jornais que noticiavam as festas da abolição, me chamava atenção a grande quantidade de celebrações religiosas em comemoração a abolição da escravatura. Além disso, já havia me dedicado a leitura do jornal católico *O Apóstolo*, que noticiava, de modo particular, as festas que tomaram conta das ruas da cidade durante o maio de 1888 e dos anos que o sucederam. Essa presença da Igreja Católica nos festejos da abolição, porém, não era comprovada pela bibliografia sobre o tema, na qual encontrei um certo silêncio sobre a posição da Igreja Católica em relação a questão servil.

Ao me preparar para uma aula, a ser ministrada na semana do carnaval, elaborei uma pesquisa sobre as letras de samba que contavam acontecimentos da história do Brasil. Encontrei, então, um enredo que fazia menção a rosa papal¹. A letra de *Sublime Pergaminho* resgatou da minha memória uma sugestão dada pela professora Mariza Soares sobre o fato de o Papa ter enviado uma Rosa de Ouro à Princesa Isabel pela ocasião da assinatura da Lei Áurea. A lembrança do “mimo” papal me despertou uma série de questões: como os clérigos contemporâneos à abolição agiram diante dos acontecimentos de maio de 1888? Como se afirmaram enquanto atuante no processo abolicionista? Como foi marcada a participação da Igreja Católica na conquista da liberdade? Por que a participação da elite eclesiástica não aparecia na historiografia, mas apareceu no samba de 1968? Por quais razões o Papa interveio na questão escravista no Brasil? Qual foi a influência de suas intervenções? Qual projeto de Brasil livre foi defendido pelo clero brasileiro?

¹ Nilton Russo, Zeca Melodia e Carlinhos Madrugada. “Sublime Pergaminho”. Samba apresentado pela São Lucas em 1968.

Na segunda metade do século XIX, o catolicismo brasileiro vivia sob influência do movimento ultramontano que pregava a obediência às determinações provenientes de Roma. Nesse sentido, uma palavra pronunciada por Leão XIII, o então chefe supremo da Igreja Católica, poderia mobilizar o clero no Brasil para a defesa da abolição da escravidão com mais afinco. Foi o abolicionista Joaquim Nabuco que, com a ajuda dos britânicos ², foi a Roma e conseguiu do Papa tal pronunciamento, por meio da encíclica *In Plurimis*. Nabuco congregava da mesma opinião do patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada, que em sua *Representação* a Assembléia Constituinte, declarou a potencialidade da Igreja Romana na luta pela liberdade dos cativos ³.

A partir do estudo de fontes específicas, muitos estudiosos afirmaram que a Igreja Católica Brasileira não participou da luta pela abolição, é o caso de Riolando Azzi e José Oscar Beozzo, ambos historiadores da Igreja Católica, e também de José Murilo de Carvalho. Se a Igreja não teve nenhuma interferência de grande importância na abolição da escravidão, como o oferecimento da Rosa de Ouro foi lembrado no samba composto em 1968? Tal questão começou a ser desvendada quando iniciei a pesquisa em outras fontes, além dos intelectuais do século XIX, sobretudo nos jornais da época, que mostravam uma presença significativa da Igreja Católica nas comemorações da abolição e no próprio movimento libertador ⁴.

O trabalho, então, envolveu uma pesquisa sobre quais os tipos de argumentos antiescravistas foram patrocinados pelo clero e qual foi a sua interferência na conquista da liberdade dos escravos. Além disso, passou a ter importância a perspectiva de um Brasil livre na visão da elite eclesiástica, sobretudo no que tocava o futuro dos libertos.

Diversos grupos sociais e instituições estiveram envolvidos no processo abolicionista e na posterior construção de sua memória. Uma delas foi a Igreja Católica, representada aqui pelos prelados com cargos eclesiásticos no Brasil. A elite eclesiástica brasileira esteve diretamente ligada à questão servil e o principal veículo de divulgação e defesa das suas ideias sobre a emancipação dos cativos foi o jornal *O Apóstolo*, com circulação na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1866 e 1901.

² CARVALHO, José Murilo & BETHELL, Leslie. *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos: correspondências 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks.

³ ANDRADA, José Bonifácio. *Representação*. 1823.

⁴ *O Amigo do Escravo*. 27 outubro de 1883. Esse jornal cuja missão era lutar “como soldado bisonho, mas cheio de entusiasmo pela causa que advoga – a redenção do cativo”, publicou um texto sobre a participação do clero na causa abolicionista em 1883.

Em 1983, o Frei Oscar Figueiredo Lustosa publicou um artigo intitulado *Os bispos do Brasil e a imprensa*, no qual afirmou que a atividade jornalística marcou a ação da Igreja sobre a sociedade brasileira. A imprensa foi um veículo utilizado, bem ou mal, pela hierarquia eclesiástica e pelos católicos “para defender a fé e os costumes, para reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e em uma palavra, para informar e formar”⁵. Nos anos de 1870 a 1900, segundo o autor, o jornalismo católico estava em uma fase de consolidação, e sua principal missão era fortalecer-se diante dos seus inimigos uma vez que a Igreja enfrentara a “Questão Religiosa”. Os periódicos católicos que circulavam durante esses anos estabeleceram relações com o movimento de agitação e transformação da sociedade brasileira, entre os quais estavam a imigração e a campanha pela emancipação escrava⁶.

O Apóstolo marcou essa fase de consolidação da imprensa católica, pois, embora nascido na década anterior, se firmou ao tempo da “Questão Religiosa” e foi o primeiro periódico católico a tentar tornar-se diário em 1874/1875, conseguindo, cerca de um ano, circular todos os dias pelas ruas da corte. Esta folha religiosa alcançou uma penetração significativa em várias regiões do país, onde mantinha agentes e correspondentes. Entre seus colaboradores havia figuras de grande projeção nos meios eclesiásticos de então, como o Monsenhor José Gonçalves Ferreira, o senador Autran de Albuquerque (de Pernambuco), o padre João Esberard e o jornalista Antônio Manuel dos Reis⁷.

A proliferação de jornais católicos, segundo Lustosa, acompanhou uma tomada de consciência da importância da imprensa num meio social aberto aos problemas e às novas conjunturas de transição, diante dos quais a Igreja precisa se posicionar e agir. Daí se compreende a tendência de valorizar *O Apóstolo*, periódico católico da Corte. Semelhante valorização foi realizada por alguns líderes que queriam equacionar os problemas da Igreja num plano de articulação nacional, tanto na área das atividades pastorais como na do periodismo católico⁸.

O jornal *O Apóstolo* foi fundado pelo reitor do Seminário São José, que se responsabilizou pela edição até a sua morte, em 1883. Entre os anos de 1869 e 1890, o

⁵ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. “*Os bispos do Brasil e a Imprensa*”. In: Cadernos de História da Igreja 2. São Paulo: Edições Loyola, 1983. p.8

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

então bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda fez do jornal uma espécie de órgão oficial da sua diocese, tornando-o um dos maiores porta-vozes da política de romanização e do pensamento ultramontano no Brasil ⁹.

O Apóstolo também difundiu opiniões antiescravistas, e pretendia influenciar a decisão moral sobre a integração dos libertos na sociedade brasileira. O jornal católico assumiu uma posição contrária às teorias científicas e racistas, além disso, representou uma posição alternativa em relação aos pessimismos da integração dos libertos ¹⁰.

O Apóstolo, como representante das concepções dos membros do alto clero, tornou-se um material fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Por ser um órgão da imprensa, essa folha deveria ser incluída em sua historicidade, ser considerada como parte constituinte do processo histórico e não só como um registro dos acontecimentos ¹¹. A imprensa, por isso, na concepção de Maria Peixoto e Heloísa Cruz, deve ser analisada como um sujeito social, que realizava ações e intervenções, que participava dos acontecimentos, e não, apenas, como seu mero registro, mas, sim como parte deles ¹². *O Apóstolo* era parte integrante da realidade na qual estava inserido e, por isso, participava das lutas que faziam parte dela ¹³.

A imprensa está inserida numa rede social formada por forças e interesses opostos que se correlacionam ¹⁴. Sendo assim, os produtos midiáticos, entre eles a imprensa, segundo Marta Barbosa, são produzidos num campo de disputas e por isso representa apenas uma das partes que está envolvido nesse embate social ¹⁵. Ao investigar a posição que é assumida pelo órgão da imprensa, podemos “desvendar os sujeitos sociais e as formas em ação, produzindo intervenções” ¹⁶. Nesse sentido, *O Apóstolo* se torna uma possibilidade para compreender como a elite eclesiástica brasileira se envolveu na luta pela liberdade. *O Apóstolo* intervinha na realidade em que

⁹ ABREU, Martha. “*Perspectiva de controle e caminhos de tolerância: 1855-1900*”. In: **O Império do Divino**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999. P.249-346.

¹⁰ ABREU, Martha. “*Pensamento Católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro, 1870-1890*”. In: Pamplona, Marco A. (org.). **Escravidão, exclusão e cidadania**. Rio de Janeiro: Access, 2001. P.75-105.

¹¹ PEIXOTO, Maria do Rosário & CRUZ, Heloisa de Faria. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. IN: História: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história. PUC-SP, n° 35. São Paulo: Dezembro2007. p.255-272.

¹² BARBOSA: Marta Emisia Jacinto. “Sobre História: Imprensa e Memória”. In: MACIEL, Laura; ALMEIDA, P. KHOURY, Y. (ORG). Outras histórias: memórias e linguagens. SP: Olho D’água. Dezembro/ 2006. p.262-272.

¹³ PEIXOTO, Maria do Rosário & CRUZ, Heloisa de Faria. Op. Cit.

¹⁴ BARBOSA: Marta Emisia Jacinto. Op. Cit.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem. p.263.

estava inserido e, de acordo como Maria Peixoto e Heloísa Cruz, a imprensa “modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais”¹⁷.

A imprensa, no século XIX, configurou-se como um campo privilegiado dos conflitos sociais e culturais. Especificamente sobre a imprensa católica, muitas vezes, a sua relação com outros periódicos era difícil e conflituosa. Algumas polêmicas ganharam dimensões nacionais, sendo sinais da luta em que a Igreja se empenhou tanto no plano da mentalidade como no plano da política e dos costumes. Os jornais que circulavam pelo Brasil, tanto os leigos como os religiosos, expressavam uma cultura específica que, como alerta Thompson, sofria mudanças contínuas e era local de disputas de interesses opostos. A cultura, segundo o historiador inglês, abarcava elementos antagônicos e por isso possuía contradições, fraturas e discordâncias¹⁸.

Para encontrar o discurso da elite eclesiástica brasileira sobre a questão servil e como ela entrava em conflito com outros projetos emancipacionistas, recorri ao índice dos editoriais de *O Apóstolo*¹⁹. A partir dessa consulta me dediquei a determinados números para identificar a posição dos clérigos sobre a abolição da escravatura e o projeto que ela estava construindo para um Brasil livre. A partir daí foi utilizada outras fontes, como outras vozes sobre o assunto, entre elas estão cartas pastorais, livros de intelectuais da época e estatutos de associações.

Foi nesse quadro cultural de conflitos, que a Igreja Católica usou a imprensa para tentar equilibrar interesses opostos, defender a abolição e a inclusão dos libertos na “grande família brasileira” e, ao mesmo tempo, advogar pela manutenção da ordem social vigente por meio das relações de dependência garantidas pela gratidão.

Essas eram as proposições básicas defendidas pela elite eclesiástica brasileira acerca do fim da escravidão e as suas consequências. Para chegar a elas foram acessadas uma série de fontes, como por exemplo, *O Apóstolo* e outros periódicos, cartas pastorais, a encíclica papal, discursos, imagens, entre outras. Para sistematizá-las e analisá-las foi elaborado todo um roteiro de trabalho cujos resultados estão sendo apresentados aqui em três capítulos.

¹⁷ PEIXOTO, Maria do Rosário & CRUZ, Heloisa de Faria. Op. Cit. p.260.

¹⁸ THOMPSON, E. P. “Folclore, Antropologia e História Social”. IN: Antonio Luigi Negro & Sergio Silva (orgs.) *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

¹⁹ Esse índice foi elaborado por Andrea Marzano sob orientação de Martha Abreu., mas ainda não foi publicado.

No primeiro realizei um debate historiográfico sobre a abolição da escravidão no Brasil, a conjuntura da Igreja Católica na segunda metade do século XIX, e a participação do clero no processo abolicionista. O objetivo específico desse capítulo é inserir esta pesquisa na discussão pré-existente sobre o tema, assim como realizar um levantamento sobre as concepções dos pesquisadores que já haviam estudado o assunto. Também foi nessa parte do texto que contextualizei o meu objeto de estudo no tempo e no espaço, inserindo-o numa realidade social que lhe era própria.

No segundo capítulo, apresentei as diretrizes do pensamento emancipacionista católico, como o incentivo às alforrias, a defesa da manutenção da ordem e o gradualismo. Com a radicalização do movimento abolicionista e o aumento da rebeldia escrava, no entanto, os clérigos iniciaram uma nova frente de luta: a abolição imediata, para evitar qualquer ataque à ordem social estabelecida. Nessa parte também foi apresentada a participação da elite eclesiástica nas celebrações em comemoração ao fim da escravidão no Brasil. O destaque dessa participação foi a celebração da grande missa do Campo de São Cristovão que marcou a abertura dos festejos promovidos pela Comissão de Imprensa Fluminense. Nesse segundo capítulo, a ofensiva foi sobre o envolvimento da Igreja Católica, por meio das ações dos membros do clero, no acontecimento de maio de 1888.

No terceiro e último capítulo, expus qual projeto foi elaborado pelos eclesiásticos para a nação brasileira após a conquista da liberdade. Ao trilhar esse caminho um acontecimento mostrou-se revelador para descobrir em quais conflitos e situações o catolicismo ultramontano estava envolto na terra de “Santa Cruz”: a concessão da Rosa de Ouro à Princesa Isabel. A cerimônia da entrega do mimo papal à alteza imperial aconteceu quatro meses após a abolição da escravidão, e resultou em produções de novos relatos sobre o percurso seguido pelo catolicismo romanizado na questão da emancipação. Essas fontes foram discursos de membros do clero sobre o fim do cativeiro no Brasil, que traziam as avaliações sobre a abolição da escravidão. Com novas informações, abriu-se uma possibilidade de investigar em quais embates a Igreja Católica se inseria e qual foi o entendimento do clero presente sobre a construção da liberdade no Brasil.

A cerimônia da entrega da Rosa de Ouro também foi uma oportunidade dos eclesiásticos apresentarem seu intento sobre o futuro dos libertos. O destino dos regressos da escravidão foi uma matéria recorrente entre nossos prelados e,

consequentemente, em *O Apóstolo*. A proposição da atuação desses homens e mulheres em trabalhos honestos foi bravamente defendida pelo clero brasileiro. Tal atitude era resultado do temor de que uma possível imigração estrangeira e protestante tomasse conta do território nacional a fim de solucionar a questão da mão-de-obra. A elite eclesiástica, então, advogou sobre a capacidade dos libertos de se regenerarem por meio de uma educação moral e religiosa que lhes garantisse um trabalho honesto. Essa proteção ao liberto também foi tema do último capítulo dessa dissertação.

Acredito que dessa forma pude apresentar os resultados da minha pesquisa e compor o quadro da atuação da Igreja Católica Ultramontana no processo emancipacionista. Com uma perspectiva diferente da consagrada por muitos estudiosos sobre o assunto, o presente trabalho traz as opções feitas pelos eclesiásticos brasileiros, enquadrando-as na lógica condizente com os interesses defendidos por esse grupo social. Nas páginas que se seguem há um dos projetos emancipacionistas, que com muitos outros, arquitetaram uma realidade social e configuraram-se enquanto uma das alternativas possíveis na escolha dos percursos históricos a serem seguidos.

CAPÍTULO I

Abolicionismo e catolicismo: Uma perspectiva historiográfica

A abolição da escravidão e o movimento abolicionista no Brasil foram temas que apresentaram muita complexidade. Tal fato pode ser atribuído à diversidade de projetos que foram elucidados no contexto de discussão do elemento servil, na segunda metade do século XIX. Os principais projetos que disputavam acerca do modo como a abolição deveria ser realizada eram o abolicionismo, o emancipacionismo e o escravocrata²⁰. Neste trabalho de pesquisa histórica o objetivo é investigar um projeto específico que teve influência no desenrolar do processo histórico: o proposto pela elite católica, que tinha como referencial as normas ditadas pelo Papa, o então Leão XIII.

Com essa proposta, este estudo envereda por outro tema muito diversificado: o catolicismo no Brasil durante o século XIX. A prática católica desse período apresentou várias faces, e cada uma delas propunha um tipo de abolição e um modelo de Brasil para ser construído no tempo da liberdade. Tem-se, por exemplo, um catolicismo mais popular ligado às irmandades, muitas inclusive destinadas aos homens de cor, que defendia uma abolição mais rápida e possuía meios próprios de propor o seu projeto abolicionista, além de não seguir as determinações romanas²¹. Já a elite eclesiástica, que foi objeto de estudo da presente pesquisa, esteve ligada às determinações de Roma e não estava disposta a perder o seu lugar privilegiado na sociedade brasileira. Por isso adotou uma postura mais moderada, pedia a abolição, mas sem abalo à ordem vigente, caracterizada como emancipacionista²².

A elite eclesiástica brasileira ligada à Roma era conhecida como ultramontana ou romanizadora, e advogou por um projeto emancipacionista próprio, por meio de discursos, cartas pastorais ou da imprensa católica, em que defendiam uma abolição

²⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto & PRIORE, Mary Del. “Emancipacionistas, abolicionistas e escravistas”. IN: **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p.249- 259.

²¹ Sobre esse catolicismo popular vide ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999; e CARVALHO, Mariza Soares. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Civilização Brasileira, 2000.

²² VENÂNCIO & PRIORE. Op. Cit.

gradual, mantenedora da ordem e das relações de dependência, criticava a imigração e investia na educação dos libertos. Um dos jornais utilizados pelo clero ultramontano foi *O Apóstolo*, que figurou durante muito tempo como um porta-voz da diocese do Rio de Janeiro. Nessa folha eram publicados artigos de opinião sobre os acontecimentos que envolviam o fim da escravidão, de modo a apresentar uma visão católica sobre o processo abolicionista. *O Apóstolo* tornou-se, assim, uma peça chave para compreensão da abolição, na perspectiva dos cléricos brasileiros.

1.1. A Abolição

Para compreender o projeto arquitetado pela liderança católica para por um fim no cativeiro no Brasil, se fez necessária a apresentação de uma discussão historiográfica sobre o tema da abolição, afim refletir sobre a diversidade de abordagens e perceber o silêncio sobre o papel da Igreja Católica nesse processo histórico. Desde o desenrolar dos acontecimentos que desembocou no 13 de maio de 1888, vários estudiosos embarcaram nesse tema conferindo a ele uma multiplicidade de interpretações.

A abolição da escravatura no Brasil foi um assunto bastante abordado pela historiografia, o que resultou em um grande número pesquisas, que se desdobraram numa visão mais matizada do processo abolicionista. A historiografia atual passou a considerar tanto a ação da elite reformista quanto a rebeldia escrava ²³, mas revelam uma ausência da Igreja Católica nos trabalhos historiográficos.

Uma das perspectivas, que merece destaque, foi a defendida por Emília Viotti da Costa. A autora analisou o processo abolicionista pelo prisma das mudanças estruturais que ocasionaram no aparecimento de uma opinião pública contrário ao sistema escravista. Entre essas mudanças estavam o desenvolvimento do capitalismo e a Revolução Industrial que condenaram a escravidão como forma de trabalho e o surgimento de grupos da sociedade brasileira que possuíam certa independência em relação ao regime escravista. Por razão desses fatores que o abolicionismo no Brasil ganhou mais adeptos nos centros urbanos ²⁴.

A partir dessa análise mais estrutural do fim do cativeiro no Brasil, a autora abordou a participação das camadas subalternas e dos escravos como um catalisador que

²³ VENÂNCIO & PRIORE. Ibidem.

²⁴ COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 8º Edição, Vev. e ampl. São Paulo: Editora UNIESP, 2008.

deu mais força à campanha abolicionista e adiantou a ruína da instituição que havia se tornado tão odiosa pelo povo ²⁵.

Viotti da Costa elencou uma diversidade de atores que de alguma forma atuaram no processo que resultou no fim da escravidão no Brasil. No entanto, para a autora esses atores apenas respondiam as demandas geradas pelas mudanças estruturais que a sociedade brasileira sofreu na segunda metade do século XIX ²⁶.

Entre esses atores sociais lembrados pela autora estava a Igreja Católica, que foi mencionada com o destaque para o ano de 1887, marco da atuação dos prelados no processo abolicionista, e segundo Viotti, foi o ano em que a Igreja manifestou-se abertamente a favor da abolição. A autora também observou que na fala do trono proferida pela Princesa Isabel, em 1888, o cristianismo que durante muito tempo tinha coexistido com a escravidão havia se tornado incompatível com ela ²⁷.

Com essas duas considerações acerca da participação da Igreja Católica e da influência de sua doutrina no processo abolicionista, Emília Viotti da Costa estabeleceu esse sujeito social como atuante no processo histórico. Porém, não era o seu objetivo averiguar qual o projeto emancipacionista estava sendo construído por esse grupo específico.

Outros historiadores, no entanto, se dedicaram à atuação de homens e mulheres comuns no movimento que resultou no fim da escravidão no Império. Apesar da luta destes em prol da abolição, eles foram mantidos à margem da escrita da história, durante um longo período.

Em 1988, no Brasil, foi comemorado 100 anos do fim da escravidão no Brasil. Com o estímulo desse centenário, muitos estudiosos voltaram a abordar o tema nas suas pesquisas. Surgiram, então, novos trabalhos, que com uso de metodologias, teorias e fontes diversificadas, chegaram a novas conclusões. Essas pesquisas elevaram os atores que antes foram postos atrás das cortinas ou até mesmo na platéia, como espectador do curso da história, ao protagonismo do espetáculo ²⁸. Apesar de muitos sujeitos sociais

²⁵ Ibidem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Entre esses trabalhos podemos citar CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico: os movimentos sociais da década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995. REIS, João & SILVA,

terem entrado em cena após essa revisão da historiográfica, em 1988, a liderança católica continuava fora do roteiro dessa história.

Entre os historiadores que participaram dessa “virada historiográfica” pode-se destacar o nome de Sidney Chalhoub, o qual em sua principal obra, intitulada *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, averiguou a participação dos escravos na busca pela liberdade ²⁹. O cativo nesse caso, foi apresentado como sujeito de sua própria história e o responsável pela elaboração do enredo dos acontecimentos que envolveram o fim do escravismo no Brasil.

Com alguns estudos de casos, Sidney Chalhoub se contrapôs à teoria do escravo coisa de Fernando Henrique Cardoso³⁰, que reafirmava a hipótese levantada por Perdígão Malheiros³¹, pela qual o escravo era um pouco mais do que um ser irracional. Os escravos, para Cardoso, viam-se como criaturas impossibilitadas de realizarem atitudes autônomas, ou seja, “os negros seriam incapazes de produzir valores e normas próprias que orientem sua conduta social” ³². A conclusão, segundo Sidney Chalhoub, “é óbvia [...], os escravos apenas espelhavam passivamente os significados sociais impostos pelos senhores” ³³. O historiador colocou-se contra a idéia do escravo nulo social e culturalmente, e identificou nas fontes o problema da análise de Fernando Henrique Cardoso. Para escrever a sua obra³⁴, Cardoso utilizou relatos de viajantes, que segundo Sidney Chalhoub, não receberam o tratamento metodológico adequado que resultasse em sua decodificação. Esses relatos sem o uso de uma metodologia específica atestaram a coisificação do escravo. Fernando Henrique Cardoso, então, pelas palavras de Chalhoub, não considerou os “preconceitos culturais e o racismo do próprio viajante” ³⁵, que geralmente eram brancos, europeus e com crença na inferioridade racial dos negros.

O objetivo de Sidney Chalhoub foi apresentar as ações dos negros balizadas por suas próprias lógicas e racionalidades e, que suas ações eram associadas às

Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência escrava no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

²⁹ CHALHOUB, Sidney. *Ibidem*.

³⁰ CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

³¹ MALHEIROS, Perdígão. **Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social**. Petrópolis, Vozes/INL, 1976. 2v.

³² CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* P.38.

³³ *Idem*. P.38.

³⁴ CARDOSO, F. H. *Op. Cit.*

³⁵ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* P.39.

“experiências e tradições particulares e originais no sentido de que não são simples reflexos ou espelhos de representações de ‘outros’ sociais”³⁶. A liberdade, então, passou a ser vista como uma busca e uma conquista dos próprios libertos, e não mais como uma dádiva da elite política do Brasil. Na busca por alcançar o seu objetivo, Chalhoub não possuía interesse em averiguar o envolvimento do clero no processo abolicionista, e sim as ações empreendidas pelos próprios cativos na busca pela liberdade.

Numa perspectiva semelhante, Maria Helena Machado realizou uma pesquisa cujo resultado foi o livro *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*³⁷. O objetivo da pesquisa foi analisar a ação das camadas populares no movimento abolicionista. Essa parcela da população contribuiu, significativamente, para a realização de revoltas escravas que assombraram os senhores escravistas do Vale Paraíba.

Assim como o trabalho de Sidney Chalhoub, o de Maria Helena Machado caminhou na tentativa de retirar do esquecimento dos discursos oficiais e da memória da abolição, o papel fundamental dos negros libertos, dos escravos e dos subalternos na luta pelo fim do cativeiro no Brasil.

A autora indicou a ação dos chamados caifazes – homens, geralmente pobres, que auxiliavam e incitavam revoltas escravas nas fazendas – e atribuiu a ela um papel fundamental para a deslegitimação da escravidão perante a sociedade brasileira. O medo provocado nos senhores cafeeiros pelas revoltas organizadas por esses indivíduos foi fundamental para o convencimento da impossibilidade de manter o escravismo no Brasil³⁸. Na busca pelas ações abolicionistas dos subalternos, Maria Helena Machado, não mencionou qualquer empreendimento do clero em prol do desmantelamento do cativeiro, mas apresentou a grande diversidade de projetos abolicionistas que foram defendidos por vários grupos sociais.

Hebe Mattos foi outra historiadora que analisou o processo abolicionista na década de 1990, sob influência do centenário da abolição. A autora buscou os diversos significados da liberdade e analisou as estratégias dos cativos para alcançarem os signos da vida livre. Com essa meta, Mattos apontou e explicou as transformações ocorridas

³⁶ Ibidem. P.42

³⁷ MACHADO, Maria Helena. Ibidem.

³⁸ Idem.

nos significados do que era “ser livre” dentro da sociedade escravista brasileira, em diferentes momentos históricos ³⁹.

Inicialmente, de acordo com Hebe Mattos, a cor era uma referência facilmente utilizada para identificar a condição social dos indivíduos. Ser branco era sinônimo de “ser livre”. No entanto, a cor perdeu essa função de definição da condição de livre ou cativo. Diante dessa ineficácia da cor como elemento de diferenciação entre livres e escravos, para Mattos, houve um silêncio sobre a pigmentação da pele dos indivíduos nos registros históricos. Para substituir esse signo da liberdade foram utilizados outros referenciais para definir o que era “ser livre” na segunda metade do século XIX. Os significados da liberdade passaram a ser, e acordo com a autora, a autonomia (mobilidade), as solidariedades familiares e o trabalho assalariado eventual. Foi a procura desses significados da liberdade, segundo Hebe Mattos, que os escravos agiram de diversas formas para alcançarem o mundo dos livres ⁴⁰.

Ao optar por uma história que valorizou a luta pela liberdade empreendida pelos “de baixo”, Hebe Mattos, não se preocupou em averiguar os significados da liberdade no imaginário da elite eclesiástica brasileira. Com interesses sociais próprios, a liderança católica buscou a vida como livres para aqueles que ainda viviam sob o julgo do cativo. Os significados da liberdade para a liderança católica atendiam interesses intrínsecos e particulares desse grupo social, e por isso, a liberdade que a tentava construir atendia a um projeto particular.

Influenciados por essas obras, jovens historiadores debruçaram-se sobre o tema do processo abolicionista brasileiro e os seus reflexos nos anos seguintes. Surgiram, assim, trabalhos que buscavam identificar a participação dos chamados “de baixo” nesses acontecimentos ⁴¹. Entre os nomes dessa nova geração de historiadores da abolição pode-se destacar dois baianos: Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho.

O objetivo do trabalho desenvolvido por Wlamyra Albuquerque era perceber e discutir o reflexo do fim da escravidão na noção de raça, na Bahia das últimas décadas do século XIX ⁴². Esse período foi um momento de muitas discussões acerca dos

³⁹ MATTOS, Hebe. Op. Cit. 1995.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ SHARPE, Jim. “A História vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. P.39-62.

⁴² ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. Tese de Doutorado, Departamento de História. Campinas: UNICAMP, 2004.

sentidos políticos e sociais da liberdade e da cidadania para os negros. Um contexto propício para o uso e para reformulação da concepção de raça.

O texto elaborado por Albuquerque foi preenchido por ações de escravos, homens de cor e membros da elite política que acionaram a noção de raça para defender as suas idéias sobre a liberdade e a cidadania dos “não-brancos”. A pesquisa, portanto, teve como objeto o processo de racialização que estava sendo discutido entre diversos segmentos da sociedade, durante e após o processo abolicionista. Estava em jogo o modo como os negros lutaram pela sua liberdade e, posteriormente, pela sua inserção numa sociedade racializada.

Wlamyra Albuquerque fez menção à Igreja Católica pela participação do Padre Geraldo em “desordens” em Vila Viçosa, após o 13 de maio. Na opinião do delegado da localidade, o sacerdote era o responsável pelas agitações dos libertos da região. Republicano, liberal e bem informado dos últimos acontecimentos da corte, o Padre Geraldo convocou São Benedito para acompanhar o movimento que organizará. São Benedito, de acordo com Wlamyra Albuquerque, era um santo negro e com grande força popular no século XIX, o seu simbolismo atraía não só libertos, mas também um grande número da população de cor ⁴³.

Com essa referência ao Padre Geraldo, Wlamyra Albuquerque, mencionou a importância da religiosidade e dos santos católicos nas transformações sociais e culturais que marcaram o fim do século XIX. O foco, porém, estava sobre o catolicismo popular que movia grande parte dos homens de cor. a elite eclesiástica, da qual o Padre Geraldo estava excluído, não apareceu como atuante no processo que pôs fim à escravidão no Brasil.

A pesquisa desenvolvida por Walter Fraga Filho, e apresentada no livro *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)* ⁴⁴, analisou as implicações da abolição da escravidão nas vivências da população negra do Recôncavo Baiano. Para realizar tal empreitada, o pesquisador abordou o período de decadência da escravidão (20 anos antes da abolição) perpassando pelo fim do cativo e terminando na primeira metade do século XX.

Trabalho publicado sob o título **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

A escravidão no Recôncavo Baiano e os seus conflitos, o 13 de maio e os seus festejos, as mudanças causadas pela liberdade e a reorganização da comunidade e da vida dos ex-escravos, foram os temas abordados por Walter Fraga Filho. A meta era mostrar como a abolição causou transformações significativas nas vivências da população de cor da região da Bahia, onde escravidão teve vida mais intensa ⁴⁵. Assim como os outros autores arrolados, a atenção dispensada por Walter Fraga Filho não envolvia a movimentação da liderança católica em direção à liberdade dos cativos.

A breve apresentação da historiografia acerca da abolição mostrou como esse tema gerou interpretações e abordagens distintas. Tais interpretações concorrem para consolidar uma memória sobre esse acontecimento da história do Brasil. As disputas acerca da memória da abolição ocorreram não só no meio acadêmico, mas também no seio da sociedade brasileira.

A concorrência pela consolidação de uma versão sobre o enredo e os personagens que fizeram parte do fim do escravismo no Brasil, ocorreu desde o seu desenrolar e chegou até os dias de hoje. As disputas pela memória da abolição estiveram diretamente ligadas ao modelo de Brasil que se pretendia construir e projetar para o futuro. A construção de uma nacionalidade para o Brasil livre não foi discutida apenas no parlamento ou nas reuniões de intelectuais e abolicionistas, mas também envolveu outros grupos que compunham a sociedade brasileira.

A Igreja Católica, como uma grande instituição dessa sociedade, não se manteve afastada dessa discussão fundamental do fim do século XIX. Com publicações em jornais católicos, cartas pastorais e até encíclica papal, o clero brasileiro manifestou-se sobre o processo abolicionista e o rumo que o Brasil deveria seguir após aniquilar o escravismo em seu território. No entanto, poucas informações foram dadas sobre o envolvimento desse grupo na questão servil. A historiografia apresentou-se silenciada em relação a participação dos eclesiásticos na abolição da escravidão.

1.2. A Igreja Católica no contexto da abolição

Antes de analisar a relação entre o catolicismo e a abolição no Brasil, é conveniente compreender como a Igreja Católica estava organizada e quais eram os seus desafios no momento em que ocorreu o fim da instituição escravista.

⁴⁵ Ibidem

A primeira Constituição brasileira nomeou o catolicismo como a religião oficial do Império. O texto constitucional, de acordo com Martha Abreu, estabeleceu uma identidade religiosa herdada do período colonial que conservou o regime de padroado⁴⁶. Durante o Império, a proximidade entre o Estado e a Igreja, segundo José Murilo de Carvalho, foi um meio utilizado pelo governo para manter o controle sobre a Igreja e utilizá-la como “um recurso administrativo barato”⁴⁷.

Pela constituição de 1824, o sistema de padroado permaneceu em vigor e a Igreja e Estado continuavam unidos, com a subordinação da Igreja ao Governo Imperial. Em troca, o catolicismo ganhou a posição de religião oficial do Império, mas ficou sem autonomia para gerir os assuntos religiosos e para defender os interesses que lhes eram próprios.

A aliança entre o Estado e a Igreja Católica estabelecida por meio da Constituição imperial, não significou um período de paz entre as duas instituições, ao contrário, a Igreja enfrentou muitos desafios ao longo do século XIX, inclusive crises com o próprio governo.

O catolicismo sofreu ataques dos defensores do liberalismo, que propunham o fim do regime de padroado e a liberdade de culto. O jornal católico *O Apóstolo*, divulgou muitos artigos de opinião contra a liberdade de culto, relacionou o projeto de lei que propunha tal medida à pretensão de desmoralização do catolicismo e ao enfraquecimento da monarquia e criticou jornais e políticos que defendiam a sua aprovação.

Em texto publicado no dia 3 de outubro de 1888, *O Apóstolo* combateu a *Gazeta de Notícias*, órgão que chamou, pejorativamente, de “livre cultista”. Afirmou que “Deus é um só, somente pode ser verdadeiro um culto”, o que fosse contrário a isso era “irracional”, “material”, “estúpido” e “indigno do homem”⁴⁸.

A elite eclesiástica brasileira também empreendeu um embate contra a religiosidade popular, considerada uma reunião de “crendices” e “superstições”⁴⁹. Nesse sentido, os prelados defenderam e pregaram o que julgavam ser o verdadeiro sentimento religioso, ou seja, uma fé balizada nas normas estabelecidas pelo Papa.

⁴⁶ ABREU, Martha. “*Catolicismo*”. IN: **Dicionário do Brasil Imperial**. VAINFAS, Ronaldo (org.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. P.126-128.

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ: Relume-Dumará, 1996. P.171.

⁴⁸ *O Apóstolo*. 3 de outubro de 1888.

⁴⁹ ABREU, Martha. “*Catolicismo*”.Op. Cit.

Mesmo tentando moralizar e romanizar a prática do catolicismo, os clérigos não poderiam desprezar as práticas populares, pois elas engrossavam o corpo de súditos católicos do Império do Brasil.

Na segunda metade do século XIX, o catolicismo brasileiro sofreu fortes influências do movimento romanizador. A romanização foi uma tendência eclesiástica que pretendeu uma ampla reforma na vida religiosa católica. Os romanizadores, também chamados de ultramontanos, pregavam uma aproximação do catolicismo brasileiro com as diretrizes provenientes de Roma, ou seja, do Papa. Os Bispos que atuaram nesse sentido passaram a agir em prol de mais autonomia do poder espiritual perante as autoridades imperiais e o poder dos leigos reunidos nas irmandades ⁵⁰.

Os ultramontanos defendiam mudanças no campo religioso, como a vivência do catolicismo de acordo com as normas de Roma e a moralização do clero. Para isso foram realizados investimentos na formação dos sacerdotes e na instrução religiosa dos fiéis. Defendiam também a supremacia papal, a sacralização dos locais de culto e das festas religiosas e a união entre o Estado e a Igreja Católica, mas com autonomia do clero nos assuntos religiosos. A ação romanizadora foi guiada pela adequação do catolicismo brasileiro à Igreja Tridentina (com as normas do Concílio de Trento) que pretendia valorizar os sacramentos e substituir as devoções dos santos tradicionais pelas corretas devoções a Jesus Cristo e à Virgem Maria ⁵¹.

Nas palavras de Martha Abreu:

“À medida que se aproximava o final do século XIX, suas posições [dos ultramontanos] no seio da elite eclesiástica tornaram-se dominantes e cada vez mais radicais, acompanhando o movimento católico antiliberal centralizado em Roma, principalmente após a publicação da encíclica Quanta Cura e do compêndio Sylabus (catálogo dos erros modernos), em 1864. Ambos representam a defesa da Igreja contra as ideologias modernas, como o racionalismo, o naturalismo e o próprio liberalismo” ⁵².

Entre os erros modernos apresentados pelos documentos papais citados pela autora estavam a separação da Igreja e o Estado e as liberdades de imprensa e de culto. Sendo assim, podem ser consagrados como os maiores inimigos do catolicismo, na

⁵⁰ ABREU, Martha. “Romanização”. IN: VAINFAS. Op. Cit. P.660-661.

⁵¹ ABREU, Martha. “Romanização”. IN: VAINFAS. Op. Cit. P.660-661.

⁵² ABREU, Martha. “Igreja”. IN: VAINFAS. Op. Cit. P.349.

segunda metade do século XIX, a moderna civilização, as teorias revolucionárias, a irreligiosidade, o liberalismo, o positivismo, o racionalismo, o cientificismo, o socialismo, a maçonaria e o protestantismo. Diante desses inimigos, a Igreja Católica aderiu à ação ultramontana, que reafirmava a sua doutrina e a sua hierarquia eclesiástica⁵³. Foi em oposição a esses inimigos e em defesa da romanização que o clero brasileiro elaborou o seu projeto emancipador.

Os esforços dos prelados brasileiros para agir no caminho da romanização encontraram alguns obstáculos, como os conflitos entre o poder eclesiástico, as autoridades liberais e os líderes leigos das irmandades. O conjunto desses conflitos foi denominado de “Questão Religiosa”. A “Questão Religiosa” foi uma reunião das tensões ocorridas acerca da concepção da vida religiosa no Império. Essas tensões nas palavras de Guilherme Pereira das Neves, “contribuíram decisivamente para abalar a Monarquia”⁵⁴.

Por volta de 1850, uma nova geração de prelados foi formada de maneira mais rigorosa e passou a olhar para a atuação do Estado nos assuntos religiosos como um empecilho para a propagação da verdadeira fé católica. Esses membros do clero assumiram uma postura romanizadora e insistiram na moralização do catolicismo brasileiro⁵⁵.

A partir da Revolução Francesa, de acordo com Guilherme Neves, o Vaticano sentiu-se ameaçado por uma sociedade cada vez mais secularizada. O Papa, então, lançou dois documentos – *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum* – que condenaram o liberalismo, e atacavam a maçonaria⁵⁶.

A maçonaria era muito disseminada no Brasil do século XIX, esteve envolvida no principal conflito da “Questão Religiosa”, cujo auge foi uma tensão entre a Igreja Católica e os maçons, que obtiveram o apoio do Imperador. O conflito eclodiu após a expulsão, pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Lacerda, do Padre Almeida Martins, que havia realizado um pronunciamento, em homenagem ao Visconde de Rio Branco, em uma loja maçom. No início, o conflito foi restrito à imprensa, mas, a partir de agosto de 1872, foram realizadas invasões às lojas maçons. O resultado foi a prisão de dois bispos, D. Vital (Bispo de Olinda) e D. Antônio Macedo da Costa (Bispo do Pará), por terem

⁵³ ABREU, Martha. Op. Cit. 2001.

⁵⁴ NEVES, Guilherme Pereira das. “*Questão Religiosa*”. IN: VAINFAS. Op. Cit. P.608-611.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

interditado irmandades com membros ligados à maçonaria ⁵⁷. Os bispos detidos foram anistiados graças à pressão do Papa e a intervenção do Duque de Caxias, então chefe do Conselho dos Ministros ⁵⁸.

Os ultramontanos envolvidos na “Questão Religiosa” também foram defendidos pela Princesa Isabel que interferiu abertamente a favor da anistia dos Bispos. O fervor religioso de Isabel, segundo Robert Daibert Junior, levou-a a dirigir críticas ao próprio imperador e à condução da política imperial, sobretudo nos assuntos da Igreja. Essa posição da Princesa apareceu numa carta que ela enviou ao Imperador:

Suas cartinhas me trazem tanto prazer. Vá-me escrevendo todas as vezes que puder. O negócio dos bispos também me inquieta bastante. Poderiam eles ser mais prudentes? O que acho porém é que o governo quer se também meter demais em coisas que não deveriam ser de seu alcance. E além disso, se os maçons tem tanto apego às coisas da Igreja que não queriam ser expulsos desta, por que não abandonam a maçonaria? Ou há medo ou então pouco fervor por parte deles. Devemos defender os direitos dos cidadãos brasileiros, os da constituição, mas qual a segurança de tudo isso, dos juramentos prestados senão obedecemos em primeiro lugar a Igreja? Porque os sócios da maçonaria brasileira não formaram uma outra sociedade, às claras, que nada tivesse de repreensível e que ao mesmo tempo continuasse com o fim de beneficência que principalmente tem assumido em nosso país? Seria um meio de não lesar os direitos a socorros que seus adeptos tenham adquirido. Deus nos ajude! E esclareça ao Penedo, com quem já tive há dias uma terrível discussão a esse mesmo respeito, antes que ele e eu soubéssemos que talvez teria de ir para Roma para tratar da questão com Santo Padre. ⁵⁹

A Princesa acusou o Estado de intrometer-se demais nos assuntos religiosos que não eram do seu alcance, posicionou-se contra a maçonaria e a favor dos Bispos. Isabel solicitou que a Constituição fosse aplicada na defesa da Igreja e criticava implicitamente seu pai, o Imperador D. Pedro II.

⁵⁷ Ibidem. Sobre as prisões dos bispos ver também VAINFAS, Ronaldo. “D. frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira” e “D. Antônio de Macedo Costa”. IN: **Dicionário do Brasil Imperial**. VAINFAS, Ronaldo. Objetiva: Rio de Janeiro. 2002. P.188 e 184.

⁵⁸ VAINFAS, Ronaldo. Idem.

⁵⁹ “Carta enviada pela Princesa Isabel ao Imperador D. Pedro II em 31 de agosto de 1873”. Arquivo do Grão-Pará. Correspondência Ativa de Dona Isabel Cristina, Princesa Imperial e Condessa d’Eu. Pasta XL.

As irmandades possuíam a guarda do governo imperial, pois, de acordo com a legislação, possuíam foro misto, ou seja, só poderiam ser extintas com a autorização do Estado. A monarquia interveio no caso a favor das irmandades, mandando prender os dois bispos ⁶⁰.

A “Questão Religiosa”, segundo Guilherme Pereira das Neves, resultou na adoção de uma posição ambígua da Igreja Católica em relação ao Governo Imperial: ao mesmo tempo em que fez oposição a algumas medidas de caráter secular empreendidas pelo Estado, reivindicou a conservação de uma posição privilegiada no plano espiritual que sempre possuiu junto ao Império ⁶¹.

O catolicismo da segunda metade do século XIX, de acordo com Martha Abreu, esteve envolvido em um confronto com as elites e os intelectuais que defendiam as tendências civilizadoras e científicas, uma vez que os adeptos do catolicismo romanizador adotaram uma posição anticlerical e antimoderna ⁶².

Essa característica ultramontana vai influenciar a posição dos prelados brasileiros em relação à escravidão no Brasil. O próprio Papa Leão XIII, enviou para o Brasil uma encíclica sobre a abolição da escravidão no Brasil. O documento foi escrito antes do 13 de maio de 1888, mas só chegou ao seu destino dias depois da escravidão ter encontrado o seu fim em terras brasileiras. Na carta papal foram apresentados os horrores da escravidão e feita uma defesa da participação da Igreja no combate aos males do cativeiro. Além disso, foi realizado um pedido pela abolição da escravidão no Brasil. A questão servil mobilizou a elite clerical ultramontana que tinha como referência as palavras do Papa, se o próprio Santo Sacerdote manifestou o seu espírito a favor da liberdade dos escravos, os prelados brasileiros não ficariam de fora.

Mesmo após o fim da “Questão Religiosa”, como a soltura dos Bispos envolvidos, a relação entre o Estado e a Igreja permanecia estremeada. Por outro lado, o regime de padroado mantinha a Igreja subordinada aos interesses da Monarquia. Foi nesse contexto do catolicismo no Brasil que o processo abolicionista seguiu o seu curso cada vez mais veloz. A relação da Igreja com o Estado passava por um momento delicado e as orientações de Roma eram fundamentais para a tomada de posição e

⁶⁰ NEVES, Guilherme Pereira das. Op. cit.

⁶¹ Idem.

⁶² ABREU, Martha. “*Perspectiva de controle e caminhos de tolerância: 1855-1900*”. In: **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999. P.249-346.

decisão dos prelados da “terra de Santa Cruz”. Diante das fortes críticas dos liberais e defensores do processo civilizatório, a elite da Igreja Católica no Brasil apresentou um emancipacionismo antimoderno e antiliberal.

1.3. Catolicismo, Escravidão e Abolição

O argumento da ausência de participação da Igreja Católica na causa emancipacionista foi bastante recorrente na historiografia sobre a escravidão. Em grande parte, os autores apresentam como o clero apoiou, significativamente, a escravidão e nada fez para alcançar o seu fim. Essa perspectiva foi utilizada em diversos estudos mais recentes sobre o tema da influência da Igreja no fim da escravidão no Brasil.

Entre esses estudos podemos destacar o de José Oscar Beozzo, padre, estudioso da História da Igreja Católica ⁶³. No segundo tomo de sua coletânea *História Geral da Igreja no Brasil*, o autor defendeu a ideia de que o catolicismo no Brasil contribuiu para aproximação entre a casa-grande e a senzala, uma vez que a catequese do escravo era obrigação do seu senhor. Os donos dos escravos eram responsáveis pela orientação religiosa do cativo, no entanto, de acordo com Beozzo, essa educação religiosa nas fazendas foi realizada apenas para os escravos domésticos, ficando fora dela os cativos empregados na lavoura. Esse reinado dos senhores sobre o catolicismo dos escravos gerou, de acordo o historiador, um catecismo “rude” para ser adaptado aos negros que eram considerados “mentalmente limitados” ⁶⁴.

No tempo do Império, para José Oscar Beozzo, havia uma base tríplice que dava sustentação à Monarquia, e era formada pela coroa, a escravidão e a grande propriedade. A Igreja Católica perpassava as três instituições e servia como base espiritual para elas. A Igreja foi, então, nas palavras do autor, “um cimento moral que deu consistência à

⁶³ José Oscar Beozzo é padre, teólogo e mestre pela em Sociologia da Religião, pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) e doutorado em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Faz parte do Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil), filiado à Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e no Caribe (CEHILA). Também é sócio fundador da Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (ADITAL). É autor de inúmeros livros, entre os quais "A Igreja do Brasil". Informações biográficas retiradas do site <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=37238>, acessado em 8 de outubro de 2011.

⁶⁴ BEOZZO, José Oscar. “A Igreja na crise final do Império (1875-1888)”. In: **História Geral da Igreja no Brasil**. Tomo II, segunda época – século XIX. Editora Vozes: Petrópolis, 1980. P.257-295.

aliança em três elementos”⁶⁵. A Igreja, de acordo com José Beozzo, era uma grande latifundiária, proprietária de escravos e legitimadora religiosa do regime imperial⁶⁶.

Sobre a participação do clero no movimento libertador, o autor afirmou que houve uma nulidade quase total da ação dos clérigos brasileiros. Beozzo utilizou o exemplo das ordens religiosas que libertaram os seus cativos aos poucos, mas muitas ainda permaneceram como proprietárias de escravos até o último momento, em 1887, quando muitas cartas pastorais elaboradas por diversos Bispos do Brasil pediam para as ordens religiosas e os católicos libertassem voluntariamente os seus escravos. O pronunciamento da Igreja contra a escravidão, segundo Beozzo, só ocorreu em meados de 1887, já no apagar das luzes e com a certeza da abolição. O autor destacou o nome de clérigos que contestaram a escravidão, entre eles estavam D. Lino, Bispo de São Paulo, D. Pedro Maria de Lacerda, Bispo da Corte e D. Antônio Benevides, Bispo de Mariana. Outra atitude proveniente da alta hierarquia da Igreja Católica lembrada por Beozzo foi a elaboração da Encíclica papal *In Plurimis*, escrita pelo Papa Leão XIII no dia 5 de maio de 1888, mas que só alcançou o seu destino dias após a abolição⁶⁷.

Nesse sentido, pode-se identificar no trabalho de Beozzo o reconhecimento de uma relação estreita entre a escravidão e o catolicismo no Brasil, afinal essa maléfica instituição, assim como a presença da Igreja Católica, fazia parte da sociedade brasileira desde a chegada dos portugueses. Diante do advento do Estado Brasileiro independente, o clero nacional manteve-se sem autonomia, o que segundo Beozzo, gerou um certo silêncio sobre a questão servil durante os anos luta do movimento em prol do fim do cativo. Apesar dessas afirmativas negativas em relação participação da Igreja no processo emancipador, o padre historiador deu como legítima as atitudes do clero nacional e do próprio Papa em direção à libertação dos cativos.

Outro intelectual que tratou da relação da Igreja com a escravidão e o seu entrosamento com a questão servil foi o teólogo e historiador da Igreja Católica Riolando Azzi⁶⁸. O autor defendeu a ideia de que o clero no Brasil apoiava o regime

⁶⁵ Idem. p.274.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Riolando Azzi formou-se em Teologia pelo Pontifício Ateneu Salesiano e em História da Igreja pela Pontifícia Universidade Gregoriana, ambos em Roma. Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também leciona. É pesquisador do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Estudos da História da Igreja Latino-Americana (CEHILA). Informações biográficas retiradas do site <http://www.paulinas.org.br/loja/DetalheAutor.aspx?id Autor=6368>, acessado em 8 de outubro de 2011.

escravocrata desde o período colonial ⁶⁹. A razão para essa posição do clero foi atribuída ao sistema de padroado que subordinava a Igreja ao Estado, ou seja, os assuntos religiosos ficaram sob a tutela da Coroa Portuguesa e após a independência essa tutela passou para as mãos do Governo Imperial. Entre os assuntos religiosos que ficaram aos cuidados do Estado estava a administração do pessoal eclesiástico, em outras palavras, os membros do clero eram funcionários do governo, e não se pronunciavam a favor da liberdade para não colocar em risco os interesses do Estado.

Durante o período colonial, segundo Azzi, a escravidão era considerada essencial para o desenvolvimento da colônia e indispensável para o alcance do interesse da metrópole. Sem a escravidão o domínio português na América era impraticável. Diante dessa situação “questionar a escravidão, portanto, era questionar o próprio domínio lusitano sobre o Brasil” ⁷⁰. A teologia e a moral do catolicismo assim foram utilizadas apenas para legitimar a política colonial portuguesa e não para contestá-la ⁷¹.

José Murilo de Carvalho também analisou o desenvolvimento dos argumentos abolicionistas no Brasil, e concluiu que a razão política sobressaiu diante da razão religiosa ou filantrópica ⁷². A ausência de argumentos religiosos foi explicada por José Murilo de Carvalho como resultado da proximidade entre a Igreja e o Estado ⁷³. No caso do Brasil, de acordo com o autor, a Igreja e o Estado foram instituições que se confundiam ⁷⁴, de modo que os argumentos abolicionistas utilizados aqui foram diferentes dos usados entre os norte-americanos e os europeus.

No período colonial, padres seculares e religiosos falaram sobre a escravidão dos negros. Nesses escritos, segundo José Murilo de Carvalho, até pode-se perceber uma incompatibilidade entre o escravismo e o cristianismo, no entanto, essa contradição é obscurecida pela necessidade do trabalho escravo para o funcionamento da sociedade colonial ⁷⁵. O catolicismo ibérico, de acordo com as conclusões de José Murilo de Carvalho, não foi capaz de gerar uma oposição à escravidão durante o domínio colonial. As ações do cristianismo católico guiaram-se pela tentativa de amenizar os males sofridos pelos escravos e foi resumida a dirigir conselho aos senhores para que estes

⁶⁹ AZZI, Riolando. “*A Igreja e a escravidão*”. IN: **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1999. PP.181-190.

⁷⁰ Ibidem. P.190.

⁷¹ Idem

⁷² CARVALHO. José Murilo. Op. Cit. 1999.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

dessem aos seus escravos um tratamento “cristão” e aos cativos que obedecessem com subserviência aos seus senhores. Afinal, o problema da escravidão afetava diretamente a economia metropolitana, e por isso, os motivos religiosos ficaram em segundo plano ⁷⁶.

Nesse sentido, durante o domínio português o desenvolvimento de argumentos antiescravistas pelos prelados da colônia era restringido pelo interesse da coroa portuguesa. Enquanto funcionários da administração lusa, os eclesiásticos não elaboraram ideias que ameaçassem as pretensões do governo metropolitano.

Após a independência a razão colonial foi substituída pela razão nacional. O que estava em questão não era mais a necessidade da escravidão para a manutenção do sistema colonial e o atendimento dos interesses da Coroa portuguesa, e sim a formação de uma nação, que acabará de alcançar a sua independência política ⁷⁷.

Ao permanecer sob o regime de padroado, os membros da alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil foram mantidos numa posição de subordinação ao Estado. Continuavam, então, submetendo os seus propósitos aos interesses do governo, mas com a diferença de que agora não era mais o governo de Portugal, e sim o Governo Imperial Brasileiro. Ao seguir nessa perspectiva, pode-se afirmar que as razões religiosas foram substituídas pelas razões de ordem política. A liberdade deixou de ser um problema do indivíduo para ser uma questão de construção da nacionalidade brasileira. O máximo que o catolicismo alcançou, segundo José Murilo de Carvalho, foi a orientação para uma escravidão mais suavizada e cristã ⁷⁸.

Nas próprias palavras de José Murilo de Carvalho temos a conclusão de sua argumentação:

Na tradição luso-brasileira predominam razões políticas antes que religiosas ou filosóficas. Antes da Independência, os argumentos baseados na fé cristã eram contrabalanceados e frequentemente derrotados pela razão colonial, isto é, pelos interesses do Estado português. Após a independência, a razão nacional, vale dizer, os argumentos baseados em concepções diversas dos interesses do país, adquire a supremacia: a liberdade não é vista como problema individual, mas como questões públicas ⁷⁹.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Idem

⁷⁸ CARVALHO. Op. Cit.

⁷⁹ Idem. P.35

A visão mais difundida no Brasil sobre a participação dos membros do clero e a influência do pensamento religioso no combate à escravidão, apresentou-os com pouca ou nenhuma contribuição. A explicação dada por José Murilo de Carvalho foi de que, diferentemente de outros países, nos quais as razões de ordem religiosa foram importantes para emancipação escrava, no Brasil, os argumentos se orientaram pelo interesse nacional, como por exemplo, a construção de uma nacionalidade e uma cidadania após a guerra do Paraguai. Por isso, o pensamento católico não se envolveu nesta questão, deixando espaço para as razões políticas ⁸⁰.

Em seu trabalho *O problema da escravidão na cultura ocidental*, David Brion Davis afirmou que a questão da escravidão não foi apenas um problema de política pública, ela também envolveu filosofia, religião e teologia. O autor tratou da escravidão como um problema enfrentado pela religião ocidental, o cristianismo. O autor utilizou tanto a face protestante, quanto a Católica da cristandade ⁸¹. Aqui, entretanto, o objetivo residiu em averiguar o envolvimento da versão romana do cristianismo na luta contra o cativo, por isso deixaremos de lado a esfera reformada da religião cristã.

Nesse sentido, Davis afirmou que a Igreja Católica apoiou a escravidão colonial, todavia, tendia mitigar os piores males da escravidão humana. O autor citou Santo Isidoro de Sevilha, São Paulo e Santo Agostinho, este último classificou a escravidão como uma punição pelo pecado, sendo de responsabilidade de Deus definir quem seria o escravo e quem seria o Senhor. Utilizando esse argumento, a escravidão como uma punição pelo pecado, a Igreja, de acordo com Davis, passou a servir-se da instituição escravista como um instrumento para desempenhar as suas funções religiosas, e também, a aceitar a escravidão e auxiliar os senhores no controle seguro de sua propriedade ⁸².

Por outro lado, a Igreja Católica intercedia para que os senhores fossem bons e piedosos e desse aos seus escravos um tratamento mais brando. Para justificar esse posicionamento da Igreja Católica, de acordo com Davis, foram utilizados os casamentos e os cultos religiosos dos escravos, na América Portuguesa ⁸³.

Os eclesiásticos católicos, de acordo com David Brion Davis, defendiam o comércio de escravos e a escravidão como uma “nova cruzada”, cujo objetivo era

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ DAVIS. David Brion. Op. Cit.

⁸² Idem.

⁸³ Idem.

espalhar a fé cristã e alcançar altos lucros ⁸⁴. A escravidão, durante muito tempo, foi uma tensão no pensamento cristão, e não faltaram justificativas para condenar os homens que reduziam os africanos à servidão sem motivo justo ⁸⁵. Esses protestos, nas palavras de Davis, “requeriam uma considerável independência da mente, uma vez que os postos portugueses de escravos eram estritamente ligados às instituições missionárias, e uma crítica ao tráfico africano poderia ameaçar o próprio ideal de propagação da fé” ⁸⁶, afinal, o tráfico de escravos era justificado, tradicionalmente, pela expansão do cristianismo católico ⁸⁷. No Brasil, segundo Davis, padres e colonizadores admitiam que sem o trabalho escravo de africanos a América Portuguesa seria impossível ⁸⁸. O autor ainda lembrou que os poucos indivíduos que empreenderam os primeiros questionamentos à legitimidade da escravidão dos africanos foram tratados com “descrédito e até mesmo banidos das colônias” ⁸⁹.

Ao invés de condenação, de acordo com David Davis, o cristianismo esforçou na construção dos escravos como bons trabalhadores. Nas palavras do próprio autor, “o cristianismo era a melhor garantia contra a deslealdade e a insurreição” ⁹⁰ dos escravos contra os seus senhores. Além disso, os proprietários de escravos, para Davis, poderiam ter suas consciências limpas ao livrarem os negros da condenação eterna da escravidão no inferno ⁹¹.

Um outro historiador também tratou do assunto aqui abordado. O objetivo de Luiz Gustavo Santos Cota era analisar como os representantes da Igreja Católica lidaram com as ideias de escravidão e de liberdade no contexto do desfecho do processo abolicionista ⁹². O autor sugeriu que, diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil o discurso contra a escravidão teve seus alicerces mais fixados em razões políticas do que religiosas.

No antiescravismo brasileiro, de acordo com Luiz Gustavo Santos Cota, os ideais religiosos, que entre os antiescravistas dos Estados Unidos e da Europa,

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Idem*

⁸⁶ *Idem*. p.214-215.

⁸⁷ *Idem*

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Idem*. p.223.

⁹⁰ *Idem*. p.235.

⁹¹ *Idem*.

⁹² COTA, Luiz Gustavo Santos. “*Ora pro nobis*’: uma breve consideração sobre as idéias de escravidão, liberdade e abolição no discurso católico brasileiro”. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Vol. IX, ano 5, nº1, julho de 2010. www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria

“serviram de munição para resolver o problema da liberdade individual, foram ajustados à preocupação política em relação à formação da nação”⁹³ A liberdade, no caso brasileiro, foi transformada em “assunto de interesse político e não individual”⁹⁴. A tradição luso-brasileira, para Cota, foi marcada pela preocupação com as consequências de qualquer mudança em relação à escravidão⁹⁵.

Durante o período colonial, de acordo com Cota, os religiosos construíram um discurso legitimador da escravidão. As obras desses religiosos eram ambíguas: criticavam a escravidão e defendiam o trabalhado escravo. Os representantes da Igreja elaboraram argumentos de defesa da utilização da mão-de-obra cativa, mas combateram os excessos de violência contra os escravos. Mais uma vez, entre os autores aqui destacados, a razão colonial aparece como o motivo desse posicionamento do clero favorável ao cativo⁹⁶.

Luiz Gustavo Cota também apontou para o surgimento da razão nacional como substituta da razão colonial após a independência política do Brasil. Mais uma vez o discurso religioso era apontado como secundário para os argumentos abolicionistas, continuava prevalecendo as proposições de caráter político. Essa opção pela face política da liberdade mostrava como a preocupação dos “soldados da liberdade” não era atender as vontades divinas e sim estabelecer uma ordem social reformada de acordo com os moldes dos grupos dominantes. Após a independência, segundo Cota, não houve elementos de cunho religioso que se destacaram nos debates sobre a abolição, e o clero se ausentou até os últimos anos do escravismo. Foi apenas nos último momento, de acordo com o autor, que os representantes da Igreja Católica no Brasil se manifestaram a favor do fim do cativo, por meio de cartas pastorais e do apoio do Papa Leão XIII⁹⁷.

O ano de 1887, para Luiz Gustavo Cota, foi marcado pelo retorno da razão religiosa, uma vez que as cartas pastorais publicadas a partir deste ano passaram a trazer as passagens bíblicas, que antes eram utilizadas para legitimar a escravidão, como prova da igualdade e a liberdade dos homens diante de Deus. A escravidão, segundo o autor, continuou sendo vista como fruto do pecado, mas agora deveria ser combatido. Os

⁹³ Ibidem. P.2.

⁹⁴ Idem. P.2.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

argumentos humanitários dos prelados, porém, de acordo com Cota, apresentavam uma preocupação com o controle da população e com “respeito às necessidades e direitos dos senhores escravistas e do próprio Estado Imperial”⁹⁸.

A historiografia mostrou que durante trezentos anos de escravidão no Brasil, a Igreja Católica e seus sacerdotes mantiveram uma postura ambígua. No período colonial, enfrentaram dificuldades no interesse metropolitano para condenar o cativo e acabaram utilizando a bíblia para garantir a salvação dos senhores e para mitigar os males da escravidão. Após a independência, houve um período de omissão provocado pela razão nacional, e só reapareceram, como defendeu Luiz Gustavo Cota, no apogeu das luzes, com a preocupação com o controle social, o respeito às necessidades e os direitos dos senhores escravistas⁹⁹.

1.4 Razão Colonial e Razão Nacional

O discurso religioso contra o cativo esbarrava no regime de padroado em que a Igreja Católica e, por consequência, os seus representantes estavam subordinados. Por esse sistema, o Estado controlava os assuntos religiosos e sujeitava o clero aos seus propósitos. Diante dessa situação, a liderança católica via a sua atuação contra a escravidão limitada pelos interesses das classes dominantes, e não foram, durante muito tempo, além da pregação de um cativo mais brando. Estava presente um dos motivos que restringiu a propaganda dos eclesiásticos em prol do fim do cativo.

Durante o período colonial, segundo José Murilo de Carvalho, o argumento religioso foi substituído pela que foi chamada de *Razão Colonial*, ou seja, a necessidade da escravidão para atender os interesses da coroa portuguesa. Nesse sentido, alguns representantes do clero escreveram ensaios em que o bom andamento da colonização metropolitana apareceu em detrimento dos argumentos religiosos.

Os textos antiescravistas escritos por esses religiosos possuíam como principal característica a ambiguidade entre a condenação da escravidão pelo cristianismo e a sua necessidade pelo interesse colonial. Muitas vezes que se pronunciaram sobre escravidão, de acordo com David Brion Davis, justificaram-na alegando a salvação dos

⁹⁸ Ibidem. p21.

⁹⁹ Idem.

africanos nas sociedades cristãs do novo mundo, para onde os europeus estavam os levando a fim de lhes darem uma vida segura e feliz ¹⁰⁰.

A ambiguidade aparece mais forte no livro do Padre e advogado Manuel Ribeiro da Rocha, intitulado *Etíope resgatado, Empenhado, Sustentando, Corrigido, Instruído e Libertado* ¹⁰¹. Rocha inicialmente condenou a escravidão como a maior infelicidade para um ser racional. A compra e a venda de escravos acarretariam na condenação eterna, embora entre os gentios ela fosse autorizada. A escravidão não seria um pecado se fosse legítima, ou seja, por guerra justa. Mas era difícil atestar essa legitimidade do resgate de africanos. A consequência lógica do argumento de Rocha seria a condenação do comércio de escravos e da escravidão. Porém, como foi atestado por José Murilo de Carvalho:

“sendo português e padre secular, os interesses do Reino e da Igreja oficial pesam sobremaneira em seu pensamento. O tráfico não pode terminar, pois isto, ‘prejudica o Reino e conquistas no temporal; e no espiritual prejudica o serviço de Deus e o bem das almas que resulta do dito comércio e transporte destes gentios e sua conversão’” ¹⁰².

O Padre, para Carvalho, propunha um arranjo que conciliasse a moral cristã e os interesses do Estado Português. Esse arranjo era o penhor. O escravo obteria a sua liberdade após repor o custo do seu resgate com pecúlio ou com anos de trabalho. O etíope (africano) penhorado deveria ser sustentado, corrigido e instruído, para isso, Rocha dispensou recomendações aos senhores de bons tratamentos para com seus escravos e do ensino da doutrina e dos bons costumes ¹⁰³.

Nos escritos de José da Cunha Azeredo Coutinho (D. José) sobre a escravidão não havia a mesma ambiguidade presente nas obras dos outros religiosos, como do próprio Padre Manuel Ribeiro da Rocha. Azeredo Coutinho foi senhor de Engenho em Campos, Rio de Janeiro, e chegou ao posto de Inquisidor Mor do Santo Ofício. Ele escreveu vários textos sobre a economia colonial, entre eles está a *“Análise sobre a*

¹⁰⁰ DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁰¹ ROCHA, Manoel Ribeiro. **Etíope resgatado, Empenhado, Sustentando, Corrigido, Instruído e Libertado: Discursos teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758**. Petrópolis: Vozes, 1992.

¹⁰² Idem. P.42-43.

¹⁰³ Idem.

Justiça do Comércio do Resgate de Escravos da Costa da África”, datado de 1798, e com segunda edição em 1808¹⁰⁴. Quando D. José produziu o seu texto, em 1798, já possuía a sua disposição parte da literatura abolicionista e o conhecimento do processo que colocou um fim na escravidão em São Domingos ¹⁰⁵.

A escravidão, para Azeredo Coutinho, “era o menor dos males para os africanos. Antes passar a vida como um escravo a sofrer as consequências da lei do vencedor, ‘que manda passar a espada nos vencidos’” ¹⁰⁶. D. José pediu mais humanidade no tratamento dispensado pelos senhores aos seus escravos. Também, nas palavras de Luiz Gustavo Cota, “indagava se condizia com o cristianismo permitir que os bárbaros africanos morressem no paganismo e na idolatria do que resgatá-los como escravos para o seio da ‘santa religião’”¹⁰⁷.

Sobre o tráfico de escravos, D. José apresentava-se como favorável em nome da preservação da ordem colonial portuguesa. Combateu o direito natural defendido pelos ilustrados, não com argumentos religiosos, e sim no campo do próprio inimigo: a filosofia. O pacto preexistente dos direitos naturais, para D. José, não existia, todos os direitos eram provenientes da sociedade em que o homem estava inserido ¹⁰⁸. O argumento utilizado por Azeredo Coutinho foi resumido nas palavras de José Murilo de Carvalho:

“Se a natureza criou o homem para a sociedade, a sociedade é obra da natureza. Daí, também, que todos os meios necessários à preservação da sociedade são concedidos pela natureza. Os direitos naturais, tanto da sociedade como do homem, são deduzidos da necessidade da existência. [...] A justiça da lei de qualquer sociedade consiste no maior bem ou no menos mal dela decorrente em determinadas circunstâncias. [...] a liberdade do homem não é direito natural absoluto, como querem os novos filósofos, mas relativo às necessidades sociais” ¹⁰⁹.

¹⁰⁴ AZEREDO COUTINHO, D. José Joaquim. “Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate de Escravos da Costa da África”. IN: **Obras econômicas de J. J. de Azeredo Coutinho**, 1794-1804. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966. P.231-307.

¹⁰⁵ CARVALHO. Op. Cit.

¹⁰⁶ COTA. OP. Cit. P.10

¹⁰⁷ Idem. p.10

¹⁰⁸ AZEREDO COUTINHO Op. Cit. e CARVALHO. Op. Cit.

¹⁰⁹ CARVALHO. Op. Cit. p.45

No livro *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*, publicado em 1887, o abolicionista anticlerical, Luís Anselmo da Fonseca descreveu D. José Azeredo Coutinho como um homem distinto, o que não diminuía e sim agravava a sua “culpa enorme de haver defendido o tráfico africano e a escravidão” ¹¹⁰. De acordo com Fonseca, os escritos de D. José em favor da escravidão e do tráfico não poderiam ser justificados pela época em que foram redigidos, uma vez que nos Estados Unidos e na Inglaterra já havia sido elaborado um questionamento do tráfico desde o século XVII. Na obra do Bispo, segundo Fonseca, a questão servil foi encarada dos pontos de vistas moral, religioso, econômico e político ¹¹¹.

De acordo com o pensamento de D. José, a escravidão era uma necessidade social, e o seu fim representaria um grande desastre para Portugal, pois destruiria a economia de suas colônias. “Pela lei da sobrevivência, o comércio de escravos é justo para Portugal” ¹¹². Para África era a maneira de difundir a religião católica. No argumento de D. José a razão cristã desaparece, só resta razão colonial ¹¹³.

Sendo o catolicismo e a escravidão julgados como instrumentos fundamentais para a colonização das novas terras, eles mantiveram uma forte comunicação a fim de tentar legitimar o projeto luso para a sua colônia americana.

Com a independência política do Brasil, segundo José Murilo de Carvalho, a razão colonial foi substituída pela razão nacional. Com o rompimento com Portugal, os interesses da coroa foram extintos, entrou em cena a necessidade de afirmação de um modelo de nação para o País independente. A partir desse norte, e ainda sob o regime de padroado, a Igreja foi acusada de se ausentar das discussões da questão servil, de modo que o discurso emancipacionista foi tomado pela aspiração da nacionalidade, em detrimento dos argumentos religiosos.

Um ano após a independência, em 1823, o patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada, escreveu uma *Representação* à Assembléia Geral Constituinte do Império sobre a escravidão. O documento foi uma tentativa de influenciar os parlamentares para discussão da questão servil. O texto apresentou a necessidade de fazer do recente país independente, uma nação homogênea e, para isso, a escravidão deveria ser abolida.

¹¹⁰ FONSECA, Luís Fonseca. Op. Cit.

¹¹¹ Idem.

¹¹² CARVALHO. OP. Cit. P.46.

¹¹³ Idem. e AZEREDO COUTINHO Op. Cit.

No argumento de José Bonifácio, de acordo com José Murilo de Carvalho, a razão cristã foi apenas um reforço ao argumento da razão nacional ¹¹⁴. Andrada chegou a utilizar discursos religiosos para condenar a escravidão: considerava o cativo um pecado e baseava-se no espírito humanitário do Novo Testamento. Em suas próprias palavras, a escravidão era “de certo um atentado manifesto contra as Leis eternas da justiça e da religião” ¹¹⁵.

José Bonifácio acusou o clero brasileiro de omissão diante dos horrores da escravidão.

A nossa religião é pela maior parte um sistema de superstições e de abusos anti-sociais; o nosso clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os acumula para enriquecer pelo comércio, pela agricultura, e para formar, muitas vezes, das desgraças das escravas um Haren turco ¹¹⁶.

José Bonifácio, em sua *Representação* à Assembléia Constituinte, apresentou a necessidade de abolir o comércio de escravos, e gradualmente decretar o fim da escravidão no Brasil. Essas duas medidas eram entendidas como indispensáveis para a formação de uma nacionalidade homogênea ¹¹⁷. Antes da independência, de acordo com Bonifácio, era do interesse do “antigo Despotismo” manter na colônia “um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade e sem irmandade” ¹¹⁸ para melhor explorá-lo. Mas, como “um povo livre e independente” o Brasil não poderia ser “habitado por uma multidão imensa de escravos brutais”, por isso deveria ser formada “em poucas gerações uma nação homogênea” ¹¹⁹. Era a hora de acabar com “tanta heterogeneidade física e civil” e formar “um todo homogêneo e compacto” ¹²⁰.

O grande nome do abolicionismo brasileiro, Joaquim Nabuco, defendeu ideias parecidas com as apresentadas por José Bonifácio, de quem era admirador. Nabuco escreveu em 1883, 60 anos após a *Representação* de Bonifácio, *O Abolicionismo*. Nesta obra o autor defendeu que a luta pelo fim da escravidão no Brasil foi fundamentada por

¹¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e Razão Nacional”. IN: **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp.35-63.

¹¹⁵ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Op. Cit. 1825.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem. P.7.

¹¹⁹ Idem. P.8.

¹²⁰ Idem. P8.

um esforço de construção da nacionalidade, formada, sobretudo, pela “união das raças na liberdade” ¹²¹. Aqui, o fim do escravismo realizar-se-ia mais por um movimento político do que por um movimento religioso ou filantrópico que envolvesse a condenação moral e cristã dos horrores do cativo.

Joaquim Nabuco escreveu sobre a necessidade da abolição da escravidão para a formação de uma nacionalidade para Brasil ¹²². A cada ano de regime escravista, segundo o autor, gerava uma degradação da nação, pois o cativo impedia o surgimento “de uma nova geração educada em outros princípios” ¹²³, que permitisse ao povo brasileiro entrar no caminho do progresso.

No discurso de José Bonifácio e de Joaquim Nabuco, de acordo com José Murilo de Carvalho, “a razão nacional obscurece os argumentos baseados no valor da liberdade como atributo inseparável da moderna concepção de indivíduo seja na versão religiosa, seja na versão filosófica” ¹²⁴.

Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, no Brasil, as falas contra a escravidão priorizaram a razão nacional e colocou em segundo plano o discurso religioso. Aqui, de acordo com Luiz Gustavo Cota, o argumento religioso perdeu espaço, e o interesse estava no estabelecimento de uma ordem social de acordo com os objetivos dos grupos dominantes, e não na satisfação de uma vontade divina ¹²⁵. Os emancipacionistas brasileiros tentavam resolver a questão servil do ponto de vista da nacionalidade, e adequando-se aos interesses diversos, inclusive dos senhores escravistas, e com atenção especial para não perturbar a ordem social vigente.

Durante o período colonial, o interesse metropolitano prevaleceu sobre o desenvolvimento de qualquer argumento religioso que combatesse a escravidão no Brasil, uma vez que uma crítica à escravidão colocava em risco a permanência dos religiosos em terras portuguesas. Quando se tornou um país independente, o Brasil necessitava de um projeto de nação, que esteve presente nos discursos antiescravistas e, junto com a manutenção do regime de padroado, silenciou o surgimento de discursos religiosos contra o cativo.

¹²¹ Ibidem. P.47.

¹²² NABUCO. O Abolicionismo. 1883. Rio de Janeiro: Best Bolso. 2010.

¹²³ Idem. P.39.

¹²⁴ CARVALHO. Op. Cit. P.59.

¹²⁵ COTA, Op. Cit.

No entanto, os argumentos religiosos aparecem na propaganda emancipacionista, mesmo que durante os anos finais do cativeiro no Brasil. Assim, fica a pergunta: quais estratégias foram utilizadas pelo clero para elaborar e colocar em prática essa defesa da abolição nos últimos suspiros do escravismo no Brasil?

CAPÍTULO II

O abolicionismo cristão: o caso do catolicismo brasileiro

*Essa lei foi feita as pressas
Sem hesitação, sem medo,
Parece que nesse arranjo
Da providência houve dedo*¹²⁶.

2.1. O Pensamento Emancipacionista Católico

O discurso de Bonifácio estreou uma versão muito comum entre os estudiosos que analisaram a relação da Igreja Católica com a abolição da escravidão no Brasil: o clero brasileiro nada fez pela sorte dos cativos que sofriam com os males do regime escravista, ao contrário, apoiaram e usufruíram dele até o seu fim. Nesse mesmo sentido, Joaquim Nabuco, que tentava alcançar a adesão de uma opinião pública capaz de sustentar a luta pelo fim do cativeiro no Brasil, acusou a Igreja de não contribuir para a formação de um sentimento antiescravista entre os seus fiéis, mesmo com tanto poder que possuía em terras brasileiras e católicas. Nas palavras do próprio Nabuco:

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentando com fervor pelas diferentes igrejas e comunhões religiosas. entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção, pelo nosso clero, do posto que o Evangelho lhe marcou, foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativeiro, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos nem condenou o regime religioso das

¹²⁶ MARQUES, Vigário José Francisco. Cabo Frio, 31 de maio de 1888. Publicado em *O Apóstolo*, dia 2 de setembro de 1888.

senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação.

*Se o que dá força ao abolicionismo não é principalmente o sentimento religioso, o qual não é a alavanca de progresso que poderia ser, por ter sido desnaturado pelo próprio clero, também não é o espírito de caridade ou filantropia. A guerra contra a escravidão foi, na Inglaterra, um movimento religioso e filantrópico, determinado por sentimentos que nada tinham de político, senão no sentido em que se pode chamar política à moral social do Evangelho. No Brasil, porém, o abolicionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade*¹²⁷.

Em outra obra Joaquim Nabuco reconheceu a importância dos argumentos religiosos na propaganda abolicionista e, por isso, com a ajuda dos abolicionistas britânicos¹²⁸, visitou Roma em fevereiro de 1888 para pedir o apoio do Papa Leão XIII, na condenação da escravidão no Brasil. Um pronunciamento do pontífice a favor da abolição poderia “tocar o sentimento religioso da princesa”¹²⁹, que era adepta do catolicismo ultraromano, e provavelmente acataria a determinação do Sumo Pontífice¹³⁰.

Em sua visita à Roma, Joaquim Nabuco realizou um apelo ao Papa não “somente pelos escravos do Brasil, mas por toda a raça negra, pela África”¹³¹. Assim,

uma palavra de Sua Santidade aos senhores católicos no interesse dos seus escravos, cristãos como eles, não ficaria encerrada nos vastos limites dos Brasil, teria circunferência mesma da religião, penetraria como uma

¹²⁷ NABUCO, Joaquim. Op. Cit. 1883. p.46-47.

¹²⁸ CARVALHO, José Murilo & BETHELL, Leslie. *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos...*

¹²⁹ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Martin Claret. 2004 p.164. Original escrito entre os anos de 1893 e 1899.

¹³⁰ DAIBERT JÚNIOR, Robert. “Entre o trono e o altar: o Terceiro Reinado e o abolicionismo católico na redenção dos cativos”. IN: **Encontro regional de História – Seção de Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH-MG)**. São João Del Rei. Anais Eletrônico do XV Encontro Regional de História – Seção Minas Gerais da Associação nacional de História (ANPUH-MG): ANPUH-MG, 2006.

¹³¹ NABUCO, Joaquim. Op. Cit. 2004. p.164.

Qualquer atitude tomada pelo Papa Leão XIII em prol da libertação dos cativos “seria um benefício incalculável” para eles¹³³.

No dia 10 de fevereiro de 1888, Nabuco encontrou-se com o Sumo Pontífice numa audiência particular. Nessa audiência, o abolicionista brasileiro apresentou ao Papa a importância do seu pronunciamento para luta pela liberdade, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. A audiência durou cerca de 45 minutos e, se culminasse na adesão de Leão XIII à causa abolicionista, o seu pronunciamento se configuraria como “um ponto de apoio na consciência católica do país, que seria da maior vantagem para a realização completa da nossa esperança”¹³⁴.

Após Joaquim Nabuco realizar o seu pedido, o Papa respondeu que tomaria partido a favor da luta pela libertação dos cativos do Brasil. Nabuco, então pediu a Leão XIII que

*a sua voz chegasse ao Brasil antes da abertura do Parlamento, que tem lugar em maio. A palavra de Vossa Santidade exerceria a maior influência no ânimo do governo e da pequena parte do país que não quer ainda acompanhar o movimento nacional. Nós esperamos que Vossa Santidade diga um palavra que prenda a consciência de todos os verdadeiros católicos*¹³⁵.

Ao final da audiência, em uma carta enviada ao Brasil, Joaquim Nabuco se disse satisfeito pelo resultado, pois o Papa Leão XIII havia lhe prometido um pronunciamento, e que teria “para todos os católicos maior influência do que poderia ter qualquer outra manifestação em favor dos escravos”¹³⁶. Além disso, a visita a Roma aumentou a emoção que a campanha abolicionista causou em seu espírito, e uma nova vida surgiu daquelas impressões religiosas “assimiladas no ardor de um combate que devia encerrar e resumir” a sua “vida militante...”¹³⁷.

¹³² Idem. p.165.

¹³³ Ibidem. p.165.

¹³⁴ Idem. p.168.

¹³⁵ Idem. p.168.

¹³⁶ Idem. p.172.

¹³⁷ Idem. p.175.

O relato de Joaquim Nabuco, escrito após o 1888, permitiu averiguar a importância desempenhada pelo posicionamento adotado pelos ocupantes dos altos cargos da hierarquia eclesiástica católica em relação à questão abolicionista para o sucesso final da campanha a favor da liberdade dos escravos. A adesão do clero ao movimento libertador foi fundamental para aumentar o ritmo dos acontecimentos que, mais tarde, resultariam na abolição da escravidão no Brasil. Por isso, Joaquim Nabuco empreendeu esforços significativos para conquistar do Santo Padre uma ação que pudesse despertar um comprometimento dos clérigos e dos fiéis à causa da liberdade.

A elite eclesiástica do Brasil adotou uma posição contrária à escravidão. Vozes contra o cativo foram ouvidas dos Bispos de diversas localidades, e inclusive da mais alta hierarquia da Igreja: o Santo Papa, Leão XIII. Em 5 de maio de 1888, o Pontífice escreveu o pronunciamento pedido por Nabuco, era a encíclica papal *In Plurimis*, sobre a abolição da escravidão. No documento, o Papa disse que as liberdades concedidas em homenagem ao cinquentenário de seu sacerdócio foram as que mais o sensibilizou entre as “imponentíssimas manifestações de piedade”¹³⁸ que recebeu do mundo todo.

Nesse sentido, o discurso sobre a ausência quase total da participação do clero no emancipacionismo brasileiro pode ser revisto com o uso de uma documentação específica, como as cartas pastorais, a encíclica papal e as notícias e textos doutrinários do jornal *O Apóstolo*.

Outro autor do século XIX, que mencionou a relação entre a Igreja Católica e a abolição, foi Luís Anselmo da Fonseca. Médico, pardo e baiano, ele elaborou, em 1887, um escrito intitulado *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*¹³⁹. Abolicionista e opositor à Igreja Católica, fez dessa obra uma denúncia da “maneira indiferente e pacífica com que a Igreja aceitava a escravidão, dela se utilizando e nada fazendo para que fosse abolida em nosso país”¹⁴⁰. O clero, na visão de Anselmo da Fonseca, não teve importância nenhuma no movimento abolicionista, pois não se destacou com a adoção de ações favoráveis à liberdade. A ausência dos clérigos nessa luta em prol da extinção da escravidão foi explicada pelo autor como reflexo das expressivas ignorância e

¹³⁸ LEÃO XIII. **Sobre a Abolição da Escravatura: Carta Encíclica “In Plurimis”**. Coleção documentos pontifícios, nº 140. Petrópolis: Vozes. 2ª edição. 1987.

¹³⁹ FONSECA, Luís Fonseca. **A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. Original de 1887

¹⁴⁰ Idem. p.XIII.

imoralidade do clero brasileiro, que deveriam despertar na população a reivindicação por um clero mais moralizado, inteligente e trabalhador ¹⁴¹.

Para reforçar os seus argumentos, Luís Anselmo da Fonseca fez uso da passagem de *O Abolicionismo* que acusava a Igreja Católica de se omitir na luta pela abolição, e afirmou que “jamais se formularão proposições mais verdadeiras” que aquelas ¹⁴². O autor, então, se perguntou: “o que tem feito o clero sobre a escravidão?”, e a sua resposta foi: “de bem quase nada; de mal muito” ¹⁴³. Além de Joaquim Nabuco, Fonseca também utilizou a *Representação* de José Bonifácio à Assembleia Constituinte e os escritos de D. José Azeredo Coutinho para solidificar a sua opinião. Essa nulidade do clero no processo emancipacionista, para Anselmo Fonseca, foi uma consequência da valorização do culto externo em detrimento da moral cristã, que entre os prelados brasileiros não possuía a menor importância ¹⁴⁴.

A constatação da ausência de contribuição do clero para o fim da escravidão deve receber um olhar crítico. Durante centenas de anos a Igreja Católica contribuiu para a manutenção da escravidão no Brasil e, inclusive, foi grande proprietária de terras e escravos. No entanto, a ação dessa instituição no processo abolicionista não pode ser totalmente anulada.

A historiografia vem apresentando que durante os mais de trezentos anos de escravidão, a Igreja Católica e seus sacerdotes mostram uma postura ambígua. Durante o período colonial, enfrentaram dificuldades para condenar o cativo e acabaram utilizando a Bíblia para garantir que os senhores não seriam condenados. Após a independência houve um período de omissão, provocado pelo regime de padroado e a razão nacional, mas reapareceram no apagar das luzes. Entretanto, acredito ser necessário ir além dessas constatações, e investigar qual projeto emancipacionista foi proposto pela liderança católica, e identificar quais foram as suas principais diretrizes.

A ideia consagrada da ausência de participação do catolicismo brasileiro ultramontano na contestação da escravidão deve ser contestada, já no período da aprovação da Lei de Ventre, quando apareceram os primeiros apoios a causa emancipadora. Entretanto, essa ligação entre Estado e a Igreja estabelecida pelo regime de padroado, quase que limitava a atuação do clero contrária à essa medida do governo.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Ibidem. p.28.

¹⁴³ Idem. p. 29.

¹⁴⁴ Idem.

A partir a década de 1880, porém, o envolvimento dos eclesiásticos com o movimento emancipador ganhou mais densidade.

Entendo que as análises históricas devem preocupar-se com a vivência dos indivíduos e dos grupos sociais, e edificar as relações construídas pelo sujeito em diferentes conjunturas, assim relaciona-se o micro com o macro. A redução da escala de análise, como alertou Ginzburg, possibilita a reconstrução do vivido e permite pensar as estruturas das relações sociais ¹⁴⁵.

Considerar o pensamento antiescravista católico como atuante no processo histórico, assim como as razões políticas e econômicas é fundamental para identificar a realidade vivenciada pela elite eclesiástica brasileira na luta que resultou no fim da escravatura na “Terra de Santa Cruz”. O problema da escravidão envolveu uma série de esferas das vidas das pessoas que vivenciaram o momento, pois ele não foi um problema apenas econômico e político, envolveu também a religião dos brasileiros.

A religião oficial do Estado brasileiro e da maioria dos seus habitantes era o catolicismo. Com a constituição de 1824, a Igreja Católica manteve o seu domínio sobre o Brasil e o momento de discussão da questão servil, ela não se ausentou, fato comprovado pelas publicações do jornal católico *O Apóstolo*, que era organizado pela elite eclesiástica brasileira, sobretudo pelo bispado do Rio de Janeiro, sob a liderança do Bispo Pedro Lacerda. Assim como grande parte da opinião pública, *O Apóstolo* não possuía uma preocupação direta com a questão servil até serem iniciadas as discussões da Lei do Ventre Livre, mas, a partir da década de 1870, o jornal religioso passou a defender uma posição emancipacionista ¹⁴⁶.

Nos editoriais publicados ao longo da década de 1880 transpareciam o apoio do jornal às medidas do governo a favor da emancipação dos cativos, afinal a Igreja Católica estava ligada ao Estado pelo regime de padroado, e marcavam a participação do catolicismo na luta pela abolição. O jornal passou a denunciar os horrores da escravidão e apontava para o empecilho causado por essa instituição para o progresso do país. A tentativa, segundo Martha Abreu, era esconder o apoio dado à instituição

¹⁴⁵ GINZBURG; CASTELNUOVO & PONI. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. IN: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro /Lisboa, Bertrand Brasil /Difel, p.169-178. 1991.

¹⁴⁶ ABREU. Op. Cit. 2001.

escravista durante o período colonial e marcar a sua atuação na transformação provocada pela abolição ¹⁴⁷.

O Apóstolo, que expressava a opinião da maioria dos membros da elite eclesiástica do Brasil, publicou textos que, nas palavras de Martha Abreu, “sustentariam ideologicamente um processo de abolição gradual, hierarquizado, dentro da ordem e garantidor dos laços de dependência que uniam senhores e escravos” ¹⁴⁸. Nesse sentido, os editoriais de 1871, relatavam com entusiasmo a Lei do Ventre Livre, afinal era uma medida gradualista pelo fim da escravidão e mantenedora da ordem social estabelecida. A lei que libertava os filhos das escravas era anunciada como mais um passo na caminhada da abolição no Brasil, mas também foi caracterizada como uma lei defeituosa, sobretudo por não estabelecer um prazo final para a escravidão.

No ano de 1871, os editoriais de *O Apóstolo* noticiaram, com entusiasmo, a Lei do Ventre Livre. O jornal defendia uma abolição gradual, “em nome do sentimento, da religião e da civilização, que o cristianismo sempre desenvolveu, e em nome da própria humanidade do negro, que fazia parte da ‘família brasileira’, ‘composta de filhos de um mesmo Deus’” ¹⁴⁹. *O Apóstolo* chamava o governo e os particulares à cooperarem com o projeto, e aos opositores dispensavam críticas. Afirmava que esse tipo de reforma necessitava “sacrifícios” ¹⁵⁰. O projeto era visto com uma caminhada para o fim da escravidão, embora não fosse avaliado como o melhor. No número do dia 21 de maio de 1871 o projeto é caracterizado, não como perfeito, principalmente devido à ausência de um prazo final para sobrevivência da escravidão ¹⁵¹.

Com a aprovação da Lei do Ventre Livre, o Bispo do Rio de Janeiro. D. Pedro Maria de Lacerda, recomenda a divulgação da lei por toda a província, e que anunciasse o dia em que foi estancada a escravidão no Brasil. Para os senhores anunciavam o amor das crianças, que lhes seriam gratas pela sua liberdade, e para os escravos recomendava o amor para com os seus senhores. Logo, o grande lema do pensamento católico sobre a questão servil era a abolição com a manutenção das relações de dependência por meio da gratidão ¹⁵².

¹⁴⁷ ABREU, Martha. Op. Cit. 2001.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 81.

¹⁴⁹ Idem. P.82. A autora cita o Jornal *O Apóstolo*, 4 de junho e 30 de julho de 1871.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ *O Apóstolo*, 21 de maio de 1871.

¹⁵² ABREU. Op. Cit. 2001.

Ao longo da década de 1880, *O Apóstolo* manteve em sua pauta os mesmos assuntos da década de 1870, no entanto, como muito mais freqüência, como a humanidade dos escravos e dos libertos, incentivos à concessão de alforrias, recomendação de prudência aos senhores para manterem os ex-escravos no trabalho e, é claro, a afirmação da participação ativa da Igreja Católica na luta contra a escravatura. Nesta década, o jornal defendeu um projeto educacional para desenvolver a boa índole e o amor ao trabalho entre os libertos e os ingênuos, sem os quais estes indivíduos sem instrução ficariam na ociosidade¹⁵³. No periódico católico foram utilizados argumentos sobre a usurpação da liberdade dos negros que agora deveria ser restituída por justiça e para a salvação do usurpador. A escravidão, como o tempo, passou a ser vista como o próprio pecado e não mais como resultado dele ¹⁵⁴.

O primeiro número do jornal abolicionista *O Amigo do Escravo*, um periódico cuja missão era lutar “como soldado bisonho, mas cheio de entusiasmo pela causa que advoga – *a redenção do cativo*”, foi publicado entre 27 de outubro de 1883 e a 27 de janeiro de 1884 ¹⁵⁵. Na estréia foi anunciada a germinação da semente abolicionista em todas as esferas da sociedade, pois faltava apenas a benção da Igreja à causa, mas não falta mais, essa lacuna foi preenchida, pois:

Sua Exma. Revma. Sr Bispo do Rio de Janeiro [Sr. Bispo D. Lacerda] aderiu (...) à santa causa e prometeu todo o seu apoio ao Centro abolicionista! O procedimento digno e exemplar do honrado e virtuoso Sr. Bispo Lacerda, foi logo imitado por S. Ex. Revma. O Sr. Bispo da heróica província de Pernambuco que colocando-lo também na vanguarda da santa cruzada com o cruxifixo em uma das mãos e os Santos Evangelhos na outra, emprega todos os seus esforços para suavizar a sorte dos nossos irmãos escravizados, procurando libertá-lo o mais breve possível! ¹⁵⁶

O órgão abolicionista apresentou a adesão dos preladados à causa que defendiam, e expressou o seu desejo para que “o procedimento dos dois Exms. Snrs. Bispos acima

¹⁵³ Para saber mais sobre o projeto educacional proposto pelo *O Apóstolo* vide. ¹⁵³ ABREU. Op. Cit. 2001.

¹⁵⁴ COTA, Op. Cit.

¹⁵⁵ *O Amigo do Escravo* foi um órgão da imprensa abolicionista publicado entre outubro de 1883 e janeiro de 1884 pela tipografia camões, no Rio de Janeiro.

¹⁵⁶ *O Amigo do Escravo*, 27 de outubro de 1883.

referidos” fosse “imitado pelos outros principais da Igreja”¹⁵⁷. O jornal conclamou “em nome de Deus, em nome da humanidade” que os Bispos do Brasil aderissem “quanto antes essa Santa e Justa causa”¹⁵⁸. *O Amigo do Escravo* afirmou que se os Bispos do Brasil se dignassem a “seguir esse caminho traçado por seu mestre e pelos Ill. SS. Padres seus representantes na terra, estamos certo que em muito pouco tempo não existirá um só escravo na terra de Santa Cruz!”¹⁵⁹. Com essas palavras, o periódico reforçou a participação do clero mencionou a associação desse grupo ao movimento libertador no início da década de 1880, mas vai ser a partir de 1887 que o envolvimento do clero será mais efetivo.

No entanto, essa adesão da elite eclesiástica não significava um projeto emancipador único. As propostas para o fim do cativeiro no Brasil eram múltiplas, uma vez que cada grupo social deveria empregar nelas os seus interesses, e no caso dos eclesiásticos, ainda possuíam os limites impostos pelo regime de padroado. A liderança católica, assim, propôs um projeto emancipacionista com características próprias, estabelecidas de acordo com o propósito que se pretendia defender.

Uma estratégia utilizada pelos membros do clero brasileiro para obter a mobilização da sociedade cristã em prol da abolição foi a denúncia dos horrores da escravidão. Um texto que apresentou características do pensamento abolicionista defendido pelo clero brasileiro foi a carta pastoral produzida em 1887, por D. Antônio Maria Corrêa de Sá Benevides, então Bispo de Mariana. As cartas pastorais eram documentos produzidos pelos Bispos e direcionados a todas as paróquias, com recomendações de caráter religioso e moral a serem seguidas pelos fiéis¹⁶⁰. Em sua pastoral, D. Benevides colocou o pecado como a origem da escravidão, a mesma origem de outros males da humanidade como “a peste, a guerra, as doenças, e tantas outras misérias”. O cativeiro, pelas palavras do prelado, “arranca a natural liberdade” que ornamentava a vida e era “condição essencial para ser feliz neste desterro”¹⁶¹.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ ABREU. Op. Cit. 2001.

¹⁶¹ BENEVIDES, Antônio Maria Corrêa de Sá e. *Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides, bispo de Mariana, sobre a extinção do elemento servil*. Mariana: Joaquim Alves (antigo Bom Ladrão), 1887.

O documento escrito por D. Benevides apresentou a abolição como uma “questão vital”, uma vez que o seu autor reconheceu a escravidão como um pecado ¹⁶². O fim do cativo significava, então, “a salvação de muitas almas, tanto dos senhores, como dos escravos”, almas que “grandemente perigam” devido à manutenção do escravismo entre os cristãos ¹⁶³. D. Benevides utilizou argumentos religiosos para afirmar que Deus não criou o homem para ser escravo de outro homem, quando o Senhor criou a humanidade permitiu a sua dominação sobre os outros animais, “e não sobre seu semelhante” ¹⁶⁴. Percorrendo nessa direção, a conclusão do Bispo foi lógica: “a escravidão é uma oposição direta aos desígnios de Deus; é a perturbação de sua obra, é uma deformidade hedionda do criador [...]” ¹⁶⁵. A escravidão era o próprio pecado que ameaçava a salvação dos brasileiros.

Os escravos foram considerados por D. Benevides como “irmãos” que ainda esperavam “o dia da liberdade” ¹⁶⁶. O pronunciamento do Bispo foi “em favor de grande número” desses irmãos, “em favor dos grandes princípios plantados por nosso Senhor Jesus Cristo” ¹⁶⁷. O fim do escravismo promoveria “a honra da pátria” e “a expansão do cristianismo”. A argumentação de D. Benevides prosseguiu preenchida com muitos argumentos de ordem religiosa. O Bispo de Mariana utilizou os ideais do Novo Testamento, pelo qual “Jesus Cristo nos resgatou a todos da servidão e julgo do pecado e do demônio, e a todos nos fez seus irmãos, seus filhos, co-herdeiros de sua glória” ¹⁶⁸. Diante de Cristo não havia “senhores, nem escravos”, seriam “todos filhos do mesmo Pai, membros da mesma família” ¹⁶⁹.

Os horrores da escravidão denunciados pelos prelados também esteve presente em um artigo publicado um mês antes da abolição, no jornal *O Apóstolo* que declarava: “A história da escravidão é um manancial de lágrimas e dores, de sombras e gemidos!” ¹⁷⁰. A escravidão era apresentada pela sua fase mais perversa, que chocava os leitores católicos de *O Apóstolo*. A escravidão marcou um período maligno, com cenas “quase

¹⁶² Idem

¹⁶³ Idem

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ *O Apóstolo*, 13 de abril de 1888

inacreditáveis, dos suplícios e atrocidades contra o seu semelhante”¹⁷¹, essa era a imagem da “instituição mais detestada de que há memória”¹⁷² difundida pelo jornal católico.

A apresentação da contradição entre escravidão e os ideais do cristianismo contribuiu para a conversão dos católicos brasileiros à causa da liberdade. Num país de maioria católica uma denúncia dessa incompatibilidade realizada por um Bispo poderia refletir em libertações e aumento da opinião pública a favor da abolição.

O Bispo de Mariana, ainda em sua carta pastoral de 1887, foi diretamente ao ponto das libertações: defendeu a distribuição de cartas de alforria a medida da possibilidade de cada senhor. D. Benevides pediu a contribuição dos fiéis para apressar “o dia da redenção geral de todos os brasileiros”, para utilizar a sua generosidade “em nome da religião” a fim de ajudarem o movimento de libertação promovido por “tantas almas generosas”¹⁷³. O caminho era o oferecimento da “liberdade a todos ou a parte dos escravos, que ainda possuíam”¹⁷⁴. O objetivo era alcançar ações em direção a liberdade e, mesmo se não houvesse condição de concessão da alforria naquele momento, o Bispo aconselhava a libertação sob “a condição de prestarem serviço por tempo limitado”¹⁷⁵.

O “óbolo” da liberdade deveria ser dado “por amor da humanidade”, que sofria com a escravidão, “por amor deste Brasil” desprezado devido ao regime escravista, e “amor daquele Deus, que veio ao mundo remir os cativos da culpa e pena eterna”¹⁷⁶.

Nesse percurso em direção à libertação, D. Benevides convocou a participação do clero brasileiro, da qual acreditava ter um “resultado magnífico”, afinal, nas palavras do Bispo “em todas as obras grandes em benefício da humanidade encontramos sempre o clero como iniciador ou valioso auxiliar de sua execução”¹⁷⁷. Os sacerdotes deveriam seguir as lições de Deus, de quem eram “ministros e representantes”, e auxiliar a libertação dos cativos e “aconselhar e persuadir para que” os fiéis a auxiliassem “na medida de suas forças”¹⁷⁸. Para a ação do clero ser proveitosa nessa obra, era

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² *O Apóstolo*, 13 de maio de 1888

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Idem.

necessário que dele partisse o exemplo e por isso pedia “a manumissão de todos os escravos do clero”¹⁷⁹.

O incentivo e a valorização da alforria também foi assunto nos editoriais de *O Apóstolo*. A principal forma de valorizar a “dádiva” da liberdade “concedida pelos senhores benevolentes” era pela divulgação e felicitação de tais atos. Em número publicado em 4 de abril de 1888, o jornal católico noticiou a distribuição de 127 cartas de alforria, realizada pelo comendador José Jerônimo de Mesquita, na cidade imperial de Petrópolis, em comemoração ao domingo de Páscoa. Os documentos comprobatórios da liberdade concedidas no Palácio de Cristal contaram com a assinatura da Princesa Isabel, de seu esposo, o Cone d’Eu, de seus filhos, D. Pedro e D. Luiz e de todo o corpo diplomático e político presente no ato. Após a cerimônia de entrega das manumissões, segundo o jornal, houve festa de comemoração à reintegração da liberdade seqüestrada daqueles indivíduos¹⁸⁰.

Já no dia 9 do mês em que foi realizada a abolição da escravidão, *O Apóstolo* noticiou mais um caso de alforria. Desta vez, o benfeitor foi o barão de Águas Claras, que em comemoração à visita do Internúncio Apostólico para batizar o seu filho, libertou todos os seus cativos. A notícia ainda é acompanhada de outras libertações, como as dos escravos Sebastião e Josefa que pertenciam ao Sr. Candido de Oliveira Gomes, morador da freguesia de Macabú, o proprietário ainda abdicou dos serviços das ingênuas Paula e Josefa. O jornal católico também informou que na mesma freguesia, a de Macabú o Sr. Florêncio de Oliveira concedeu a liberdade definitiva, por meio de alforria, a escrava Emiliana¹⁸¹.

A libertação condicionada também foi divulgada pelo *O Apóstolo*. Em publicação de 4 de janeiro de 1888, foi noticiada a manumissão de 1600 escravos de um fazendeiro de Campos, na então província do Rio de Janeiro. A liberdade foi dada sob a condição de prestação de serviço até o dia 25 de dezembro do mesmo ano. O dito fazendeiro só não contava com o acontecimento de 13 maio de 1888¹⁸².

No mesmo editorial de *O Apóstolo* que tornou pública as libertações em Campos, foi publicado um texto sobre a emancipação no Brasil. O objetivo era impulsionar a abolição da escravidão nas cidades, mas sem abalar a ordem, e instruíu o

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ *O Apóstolo*, 4 de abril de 1888

¹⁸¹ *O Apóstolo*, 9 de maio de 1888

¹⁸² *O Apóstolo*, 4 de janeiro de 1888

cativo à submissão para a manutenção da paz nas fazendas, já que a lavoura ainda necessitava muito do trabalho escravo. Ao cativo restava a “espera em paz” do “dia glorioso de teu grande jubileu!”¹⁸³, e lembra o conselho “brilhante, sábio e prudente” dado pelos prelados: ‘quem vai ser livre não deve antes ser insubordinado’¹⁸⁴. O artigo foi escrito com entusiasmo e levantou “viva a libertação das capitais”, “viva a libertação das cidades”¹⁸⁵. O escravo deveria permanecer subordinado até o dia em que o seu senhor resolvesse lhe conceder a alforria.

No dia 31 de dezembro de 1887, o catolicismo mundial comemorava o jubileu de sacerdócio do Papa Leão XIII. Em homenagem a Santo Padre o clero brasileiro pediu a distribuição de cartas de alforria. O próprio Joaquim Nabuco que, dez anos após publicar *O Abolicionismo* lastimando “a neutralidade do clero perante a escravidão”¹⁸⁶ reconheceu, em *Minha Formação*, a importância das pastorais que recomendavam “aos seus diocesanos a oferecer como dádiva ao Santo Padre cartas de liberdade”¹⁸⁷. Os Bispos brasileiros declaravam nessas pastorais “que o modo mais digno e mais nobre de celebrar o aniversário sacerdotal de Leão XIII era para os possuidores darem liberdade aos seus escravos”¹⁸⁸.

¹⁸³ *O Apóstolo*, 4 de janeiro de 1888.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ NABUCO, Joaquim. Op. Cit.. 2004. P.163.

¹⁸⁷ *Idem*. P.163.

¹⁸⁸ *Idem*. P.164-165.



Papa Leão XIII.

Um relato dos resultados dessas ações em benefício da liberdade promovidas pelos prelados brasileiros foi escrito pelo próprio Joaquim Nabuco, que afirmou o surgimento de “uma manifestação religiosa e nacional [...] pela manumissão de multidões de escravos em nome do santo padre”¹⁸⁹. “O apelo moralmente unânime dos nossos prelados” exerceu “a maior influência sob o movimento abolicionista”¹⁹⁰. Tal iniciativa do episcopado brasileiro marcou o jubileu de Leão XIII pela libertação de “centenas de novas famílias brasileiras”. A intercessão dos prelados brasileiros pela libertação dos escravos, segundo Joaquim Nabuco, foi a que teve maior reconhecimento do Santo Pontífice.

De todos os dons postos aos pés de Leão XIII o tributo do Brasil sob a forma desses libertos cristãos, que tomam de longe parte em sua glorificação

¹⁸⁹ Ibidem. p.165.

¹⁹⁰ Idem. p.165.

universal, é talvez a única oferta que terá feito derramar ao santo padre lágrimas de reconhecimento ¹⁹¹.

Esse relato de Nabuco, feito na sua autobiografia ¹⁹², porém, não foi utilizado por José Murilo de Carvalho, que negou qualquer envolvimento da Igreja Católica no processo que deu fim ao escravismo. O autor optou por só trabalhar com *O Abolicionismo*, deixando velado o reconhecimento feito pelo próprio Nabuco sobre a atuação dos religiosos no emancipacionismo. Com isso, os incentivos às alforrias dos prelados não foram considerados na pesquisa de Carvalho, o que contribuiu para apagar um projeto emancipador defendido pelos representantes da Igreja Católica, e que pregava uma abolição lenta, gradual e com a manutenção da ordem. Para concretização desse objeto nada melhor do que as alforrias distribuídas pelos senhores e a gratidão dos libertos.

O próprio Papa manifestou a sua opinião sobre a atitude do clero do Brasil e dos fiéis em homenagem ao seu jubileu. O Pontífice afirmou em sua encíclica *In Plurimis*, em que falava sobre a escravidão no Brasil para os Bispos brasileiros e pedia o seu fim, que “em meio às numerosíssimas [...] manifestações de piedade” promovidas em diversas nações para felicitar o “cinquentenário do Nosso sacerdócio” a que “mais sensibilizou particularmente” foi a que “veio do Brasil, onde, por ocasião desse feliz acontecimento, foi legalmente restituída a liberdade a grande número daqueles que, no vasto território do Império, gemiam sob o jugo da escravidão” ¹⁹³.

O Papa julgou essa atitude como uma obra de caridade e resultado da misericórdia cristã dos fiéis brasileiros somada ao “zelo do clero” ¹⁹⁴. Entre os membros do clero que lembraram o jubileu do Santo Padre e aconselharam a sua comemoração com a distribuição de cartas de alforria, esteve o Bispo de Mariana. D. Antônio de Sá Benevides lembrou em sua carta pastoral de 19 de outubro de 1887, que no dia 31 de dezembro daquele ano o Padre Leão XIII celebrava 50 anos de sacerdócio, e que “de todos os pontos do globo” ou já foram realizados ou estavam sendo preparados “magníficos presentes, demonstrações estrondosas por tão feliz acontecimento” ¹⁹⁵. O Brasil não poderia ficar a margem dessas tão honrosas felicitações direcionadas ao

¹⁹¹ Idem. p.165.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ LEÃO XIII. Op. Cit. 1888. p.3.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ BENEVIDES. Op. Cit. 1887 p.4.

Papa, a nação deveria “tomar parte nesse concerto mundial”¹⁹⁶. D. Benevides sugere como demonstração de alegria pelo jubileu papal uma ação de “subido alcance”: “a libertação dos cativos”¹⁹⁷. A comemoração seria ainda maior se em “31 de dezembro pudessemos clamar em transportes de júbilo: O Clero de Mariana não tem mais escravos!”¹⁹⁸.

O próprio D. Antônio Benevides nos oferece um relato das manumissões que estavam sendo promovidas em comemoração a cinquentenário do sacerdócio de Leão XIII. Esse era “um magnífico exemplo! Insigne ato de Religião, de Caridade, de Fé”¹⁹⁹. A atitude desses fiéis era “uma agradecimento a Deus pelos favores concedidos a seu Vigário!”, e deveria ser imitada por muitos outros adeptos da religião²⁰⁰.

A esperança de D. Benevides era que ao menos todos os ocupantes de cargos eclesiásticos em Mariana pudessem libertar os seus cativos até o dia 31 de dezembro de 1887. Com a manumissão de todos esses escravos, a mensagem a ser entregue ao Papa contaria que “o Clero de Mariana celebra vosso Jubileu dando por amor de Deus, e em testemunho de amor e adesão à vossa pessoa, liberdade a todos os cativos que ainda possuía”²⁰¹.

As alforrias distribuídas por ocasião da celebração dos 50 anos de sacerdócio do Santo Papa, parece ter realmente ocorrido, como foi averiguado nas memórias de Joaquim Nabuco e no próprio pronunciamento do pontífice. Não só ocorreram como foi, pelas palavras do próprio Leão XIII, “a confirmação da esperança, bem cara, de que os brasileiros” almejavam “abolir e extirpar completamente a barbárie da escravidão”²⁰² em seu país.

O incentivo à alforria foi um prática usada pelo clero brasileiro desde a década de 1870, com intensificação na década de 1880. No ano de 1871, por conta das discussões da Lei do Ventre Livre foram noticiadas muitas alforrias, com congratulações aos senhores caridosos. O investimento nessa prática considerada benevolente era apenas um dos elementos do emancipacionismo defendido pela elite

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem. P.4

²⁰² LEÃO XIII. Op. Cit. P.3.

eclesiástica brasileira, cujo objetivo era o fim da escravidão com a manutenção da ordem social vigente.

Uma perturbação na arquitetura da sociedade brasileira colocava em risco todo um trabalho de inserção da Igreja Católica em um lugar privilegiado do edifício social. Se aos senhores o clero pedia a libertação, aos escravos ele pedia a manutenção das suas posições de subordinados, como já apareceu no trecho de *O Apóstolo* citado acima – ‘quem vai ser livre não deve antes ser insubordinado’²⁰³. A valorização do bom comportamento do escravo que deveria esperar a liberdade sem abalar a estrutura social aparece também nos estatutos de algumas associações que promoviam a libertação de cativos, entre elas, estava a que teve como protetor o já mencionado Bispo de Mariana, D. Antônio de Sá Benevides.

A Associação Marianense Redentora dos Cativos, criada em 24 de setembro de 1885, dia da festa de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos, em sua própria honra, possuía como objetivo “libertar o maior número possível de cativos dentre os Irmãos da Confraria das Mercês desta cidade”²⁰⁴. A associação era subsidiária da Confraria das Mercês de Mariana, “porém independente desta”²⁰⁵.

A escolha dos cativos a serem libertados passava por um processo, cujo início era no dia da segunda reunião geral da associação. A reunião foi marcada pelo estatuto para todo o dia 10 de agosto, dia de São Lourenço Mártir e aniversário da instituição da Ordem das Mercês. Nessa primeira etapa eram conhecidos quantos “irmãos cativos” iriam “ser beneficiados com a sua alforria alcançada das mãos de Nossa Senhora das Mercês”²⁰⁶. O segundo passo para a libertação era o sorteio de Nossa Senhora das Mercês, promovido em 31 do mesmo mês.

No dia 31 de agosto, festa de São Raimundo Nonato, Cardeal da Ordem de Nossa das Mercês eram colocados “em uma urna doze (12) nomes de irmãos escravos, alistados na confraria da mesma Senhora em Mariana”²⁰⁷. Em 24 de setembro, dia de Nossa Senhora das Mercês, os sorteados recebiam as suas cartas de alforria, na Igreja da mesma Santa, em Mariana, e “naqueles documentos se fará menção da Mesa

²⁰³ *O Apóstolo*, 4 de janeiro de 1888.

²⁰⁴ ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO MARIANENSE REDENTORA DOS CATIVOS. Mariana: Joaquim Alves Pereira (antigo Bom Ladrão), 1885.

²⁰⁵ *Idem*.

²⁰⁶ *Idem*.

²⁰⁷ *Ibidem*.

Administrativa desta associação”²⁰⁸. Era a última fase do processo de libertação dos cativos da Confraria das Mercês de Mariana, promovida pela Associação libertadora dos Cativos da mesma padroeira.

Os escravos participantes do sorteio eram seis mulheres e seis homens que apresentaram o “melhor comportamento moral e religioso”²⁰⁹. A associação declarou “o comportamento o principal motivo para entrar-se no sorteio de Nossa Senhora das Mercês”²¹⁰. O critério de escolha dos cativos beneficiados pela Associação deixou evidente que pelo projeto emancipador defendido pelos membros do catolicismo brasileiro, o escravo deveria esperar a liberdade sem contestar a estrutura social que o escravizava.

A exigência do bom comportamento para libertação dos cativos, segundo Liana Reis, era um meio de enquadrar o cativo na lógica escravista. Era libertado apenas quem nunca tivesse fugido e nem cometido algum crime e fosse dado ao trabalho. Pela análise da autora, essa “era uma forma encontrada para conter o potencial de rebeldia dos cativos e estimular o esforço dos mais dedicados ao trabalho”²¹¹. As associações desse tipo não possuíam um compromisso com a abolição imediata, ao contrário, defendiam uma abolição lenta, gradual, controlada e sem abalo à ordem, para isso auxiliavam os escravos isoladamente na compra da sua alforria²¹².

Tal atitude em relação ao escravo o colocava numa posição de digno de piedade e caridade humanitária cristã. A consideração dos escravos como incapazes de alcançarem a liberdade sozinhos por meios lícitos, contribuiu para formação de um ideário no qual a condução do processo abolicionista deveria ser tomada pelas mãos das elites ilustradas e civilizadas²¹³.

Pela divulgação realizada pelo *O Apóstolo* das alforrias concedidas pelos donos de escravos, a razão desse ato era os sentimentos religiosos dos senhores cristãos, de modo a silenciar a potência das revoltas escravas como um meio de alcançar a liberdade. As revoltas amedrontavam os senhores escravistas que, temerosos,

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ REIS, Liana. “*Abolicionismo, Imprensa e Poesia*”. IN: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). **Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro, 2007. P.49.

²¹² Idem. P.42-61.

²¹³ Ibidem.

respondiam aos cativos com atitudes classificadas como benevolentes, entre elas a concessão da alforria.

Os argumentos religiosos contra a escravidão, presentes nas notícias sobre os encaminhamentos da questão servil, compartilhavam as páginas do jornal *O Apóstolo* e dos documentos religiosos com a ideia de uma emancipação pacífica e sem perturbação da ordem. O pensamento católico antiescravista, de acordo com Martha Abreu, encontrava limites na manutenção da ordem, da propriedade e da legalidade, pois apesar da crise durante a questão religiosa, a Igreja ainda era totalmente ligada ao governo imperial²¹⁴.

Os defensores do emancipacionismo católico desejavam uma abolição lenta e gradual que não arriscasse o edifício social e ameaçasse o lugar privilegiado ocupado pela elite clerical no Brasil. Para isso advogava em prol da alforria, para alcançarem uma emancipação lenta e com a manutenção da ordem social vigente. Os membros do clero possuíam ideias particulares, como por exemplo, o combate à imigração em defesa do “elemento nacional”, a crença na capacidade dos libertos, que deveriam ser educados para a vida em liberdade. Mas esse ponto será analisado mais a frente.

Diante desse projeto emancipacionista desenvolvido pelo clero brasileiro, não se pode concluir que o argumento religioso e os membros da Igreja Católica mantiveram-se totalmente afastados do processo histórico que desencadeou a abolição da escravatura. A abolição defendida pelos clérigos por meio de argumentos religiosos deveria ser guiada pela continuidade de toda a estrutura social, atribuindo a abolição sentidos religiosos. A seguir por essa linha, os prelados passaram a defender a gradualidade do processo, a fim de manter os indivíduos nos locais sociais em que viviam no tempo do cativo. Para isso, o clero advogou pela alforria concedida pelo senhor para cativar a gratidão do escravo, pela qual estaria para sempre dependente do seu ex-senhor. Além disso, após o fim do cativo, eram necessárias medidas para que não houvesse nenhuma alteração na ordem social, o clero, então passou a lutar pela educação religiosa, moral e técnica do liberto. A abolição, então, contou com uma fase religiosa, que não pode ser excluída dos acontecimentos que desembocaram no maio de 1888.

²¹⁴ ABREU, Martha. Op. Cit. 2001.

2.2. O 13 de maio e as suas comemorações

Nos últimos momentos de vida do escravismo brasileiro, sobretudo a partir de 1880 e com destaque para o ano de 1887 e os meses que antecederam o maio de 1888, essa luta foi mais intensa, fato comprovado pelo aumento do número de publicações em *O Apóstolo* favoráveis à abolição da escravatura. Nesse processo final, o catolicismo brasileiro foi ainda mais participativo na luta pelo fim da escravidão. Houve historiadores ²¹⁵ que classificaram esse posicionamento como algo natural diante da onda abolicionista que tomou conta do país ao longo da década de 1880, eram os chamados abolicionistas de última hora. Apesar de *O Apóstolo* e os membros do clero brasileiro terem passado a defender a abolição com mais firmeza no segundo semestre de 1887, ou seja, muito próximo ao 13 de maio de 1888, isso, segundo Martha Abreu, não pode ser utilizado como um argumento de não participação do catolicismo no processo histórico. Fazer tal afirmação seria um julgamento arriscado, pois os acontecimentos eram imprevisíveis ²¹⁶.

Em reportagem publicada no domingo, 6 de maio de 1888, *O Apóstolo* comentou a Fala do Trono da Princesa Isabel ²¹⁷. Na abertura dos trabalhos parlamentares daquele ano, a Princesa Regente fez um pronunciamento rogando pela discussão da questão servil, uma vez que

“a extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e da liberdade dos particulares em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente de tal modo que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça de infeliz herança, que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a única exceção que nele figura, em antagonismo como o espírito cristão e liberal de nossas instituições” ²¹⁸.

O pronunciamento da Regente apresentou uma atmosfera favorável à abolição na sociedade brasileira: membros de diversos grupos sociais haviam aderido à causa abolicionista. A Princesa também fez usos de argumentos religiosos na Fala do Trono

²¹⁵ Um deles foi Beozzo. Op. Cit. e AZZI, Riolando. Op. Cit.

²¹⁶ ABREU, Martha. Op. Cit. 2001..

²¹⁷ *O Apóstolo*, 6 de maio de 1888.

²¹⁸ Fala do Trono pronunciada pela Princesa Isabel em 3 de maio de 1888. Apud. CARNEIRO, Edson.

Antologia do negro brasileiro. Rio de Janeiro: Agir, 2005. Disponível online em http://books.google.com.br/books?id=xpt1927ApUwC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

de 1888, ao declarar que a escravidão era um antagonismo ao espírito cristão ²¹⁹. O jornal católico recebeu as declarações de Isabel com entusiasmo e elogios à Princesa, que, segundo a folha católica, deixou a “formalidade legal” e “tradicional” e expressou o “voto nacional” ²²⁰. A “aglomeração de povo que ali representava toda a população do Império”, de acordo com *O Apóstolo*, “só esperava ouvir dos lábios da Augusta Princesa Imperial Regente uma única palavra” sobre a “extinção do elemento servil” ²²¹. As palavras que o povo esperava ansioso para ouvir foram pronunciadas com “doçura e harmonia angelical”, cheias de “patriótica e ardente convicção” ²²².

A notícia de *O Apóstolo* exaltava a Princesa e construía uma imagem de doçura e bondade cristã. Ao celebrar a fala da Regente, o jornal destacou as características cristãs de Isabel, mas sem deixar de consagrá-la como uma grande governante, que era ao mesmo tempo angelical e convicta das suas atitudes. Atitude que se encontrava de acordo com os ensinamentos católicos, pois levantará a sua voz contra o regime escravista, então julgado como uma contradição com os princípios cristãos. A ação da Princesa Católica em direção ao fim da escravidão no Brasil era valorizada pelo *O Apóstolo*, que a viu e utilizou como propícia para a construção de uma imagem positiva do catolicismo como atuante na luta pela abolição.

A notícia da Fala do Trono ainda divulgou o entusiasmo da população diante da manifestação da Princesa Isabel em prol do fim do regime escravista. A Regente, de acordo com *O Apóstolo*, foi aclamada e homenageada com chuvas de flores e um delírio de palmas e vivas. A Princesa era a grande voz da aspiração nacional, e receberia ainda mais glória quando as suas intenções fossem convertidas em lei ²²³.

Essa era a opinião defendida pelo catolicismo brasileiro envolvido na questão servil em voga no final do século XIX. A ideia de uma princesa que guiava o país para a liberdade era a concepção divulgada pelo clero brasileiro nos momentos que antecederam o fim da escravidão no Brasil.

Nos dias 8, 9 e 10 de maio de 1888, o projeto de lei que propunha o fim da escravidão no Brasil foi discutido, votado e aprovado pela Câmara dos Deputados. Tal evento foi noticiado pela folha católica, *O Apóstolo*. No dia 9 o jornal anunciou: “está

²¹⁹ Idem.

²²⁰ *O Apóstolo*, 6 de maio de 1888.

²²¹ Idem.

²²² Idem.

²²³ Idem.

extinta a escravidão!”²²⁴. A câmara havia decidido sobre os “últimos instantes que restavam de vida à escravidão”²²⁵. O projeto de lei completava liberdade de 1822, pois a escravidão ofuscava as liberdades políticas conquistadas na independência.

A população tomou a câmara, e “ansiosos todos esperavam a ocasião” da apresentação do projeto da abolição²²⁶. Estavam presentes no edifício da Câmara várias associações abolicionistas e uma onda popular, que aguardavam a decisão sobre a questão servil. Às duas horas da tarde é anunciada a apresentação do projeto, recebido pela população com palmas, vivas e demonstrações de entusiasmo. “Todas as classes”²²⁷ participaram das manifestações de regozijo promovidas em comemoração por mais um passo em direção a liberdade.

A medida defendida na Câmara dos Deputados foi recebida com “palmas e vivas de um regozijo nunca visto” antes²²⁸. O motivo apresentado pelo jornal católico foi a criação de uma “uniformidade de opiniões e sentimentos”, “uma fraternidade, sem exemplo” entre “homens e partidos em tudo mais antagônicos e inconciliáveis” numa comunhão em favor da abolição, que era justa e santa, de grande alcance civilizatório²²⁹.

A caminhada da abolição era noticiada pelo *O Apóstolo* com entusiasmo, e com ênfase no desejo de liberdade da população nacional, independente da classe e do partido a qual pertencia. Destacava a união do povo em prol da libertação, um povo católico, revestido de sentimentos e princípios religiosos, tal como a fraternidade e liberdade. Com esse tipo de noticiário o jornal católico identificou o catolicismo como parte envolvida nessa luta a favor do fim do cativeiro no Brasil.

Em número publicado no domingo dia 13 de maio, ou seja, organizado antes da assinatura da Lei Áurea, *O Apóstolo* comentou o projeto de lei que havia sido proposto pela Câmara dos Deputados. Um dos textos foi intitulado de “*Últimos momentos*”, e glorificava o povo e os deputados pela elaboração do projeto. O povo era o aspirador de tal medida e a elite política era a executora de tão grandiosa obra. O jornal católico utilizou recursos religiosos para tratar o tema. O dia 10 de maio de 1888, quando ocorreu a aprovação do projeto pela Câmara, foi classificado como um dia “santificado

²²⁴ *O Apóstolo*, 9 de maio de 1888.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem.

por nossa santa religião”, pois os acontecimentos daquele dia ficariam “para sempre registrados nos anais das glórias pátrias”²³⁰.

Os argumentos religiosos foram freqüentemente utilizados pelo jornal com o intuito de fixar o catolicismo como atuante no processo abolicionista. A lei foi considerada revestida de santidade, e sua glória foi proclamada muitas vezes. A Lei Áurea foi a lei gloriosa. A notícia de 16 de maio de 1888, que anunciava a libertação dos escravos teve como título “*Lei gloriosa*”, a pátria seria para sempre “gloriosa” após o fim da escravatura, a Princesa teve a “glória” de assinar a lei. Glória e suas variantes foram palavras de cunho religioso freqüentemente utilizadas para caracterizar o momento da abolição²³¹. Os indivíduos que lutaram pela emancipação foram chamados de “apóstolos da liberdade”, e o fim da escravidão foi resultado de uma “fé [...] capaz de transportar a montanha granítica da escravidão”²³².

As imagens bíblicas e religiosas foram associadas ao alcance da liberdade, deixando claro que os argumentos religiosos não estiveram ausentes nesse momento. A Igreja Católica participou do processo emancipacionista por diversos caminhos, inclusive com o apoio às medidas do governo em prol de emancipação mantenedora da ordem, e quando a liberdade chegou fez questão de mostrar a participação da religião dos brasileiros nessa conquista.

Na notícia da Fala do Trono, o jornal declarou que o fim do cativeiro era uma questão de momento, ou seja, a população deveria aguardar o instante certo para o anúncio da chegada da liberdade sem ameaçar a ordem, a propriedade e a legalidade.

O jornal católico *O Apóstolo* era um veículo de expressão do pensamento antiescravista católico e, segundo Martha Abreu, era um baluarte da defesa de uma nacionalidade brasileira católica, cujo progresso, a civilização e a ordem eram princípios fundamentais a serem integrados no “ser brasileiro”²³³. Nesse sentido, pode-se concluir que diante desses princípios eleitos como fundamentais para construção de uma nacionalidade, o periódico não poderia deixar de mencionar e defender a abolição gradual com o objetivo de manter a ordem social, na qual os seus principais colaboradores faziam parte do grupo dominante.

²³⁰ *O Apóstolo*, 13 de maio de 1888.

²³¹ *O Apóstolo*, 16 de maio de 1888.

²³² *O Apóstolo*, 16 de maio de 1888.

²³³ ABREU, Martha. Op. Cit. 1999.

A Lei Áurea foi vangloriada pela rapidez com que foi aprovada, mas acima de tudo por não ter ameaçado o “equilíbrio dos poderes e a ordem pública”²³⁴. Em artigo de saudação à pátria pela conquista da liberdade *O Apóstolo* foi enfático na defesa dessa característica “pacifista” da abolição no Brasil:

*Quando fato igual, disse o digno sacerdote, custou a outras nações rios de sangue, ou de dinheiro, ódios de classes e de partidos, despeitos que ainda hoje perduram, a abolição no Brasil até este momento só tem custado flores: Flores da arte, flores da natureza e as flores sublimes da retórica, que até o último momento tem coberto o solo da pátria*²³⁵.

Enquanto Joaquim Nabuco defendeu que em outros países o abolicionismo contou com argumentos de cunho religioso inexistentes no abolicionismo brasileiro²³⁶, Aqui a Igreja Católica celebrava o modo como foi alcançada a liberdade: sem abalo a ordem e sem o surgimento de ódios entre “classes e partidos”²³⁷.

As conquistas relacionadas à abolição da escravidão foram celebradas com festejos que se espalharam por todo o Brasil. Desde o dia em que o projeto de lei foi apresentado à Câmara dos Deputados, a população participou de manifestações de regozijo que sacudiram o país ao longo de todo o mês de maio de 1888.

No dia 8 de maio de 1888, o projeto é proposto na Câmara, no dia seguinte os jornais noticiaram as comemorações promovidas pelo povo. *O Apóstolo* descreveu o recinto da câmara tomado pela “onda popular”, com a presença de todas as associações abolicionistas que eram “precedidas de bandas de músicas”²³⁸. As palmas ecoavam pelo ambiente após a apresentação do projeto, de acordo com o jornal católico, “por mais de quinze minutos estrondavam as abobadas da câmara com as manifestações de regozijo”²³⁹. O ministro da agricultura foi homenageado com uma chuva de flores²⁴⁰.

As manifestações de regozijo pela apresentação do projeto na câmara dos deputados também foi noticiada por vários jornais leigos. Um deles foi *A Província de São Paulo*, o qual declarou que após tomar conhecimento do fato “o povo em grande

²³⁴ *O Apóstolo*, 16 de maio de 1888.

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ NABUCO, JOAQUIM. Op. Cit. 2010.

²³⁷ *O Apóstolo*, 16 de maio de 1888.

²³⁸ *O Apóstolo*, 9 de maio de 1888.

²³⁹ *Idem*.

²⁴⁰ *Idem*.

massa, tendo a sua frente as bandas de música [...] percorreu as ruas da cidade em estrondosa e entusiástica manifestação de alegria”²⁴¹. As comemorações por mais um passo em direção a abolição imediata não parou por ai, de acordo com o jornal paulista, a população levantou “calorosos vivas a imprensa”²⁴². Na cidade de Mogi Mirim, província de São Paulo, “houve uma entusiástica manifestação por parte da população de toda a cidade” em comemoração a apresentação do projeto de lei à Câmara²⁴³.

As notícias da proposta do projeto sobre o elemento servil foi complementada pelas descrições dos festejos populares em jornais leigos e religiosos. O abolicionismo era o assunto da sociedade brasileira da época, por isso independente da orientação política das folhas, os festejos e o caminho percorrido pelo projeto eram noticiados com entusiasmo, a fim de mostrar o seu posicionamento diante da questão.

No dia 10 de maio, o projeto foi aprovado pelos deputados, acontecimento que foi seguido de mais festas. O *Jornal do Comércio*, em editorial de 11 de maio de 1888 noticiou a celebração pela aprovação do projeto. Eram informações sobre as festas que ocorreram por todo o Brasil, na Bahia, no Recife, em Fortaleza, e em outras cidades. Foram recebidos telegramas de diversos estados que davam notícias sobre os festejos que haviam começado, ou ainda viriam a acontecer²⁴⁴. As reportagens destacavam o sentimento da população, que esperava pela resposta final dos parlamentares não com “ansiedade porque não era caso para dúvida, mas impaciência por ver chegar o momento em que fosse adotado o projeto de lei extinguindo a escravidão no Brasil”²⁴⁵. Quando foi declarada a aprovação do projeto, “de todos os pontos do salão ergueram-se gritos de alegria, que se uniram por fim em estrondoso viva à câmara dos deputados”, também foi promovida uma chuva de flores, ramalhetes eram atirados nas cadeiras dos deputados²⁴⁶. Se houve festa no recinto da Câmara, nas ruas o povo não agiria diferente. De acordo com o *Jornal do Comércio*, as ruas foram tomadas por estrondosos vivas e bandas de música²⁴⁷. O povo percorreu a Rua do Ouvidor “saudando as folhas diárias” era a comemoração pela realização de uma “generosa aspiração nacional”²⁴⁸.

²⁴¹ *A Província de São Paulo*, 9 de maio de 1888.

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ *Jornal do Comércio*, 11 de maio de 1888.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Idem.

A notícia da aprovação do projeto na Câmara dos Deputados foi divulgada pelo jornal católico, *O Apóstolo*, no dia 13 de maio. As descrições das manifestações do povo foram caracterizadas pelo regozijo geral, que celebrou a conquista com “palmas e vivas”²⁴⁹. O jornal também celebrou a aprovação de uma perspectiva religiosa, pelo estabelecimento do dia 10 de maio como “um dia santificado por nossa religião [...] um dos dias mais esplêndidos que se tem visto em nosso céu”, que deveria ser registrado para sempre “nos anais das glórias pátrias”²⁵⁰. Um acontecimento de tamanho alcance histórico num país católico não passaria sem a celebração de glorificação realizada pela “onda popular” de um povo “generoso” que saudava o parlamento pela aprovação da lei “mais justa e simpática” entre todas as leis²⁵¹.

A imprensa, leiga ou religiosa, não ficou à margem de tamanho acontecimento da história nacional. Os jornais publicaram muitas descrições sobre os acontecimentos relacionados à questão servil e os festejos que os acompanharam ao longo de todo o mês de maio de 1888. O que foi apresentado de forma diferente foi o caráter de tal acontecimento. A ênfase no fato como um evento político marcado pela divulgação das comemorações na Câmara dos Deputados foi o centro das notícias do *Jornal do Comércio* e do *A Província de São Paulo*. *O Apóstolo*, porém, investiu numa aproximação da aprovação do projeto como os princípios da religiosidade cristã ao santificar o dia de um acontecimento “glorioso” da história do país.

As notícias sobre as festas não paravam. Ambos os tipos de jornais divulgaram a apresentação do projeto de Afonso Celso Junior, que propunha tornar dia de festa nacional o dia em que fosse sancionada a abolição. O momento era de ansiedade pelo fim do cativo, dia que seria comemorado com mais festas.

O dia a ser promovido dia de festa nacional foi o domingo, 13 de maio de 1888, quando o senado se reuniu numa sessão extraordinária e aprovou o projeto de lei sobre o a extinção do elemento servil no Brasil. A partir daí, só faltava a assinatura da Princesa Regente para transformar o projeto em lei.

A Princesa não tardou o fim da escravidão no Império. No mesmo dia desceu a serra de Petrópolis em direção à cidade do Rio de Janeiro, onde assinou a Lei, batizada de Lei Áurea. Os jornais celebraram a vitória da liberdade. *A província de São Paulo*, de 15 de maio de 1888, lembrou que “já não há mais escravos no Brasil, assim declarou em

²⁴⁹ *O Apóstolo*, 13 de maio de 1888.

²⁵⁰ *Idem*.

²⁵¹ *Idem*.

meio a muitas festas, que se estenderam por todo país para “honra e glória desta nação da América”²⁵², a lei 3.353 de 13 maio de 1888. Os jornais leigos noticiavam festas por todo o Brasil, em Santos a notícia da lei abolindo a escravidão foi recebida com “extraordinário júbilo”. Em Petrópolis, o destaque foi a festa preparada para o retorno da Princesa à cidade, onde a estação “estava ricamente ornada, embandeirada, iluminada” para a chegada da Regente que foi recebida “com vivas e flores ao som de banda de música”²⁵³. Em Belém, sabendo que a saúde do Imperador havia dado sinais de melhora, foram organizadas festas para comemorar o fim da escravidão. Nas capitais do Maranhão e do Ceará, a notícia da libertação gerou grande entusiasmo.

No dia seguinte a aprovação da lei, os jornais apresentaram muitas publicações sobre as festas que se espalharam pelo país após o recebimento da notícia da assinatura da lei 3.353, que decretou o fim da escravidão no Brasil. Manifestações de entusiasmo, discursos, bandas de música, ruas iluminadas e enfeitadas e fogos de artifícios eram os elementos mais comuns nos festejos descritos pelos jornais. O *Correio Paulistano* destacou que o projeto iniciado com a Fala do Trono, passou a ter vida nas duas casas do Parlamento de menos de uma semana, “no meio de ovações e debaixo de uma chuva de flores”²⁵⁴. As festas ocorreram ao longo de cada passo dado pelo projeto até a sua aprovação final, esse era o fato noticiado pelos periódicos.

Sobre as celebrações na corte, não faltaram informações. Jornais de diversas províncias e os da capital do Império davam notícias dos festejos que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro. O jornal paulista *A Província de São Paulo* noticiou a organização das festas populares realizada pela imprensa fluminense²⁵⁵. O *Correio Paulistano* lembrou das celebrações na corte, que foram executadas com “grande entusiasmo”, e da iniciativa da Imprensa Fluminense na organização dos festejos²⁵⁶ que, segundo o jornal, seriam magníficos uma vez que o programa era “deslumbrante”²⁵⁷. O jornal paulista ainda parabenizou a Imprensa Fluminense pela a ideia de elaboração de um jornal único para toda cidade, publicado no dia 21 de maio, em comemoração ao fim da escravidão no Brasil²⁵⁸.

²⁵² *A Província de São Paulo*, 15 de maio de 1888.

²⁵³ *Jornal do Comércio*, 14 de maio de 1888.

²⁵⁴ *Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888.

²⁵⁵ *A Província de São Paulo*, 13 de maio de 1888.

²⁵⁶ *Correio Paulistano*, 17 de maio de 1888.

²⁵⁷ Idem. 19 de maio de 1888.

²⁵⁸ Idem. 22 de maio de 1888.

Entre os jornais do Rio de Janeiro também houve muitas informações sobre os festejos da abolição. No número do *Jornal do Comércio* publicado no dia 14, foi destacado que “desde as primeiras horas de ontem notava-se extraordinária animação na população”, as sedes das folhas estavam enfeitadas ²⁵⁹. As sociedades abolicionistas saíram acompanhadas de bandas de música e do povo pela Rua do Ouvidor em direção ao Paço Imperial ²⁶⁰. Quando foi anunciada a aprovação do projeto:

O povo, tomado de verdadeiro delírio, invadiu o recinto, levantando viva aos senadores e ao ministério, do alto caíram nuvens de flores; retumbavam as aclamações aos maiores libertadores do abolicionismo, os risos e as lágrimas de alegria, tudo se confundia [...]

[...]

Todos os órgãos da imprensa diária fluminense receberam com saudações e ao som dos hinos nacional e da independência aquela extensa e compacta coluna de milhares de cidadãos, que entusiasticamente retribuía com iguais saudações.

Pelas diversas redações e por muitos cidadãos foram pronunciados eloquentes discursos, cada qual mais aplaudido ²⁶¹.

[...]

O povo sustentou a abolição nas ruas, por meio do apoio popular apresentado na festa contagiante que sucedeu a assinatura da Lei Áurea. Eduardo Silva afirmou que a grande rapidez com que a lei foi difundida para todo o Brasil e para as principais capitais do mundo, através da telegrafia, causou uma reação popular materializada na festa que “revelaram-se golpes fundamentais na desarticulação de qualquer possível – e até previsível – movimento de resistência” ²⁶². O autor destacou a festa na cidade do Rio de Janeiro, onde o povo sustentou a lei como firmeza em comemorações que pararam a cidade. O povo tomou a capital do Império, para realizar, nas palavras de Eduardo Silva, “uma revolução nunca vista” ²⁶³.

As posições foram invertidas, os populares invadiram partes da cidade que eram dominadas pela elite e a banda naval tocou em ritmos mais animados, como as polcas,

²⁵⁹ *Jornal do Comércio*, 14 de maio de 1888.

²⁶⁰ Idem

²⁶¹ Idem

²⁶² SILVA, Eduardo. “Integração, Globalização e Festa. A Abolição da Escravatura como História Cultural. IN: Marcos Pamplona (org.). **Escravidão, Exclusão e Cidadania**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

²⁶³ Idem.

que escandalizavam os abastados ²⁶⁴. O *Jornal do Comércio* descreveu a Rua do Ouvidor, o recinto da câmara e do senado sendo tomados pela população, além das corridas gratuitas no Jóquei Clube ²⁶⁵.

Essa busca pelos lugares característicos da elite foi uma estratégia para ganhar visibilidade, uma vez que também eram os locais onde estavam presentes as principais redações ou representantes dos jornais, além dos políticos do Império. As comemorações que sucederam a aprovação da Lei de 13 de maio de 1888, segundo Eduardo Silva, foi uma maneira de celebrar as rupturas, um momento de inversão social e a subversão dos códigos de comportamento vigentes na sociedade escravista. As festas da abolição representaram um abandono do regime escravista e uma expectativa sobre o futuro. Durante os festejos:

Por toda parte o povo comum ia como que empurrando a elite política para o cumprimento da lei, sob ponto de vista da festa podemos dizer que a abolição foi uma 'revolução popular' e não uma 'dádiva'.

[...]

Quando a grande festa conseguiu terminar, dias depois, a escravidão simplesmente não existia mais ²⁶⁶.

As festas representavam os primeiros instantes da construção de uma nacionalidade de um país livre e um momento de afirmação dos heróis da liberdade. De acordo com Eduardo Silva, nos próprios poemas entregues nos dias de festa havia disputas acerca dos heróis da abolição: a Princesa, o Imperador, José do Patrocínio, o povo, os militantes comuns do abolicionismo, entre outros personagens, apareceram como os grandes engenheiros da abolição ²⁶⁷.

A imprensa católica, aqui representada pelo *O Apóstolo*, também noticiou os festejos realizados para comemorar o fim do regime escravista no Brasil. Segundo o jornal, as sociedades abolicionistas com seus estandartes precedidas por bandas de

²⁶⁴ Idem. Sobre o preconceito da elite em relação as polca vide. Assis, Machado. Um homem Celebre. Acessível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1968.

²⁶⁵ Essas descrições aparecem nas publicações do *Jornal do Comércio* entre os dias 10 e 20 de maio de 1888.

²⁶⁶ SILVA, Op. Cit., p.117 e 118.

²⁶⁷ SILVA, Eduardo. "Sobre versos, bandeiras e flores". In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). **Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro, 2007.

música saíram em cortejos pela Rua do Ouvidor acompanhadas pelo povo. O recinto do senado foi tomado pela onda popular, e quando o seu presidente anunciou a aprovação do projeto de Lei “o povo tomado de verdadeiro delírio invadiu o recinto, levantando vivas aos senadores e ao ministério”²⁶⁸. “Os risos e as lágrimas” confundiam-se, o povo estava jubiloso “por ver a pátria inteiramente livre”²⁶⁹. A notícia também destacou os vivas levantados em homenagem ao imperador e aos líderes do abolicionismo, a chegada da Regente acompanhada do seu esposo na corte e a assinatura da lei. O jornal felicitou a Princesa pela glória de assinar a lei que apagava a escravidão entre os brasileiros. O primeiro noticiário de *O Apóstolo* sobre as festas da abolição destacou a participação do povo e o seu entusiasmo em inaugurar um tempo de liberdade²⁷⁰.

O Apóstolo congratulou a imprensa pela participação no processo abolicionista e afirmou ser justo, “justíssimo” que ela fosse a promotora de todos os festejos²⁷¹. A notícia de *O Apóstolo* foi uma referência à formação da comissão da Imprensa Fluminense para a organização dos festejos pela abolição. Essa comissão arquitetou uma programação para a comemoração pela inauguração da pátria livre.

Os festejos programados pela imprensa tiveram início no dia 17 e terminaram no dia 20. A programação previa corridas de cavalo no *Derby-club*, distribuição de poesias, baile popular, espetáculos teatrais, préstitos e a missa de abertura.

A missa campal foi realizada no dia 17 de maio, as 9 horas da manhã, no Campo de São Cristóvão, com a presença da Princesa Isabel e sua família, corpos do exército e da armada da corte, os ministros, os membros da Câmara Municipal da Corte, a imprensa, as associações e o povo. O responsável pela celebração foi o Capelão-mor do exército. A missa foi oferecida em ação de graças pela aprovação da lei 3.353 de 13 de maio de 1888²⁷².

O noticiário de *O Apóstolo*, do dia seguinte à missa, não deixou de comentar a sua realização, felicitando a comissão de imprensa pela abertura das solenidades em comemoração à abolição com a celebração da grande missa no Campo de São Cristóvão, “o mais vasto” da corte²⁷³. O jornal descreveu o movimento das pessoas que caminhavam em direção ao campo para assistirem à solenidade religiosa de abertura dos

²⁶⁸ *O Apóstolo*, 16 de maio de 1888.

²⁶⁹ *Idem*.

²⁷⁰ *Idem*.

²⁷¹ *O Apóstolo*, 18 de maio de 1888.

²⁷² *Jornal do Comércio*, 15 de maio de 1888.

²⁷³ *O Apóstolo*, 18 de maio de 1888.

festejos promovidos pela imprensa fluminense. As ruas que conduziam ao Campo de São Cristóvão estavam todas ornamentadas e com um “animadíssimo” movimento popular, que caminhava com entusiasmo para a grande solenidade, e os bondes que se dirigiam ao local da celebração “pareciam insuficientes para transportar a massa do povo”²⁷⁴.

A missa foi realizada num altar “elegantemente” preparado que podia ser visto de qualquer lugar do campo. Para a missa ter início, era esperada a chegada da Princesa, que se apresentou as 9 e meia acompanhada de seu esposo e ministros²⁷⁵. Sua entrada no campo foi marcada pelas manifestações do povo e saudações da comissão de imprensa que levantou vivas à Princesa, ao Imperador, à nação brasileira e ao ministério de 10 de março. A missa começou com a presença do corpo diplomático, autoridades civis e militares e com grande concorrência do povo.

A cerimônia foi ministrada pelo capelão-mor do exército, o Cônego Colônia, auxiliados por outros membros do clero da corte. Estavam presentes em torno do altar confrarias, irmandades religiosas e sociedades abolicionistas.

A solenidade religiosa que abriu as comemorações pela abolição, segundo *O Apóstolo*, iria ficar consagrada “para sempre na memória dos brasileiros” e lembraria os “brilhantíssimos festejos da vitória da liberdade”²⁷⁶. A celebração católica foi apresentada pelo jornal como a representante dos festejos em comemoração ao fim do cativeiro, era o ato festivo que ficaria guardado na memória da nação como a grande celebração da liberdade. Dessa forma, a missa de 17 de maio de 1888, apresentou-se como um marco católico nas festividades pela abolição e, conseqüentemente, no processo que colocou um fim no cativeiro no Brasil.

A abolição, segundo Eduardo Silva, colocou novas questões, entre elas sobre qual foi a verdadeira *Primeira Missa*, a de 1500, quando os índios foram excluídos, ou a do Campo de São Cristóvão, em 1888, em celebração da união de todos os Brasileiros?

277

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ SILVA, Eduardo. Op. Cit. 2007.



Missa campal celebrada no dia 17 de maio de 1888, no Campo de São Cristóvão. A missa abriu os festejos promovidas pela Imprensa Fluminense para comemorar a abolição da escravidão no Brasil.

Uma das atrações promovida pela Comissão de Imprensa foi a distribuição de poesias ao povo impressas em papéis coloridos escritas especialmente para festejar a abolição²⁷⁸. Entre os autores desses versos estavam Machado de Assis, Artur Azevedo, Rodrigo Otávio, Afonso Celso Junior, Osório Duque Estrada, Oscar Pederneiras, Adelina Lopes Vieira e Pedro Malazartes²⁷⁹. Este último criou uma poesia sobre a missa do dia 17 de maio de 1888, e “contra tudo o que se aprendia nas escolas do Império”, considerou como “a verdadeira primeira missa”²⁸⁰ da *pátria* brasileira aquela celebrada em comemoração a Lei Áurea, realizada no Campo de São Cristóvão.

*Terra! Terra! E os navegantes
Nestas plagas aportaram,
E alegres e triunfantes
O tosco altar levantaram*

*À vista, a crônica o diz,
Daquela gente submissa,*

²⁷⁸ *Jornal do Comércio*, 15 de maio de 1888.

²⁷⁹ SILVA, Eduardo. Op. Cit. 2007.

²⁸⁰ Idem. p.23.

*Os naturais do país,
Foi dita a primeira missa.*

*Pátria! Pátria! E a livre imprensa,
Em fúlgida majestade,
Celebra a grandeza imensa
Da esplendente Liberdade.*

*E os patriotas renovam
A fé no amor, na justiça:
No Campo de São Cristóvão
É dita a segunda missa.*

*Qual delas é a mais grandiosa?
Qual nas crenças entrincheira
A pátria vitoriosa?
A segunda ou a primeira?*

*A última, idéia encerra
Mais sagrada e mais profunda:
Se a primeira deu-nos – Terra –
Pátria – deu-nos a segunda.²⁸¹*

Pelos versos de Pedro Malazartes a missa pela abolição deu *pátria à terra* comemorada pela missa de 1500. A missa do Campo de São Cristóvão iniciou a história da nação brasileira, marcada pela liberdade.

Além da grande missa promovida pela Comissão de Imprensa houve várias outras celebrações religiosas em comemoração à abolição. Foram realizados vários Te-deum e missas de ação de graça. Ao longo do mês de maio, segundo Martha Abreu, foram realizadas comemorações religiosas pela abolição. Durante a década de 1890, ou seja, já na República, os editoriais de *O Apóstolo* celebraram o 13 de maio “como uma conquista saudosa do catolicismo e da monarquia, especialmente da católica regente Princesa Isabel”²⁸² defensora da Igreja Católica e fiel às determinações do Papa.

²⁸¹ MALAZARTES, Pedro, pseud. *Fanfreluches*, *Gazeta de Notícias*, 18 de maio de 1888. Apud. SILVA, Eduardo. Op. Cit. 2007. p.24.

²⁸² ABREU, Martha. Op. Cit. 2001.

Os membros da elite eclesiástica brasileira participaram ativamente da grande festa por meio da presença pública, sobretudo na missa do Campo de São Cristóvão. Se desde a década de 1870, com os debates da Lei do Ventre Livre, a Igreja Católica já havia realizado incursões para marcar a sua atuação no processo abolicionista, o clero não deixaria de fazer uso das festas para marcar a sua contribuição na conquista da liberdade. A missa campal do campo de São Cristóvão configurou-se, então, como um marco simbólico que deveria tornar-se inesquecível entre os marcos católicos da sua atuação no emancipacionismo brasileiro.

CAPÍTULO III

E o depois?: O projeto católico para o tempo de liberdade.

Ó sublime

pergaminho

Libertação geral

A princesa chorou ao receber

*A rosa de ouro papal*²⁸³

(Nilton Russo, Zeca Melodia
e Carlinhos Madrugada)

3.1. A Rosa de Ouro

As comemorações pela abolição foram revividas e lembradas no dia 28 de Setembro de 1888. Neste dia, na Capela Imperial, foi celebrada uma grande missa para a entrega da Rosa de Ouro, enviada pelo Santo Padre, o Papa Leão XIII, a Princesa Isabel. O presente foi uma retribuição pela “atitude caridosa e cristã” da Regente que libertou todos os escravos do Brasil, no dia 13 de maio do mesmo ano.

O historiador que foi diretor do Museu Imperial de Petrópolis, Alcindo Sodrê escreveu um pequeno texto sobre a Rosa de Ouro e a Princesa Isabel. A publicação foi na Revista Católica de Cultura de 1943, o autor classificou a Rosa de Ouro não como uma ordem honorífica, nem uma condecoração, e sim “um alto dom, um presente excepcional, um mimo precioso que os sumos pontífices se dignam ofertar as Igrejas, Santuários célebres, Soberanos católicos, Príncipes ilustres, guerreiros famosos ou pessoas por quaisquer títulos sejam beneméritas da Santa Sé”²⁸⁴. A definição de Sodrê caracterizou-se por uma visão da abolição realizada pelos esforços da Princesa católica,

²⁸³ Nilton Russo, Zeca Melodia e Carlinhos Madrugada. “Sublime Pergaminho”. Samba apresentado pela São Lucas em 1968.

²⁸⁴ SODRÊ, Alcindo. “Isabel a Redentora, e a Rosa de Ouro”. In: **Revista Católica de Cultura**. Fascículo 5. Petrópolis: Vozes. Setembro/outubro 1943. P.596-600.

que movida pelo espírito cristão libertou os escravos do cativo. Essa visão acerca do fim da escravidão no Brasil era muito forte até os anos de 1980, e era baseada na ideia de que os escravos não possuíam autonomia para agirem na busca da liberdade. A partir dos anos 80 do século XX, novas pesquisas trouxeram outros sujeitos para a história de abolição, o que lhe conferiu novos significados.

Dentro dessa nova perspectiva, a Rosa de Ouro não vai ser mais definida como algo precioso, e sim como condecoração oferecida pelo Papa aos chefes de Estado, em virtudes de atos que considerava de benemerência e caridade ²⁸⁵.

A Rosa de Ouro, segundo o historiador Robert Daibert Junior, era “a mais importante condecoração conferida pela Santa Sé” ²⁸⁶. A referida condecoração era oferecida uma vez por ano, e segundo Daibert, já havia sido oferecida 156 vezes ²⁸⁷. A primeira Rosa de Ouro foi ofertada em 1096, a um conde d’Angers ²⁸⁸. *O Apóstolo* declarou que “a instituição da Rosa de Ouro, datando de séculos, foi a primeira concedida em 1096, por Urbano II, a Fulcão, conde soberano de Angers, e 157 vezes tem sido ela concedida, sendo a última a S.A. Imperial do Brasil” ²⁸⁹.

A preparação da Rosa de Ouro começava no quarto domingo da quaresma, quando o Papa dava a benção ao objeto. Esse rito, nas palavras de Alcindo Sodré, “aumenta mais a dignidade e lhe granjeia mais veneração e respeito” ²⁹⁰. A Rosa de Ouro era equipada com uma cápsula de bálsamo de peru e pó odorífico de almíscar, depositados pelo “Pontífice no ato da benção, para simular a suave fragrância da rainha das flores” ²⁹¹. Essa preparação do odor do mimo ²⁹² papal foi lembrada pelo Bispo do Pará no discurso que realizou durante a cerimônia de entrega da Rosa de Ouro à Princesa. No discurso proferido antes da entrega da Rosa à Isabel, o Bispo ressaltou

²⁸⁵ DAIBERT JÚNIOR, Robert.. Op. Cit. 2006.

²⁸⁶DAIBERT JÚNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. P.160.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Idem.

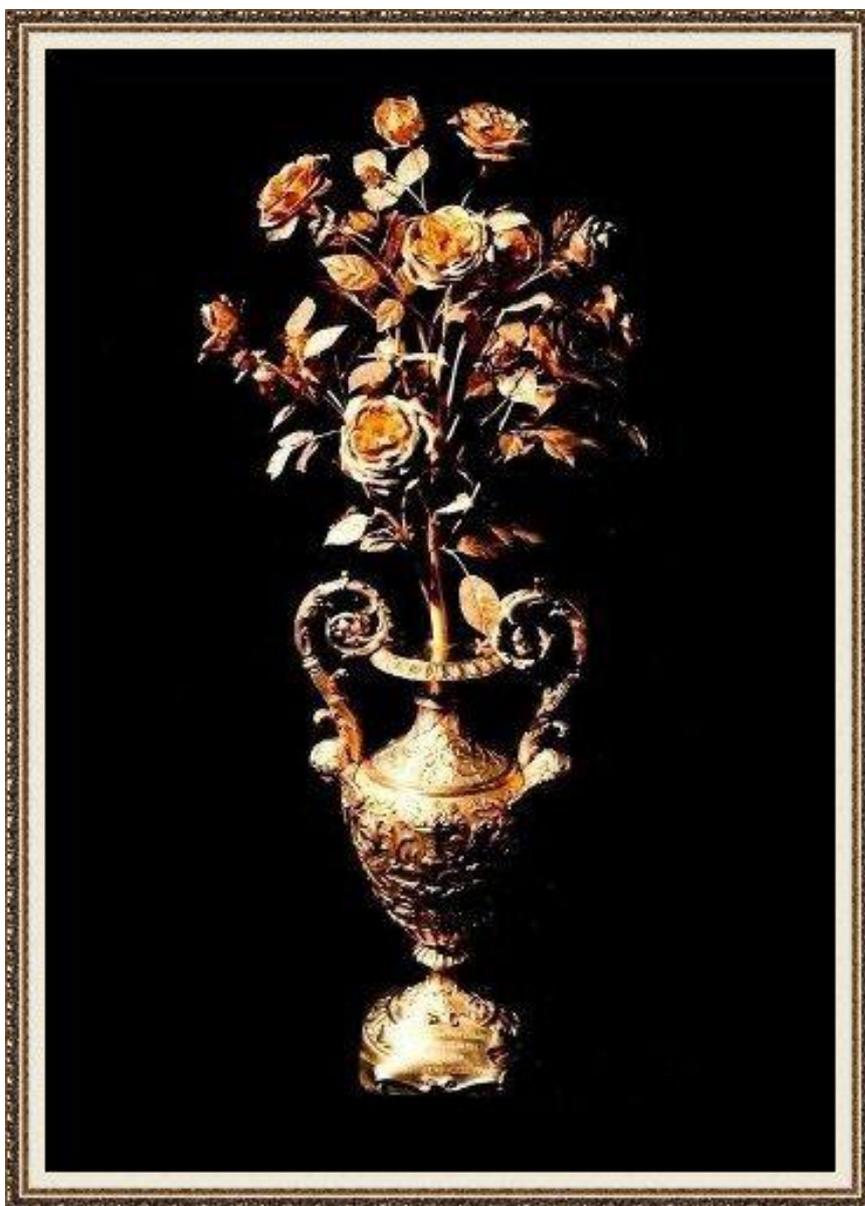
²⁸⁹ *O Apóstolo*, 23 de setembro de 1888.

²⁹⁰ SODRÉ, Alcindo. Op. Cit.. P.598.

²⁹¹ Idem. P.598.

²⁹² Segundo dicionário da língua brasileira do século XIX, mimo significava “dádiva, carinho, delicadeza”. In: Pinto, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva. 1832. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/719/mode/1up> (acesso dia 4/11/2011).

“que o aroma da rosa natural é simulado pelo odor do bálsamo da Pérsia e almíscar em pó oculto na corola da rosa principal do ramalhete”²⁹³.



Rosa de Ouro concedida pelo papa Leão XIII à Princesa Isabel pela proclamação da Lei Áurea – 1888.

Imagem retirada do site <http://christifidei.blogspot.com/2011/04/rosa-de-ouro.html>

A 157^a Rosa de Ouro foi a primeira a atravessar o Atlântico e chegar à América. O destino da condecoração era o Brasil, mais precisamente, as mãos da Princesa Imperial. O Bispo do Pará durante a cerimônia religiosa da entrega da Rosa à Princesa

²⁹³ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888. Continuação do resumo do discurso proferido pelo Exm. Sr. Bispo do Pará, na Capela Imperial, por ocasião da entrega da Rosa de Ouro a S. A. Imperial. Esse “discurso foi tomado a lápis por um distinto sacerdote”.

Isabel, pediu saudação à Rosa de Ouro: “primeiro saudemo-la; demos as boas vindas pela primeira vez que chega a terras americanas essa formosa dádiva vinda de tão longe para manifestar o afeto paternal do Soberano Pontífice a excelsa Princesa Imperial do Brasil”²⁹⁴.

O episcopado brasileiro enviou uma mensagem para homenagear a Princesa Isabel pelo recebimento da Rosa de Ouro, e foi lida no Paço Imperial, pelo Bispo do Pará, após a realização da cerimônia. Neste documento assinado por diversos prelados e seus representantes foi mencionado o fato de ser a primeira vez que a dádiva papal “transpõe o Oceano e vem ilustrar um personagem do Novo Mundo”²⁹⁵. Esse detalhe provocou a “gratidão e o reconhecimento mais profundo, não só na alma de Vossa Alteza, mas na de todo o país que se sente engrandecido em face dos outros povos”²⁹⁶. Assim, a primeira condecoração papal a chegar na América foi para celebrar a abolição de milhares de cativos no Brasil.

Alcindo Sodré fez uma descrição da Rosa de Ouro que chegou a terras americanas. Segundo o autor, “A Rosa de Ouro ofertada à Princesa Isabel tem uma haste de ouro, de 46 cm de altura, doze ramos, cento e vinte e quatro folhas, vinte e quatro espinhos, oito rosas e doze botões, tendo o conjunto cerca de um metro de circunferência”²⁹⁷. O Bispo do Pará descreveu a Rosa de Ouro que foi encaminhada a Princesa Isabel como de uma “linda forma” com “um formoso ramalhete de ouro mássico, um vaso cinzelado a primor, donde surgem ramos, botões, rosas, espinhos (as rosas reais também os tem) tão próprias e ao natural que mais pareciam desabrochadas espontaneamente do que feitas por esforço de artista hábil”²⁹⁸.

A entrega da condecoração estava programada para acontecer às 11 horas da manhã do dia 28 de setembro de 1888, o dia foi uma forma de lembrar todo o empenho do Governo Imperial na luta pelo fim do cativo no Brasil. A cerimônia aconteceu na Capela Imperial, onde seria realizada uma missa com a presença dos Bispos do Rio de Janeiro, do Pará e de Olinda e os demais prelados mandariam representantes. Também

²⁹⁴ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888. Op. Cit.

²⁹⁵ Mensagem datada de 28/9/1888 do Episcopado Brasileiro por ocasião da entrega da Rosa de Ouro à Princesa Isabel. Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. Maço 198. Documento 8997. Assinam o documento os bispos do Rio de Janeiro, Pará, São Paulo e dos representantes do Arcebispo da Bahia, e dos Bispos do Maranhão, Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará, Diamantina e Mariana.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ SODRÉ, Alcindo. Op. Cit. p.598.

²⁹⁸ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888. Op. Cit.

estariam presentes os ministros, o corpo diplomático, deputados, membros da câmara municipal, oficiais do exército e da armada e os “grandes do Império”²⁹⁹.

A cerimônia foi anunciada e noticiada nos jornais leigos e católicos. No dia 28 de setembro de 1888, o *Jornal do Comércio* divulgou a sua realização com destaque para a presença da “delegação especial da Santa Sé, o internúncio apostólico, monsenhor Spolverini”³⁰⁰ e o discurso feito pelo Bispo do Pará. *O Apóstolo* publicou notícias acerca da Rosa de Ouro desde os primeiros dias do mês de setembro. A primeira notícia sobre a cerimônia foi a divulgação da nomeação do representante do Marques de Monte Paschoal, Acerbispo Primaz do Brasil, publicada no número do dia 7 de setembro³⁰¹. Cinco dias depois, a população foi informada pelo jornal católico de uma exposição da Rosa de Ouro, que teria lugar nos salões da internúnciatura apostólica, entre os dias 18 e 26 do mesmo mês³⁰².

A divulgação da celebração realizada pelo *Jornal do Comércio* foi acompanhada pela notícia sobre um encontro entre o Internúncio e a Princesa Imperial, que aconteceu no dia 23 de setembro, no Palácio Isabel. Na ocasião o Monsenhor Spolverini, representante do Papa na cerimônia da entrega da Rosa de Ouro, proferiu um discurso de apresentação como delegado apostólico, e apresentou à Princesa Imperial os documentos pontificais que lhe nomeava como enviado por Leão XIII para realizar a entrega da Rosa de Ouro à Isabel. O Internúncio declarou que:

Confiando-me esta missão sagrada, ordenou-me o soberano pontífice que reitere a expressão dos paternais sentimentos que a piedade e as virtudes de V. A. Imperial, e bem assim a devoção para com a Sé apostólica, não cessão de Lhe inspirar.

Ordenou-me sua Santidade que testemunhe, ao mesmo tempo a satisfação toda especial que sentia, como Chefe Supremo da Igreja e protetor da liberdade do homem, ao ver sancionada por V. A. Imperial a lei que aboliu completamente a escravidão neste grande Império.

O Monsenhor Spolverini também declarou que a Rosa de Ouro era a “prova manifesta dessa satisfação vós a tendes senhora”, ou seja, a o presente do Papa era uma

²⁹⁹ *Jornal do comércio*, 28 de setembro de 1888.

³⁰⁰ *Idem*.

³⁰¹ *O Apóstolo*, 7 de setembro de 1888.

³⁰² *O Apóstolo*, 12 de setembro de 1888.

manifestação de sua satisfação pela atitude da Princesa em abolir o cativo no Brasil. E foi classificada pelo Internúncio como uma “elevada distinção concedida pelos Sumo Pontífice para atos de altamente notórios”. Dessa forma, por meio da Rosa de Ouro, Isabel estava recebendo o reconhecimento internacional da Igreja Católica Romana, que viu na libertação dos cativos um ato grandioso e digno de distinção papal. Após essa felicitação de Spolverini à Princesa, ele ainda definiu o objeto enviado por Leão XIII como:

[...] esplêndido testemunho da parte de Leão XIII é uma consagração digna da grande obra, a qual se acha ligado para sempre vosso nome. A mão que escreveu a memorável Encíclica In Plurimis aos bispos do Brasil foi a mesma que depois abençoou para vós, Senhora, a Rosa de Ouro.

A pessoa do Grande Pontífice, que me confia a entrega deste dom sagrado, e a de V. A. Imperial a quem é destinada, tornam para mim duplamente preciosa a assinalada honra que me coube, e de que guardei toda vida, cara recordação.

Recebo com grande alegria e vivo reconhecimento a expressão dos sentimentos que me transmitis da parte do Sumo Pontífice.

Coisa nenhuma poderia ser mais grata do meu coração do que a prova da benevolência que Sua Santidade acaba de dar-me: nela vejo prova manifesta da satisfação com que o Santo Padre acolheu o generoso ato praticado pela Nação Brasileira abolindo definitivamente a escravidão³⁰³.

No discurso o Internúncio destacou os sentimento do Papa em relação à atitude e a própria pessoa da Princesa Isabel e sua devoção ao Vaticano. O discurso do Monsenhor Spolverini permitiu interpretar o mimo dado pelo Papa à Isabel como um reconhecimento de sua “benevolência” e caridade cristã, o que merecia um “esplêndido testemunho da parte de Leão XIII”, por ter sido “uma consagração digna da grande obra, a qual se acha ligado para sempre vosso nome [de Isabel]”³⁰⁴.

A realização da cerimônia da entrega da Rosa de Ouro à Princesa, foi muito esperada pela elite eclesiástica brasileira. A data para a sua realização foi escolhida para o dia 28 de setembro, aniversário da Lei do Ventre Livre e do Sexagenário. O dia 28, porém, era uma sexta-feira, dia em que o verdadeiro “filho obediente da Igreja” deveria abster-se de saciar-se com carne. Três dias antes da cerimônia, o bispo do Rio de

³⁰³ Ibidem e *O Apóstolo*, 28 de setembro de 1888.

³⁰⁴ Idem.

Janeiro redigiu um comunicado à população. Tal comunicado foi publicado no *Jornal do Comércio* no dia 27 do mesmo mês, e no *O Apóstolo*, no dia 26, e informava que:

*Acabamos de receber do Exm. E Revm., Monsenhor Internúncio Apostólico, comunicando-nos que nosso Santo Padre, por ocasião da solene cerimônia da entrega da Rosa de Ouro a S. A. Imperial, na sexta-feira 28 do corrente mês de setembro, se dignou dispensar nesse dia com esta cidade do Rio de Janeiro na lei eclesiástica relativa a abstinência da carne. Assim, pois nesse dia tão [ilegível] em que o Santo Padre o Papa tanto distingui a Augusta Princesa Imperial, fica suspensa a proibição dessa lei, e, portanto permitiu aos fiéis nesse dia usarem de carne nas refeições [...]*³⁰⁵.

O comunicado de D. Pedro Lacerda, Bispo do Rio de Janeiro, foi um vestígio da importância dessa cerimônia para reafirmar a identidade católica da nação brasileira. Num dia de festa religiosa que envolvia um reconhecimento papal da atitude da Princesa católica, não poderia ser um dia de sacrifício. Por isso, Leão XIII concedeu a dispensa da lei de abstinência da carne naquela sexta-feira, apenas para a cidade do Rio de Janeiro. Fora da cidade a lei deveria ser respeitada “como nos outros dias de abstinência a não haver legítimo impedimento em sua observância”³⁰⁶.

No dia 23 de setembro, *O Apóstolo*, divulgou a realização da cerimônia da entrega da Rosa de Ouro à Princesa Imperial, este ato, segundo o jornal, aconteceria “com maior solenidade”³⁰⁷. Diversos Bispos eram esperados na corte por ocasião de uma celebração papal, em que ocorreria uma “parada de grande gala”³⁰⁸. O mimo concedido pelo Papa seria transportado “do Convento do Carmo para Capela Imperial com toda solenidade”³⁰⁹.

No dia 28, dia da cerimônia, ela foi novamente divulgada pelo *O Apóstolo* e também pelo *Jornal do Comércio*. *O Apóstolo* anunciou que a “cerimônia da entrega da Rosa de Ouro com que justamente distinguida a nossa graciosa Princesa Imperial” iria acontecer naquele mesmo dia na Capela Imperial³¹⁰. *O Jornal do Comércio* informou

³⁰⁵ *Jornal do Comércio*, 27 de setembro de 1888 e *O Apóstolo*, 26 de setembro de 1888.

³⁰⁶ *Idem*.

³⁰⁷ *O Apóstolo*, 23 de setembro de 1888.

³⁰⁸ *Idem*.

³⁰⁹ *Idem*.

³¹⁰ *O Apóstolo*, 28 de setembro de 1888.

que às 10 horas da manhã a Rosa de Ouro seria conduzida para a capela e a solenidade teria início às 11 horas ³¹¹.

A condução do mimo seria realizada pela embaixada romana e com grande solenidade. Na igreja estava programada uma missa pontifical comandada pelo Sr. Internúncio e com evangelho pregado pelo Bispo do Pará. *O Apóstolo* ainda lembrou que era o “aniversário glorioso da memorável lei de 28 de setembro que deu o primeiro passo da abolição” ³¹². A escolha dessa data foi significativa no sentido de recuperação da face processo emancipacionista que deveria permanecer na memória dos brasileiros: um processo gradualista, mantenedor da ordem, com condução das elites do Império e atuação da Igreja Católica.

Os anúncios da festa destacavam toda a importância da cerimônia, sobretudo os publicados pelo *O Apóstolo*. O jornal católico apresentava a cerimônia com uma “grande solenidade”, com “parada de grande gala” ³¹³. O dia seria de tanta importância e alegria que não poderia ser um dia de sacrifício com a abstinência da carne.

A cerimônia, então, aconteceu no dia 28 de setembro de 1888, na Capela Imperial, que “estava adornada com muito gosto e riqueza” ³¹⁴, para o grande evento religioso que estava por acontecer. A igreja, onde teria lugar a cerimônia, encontrava-se “ricamente e fora do costume ornada”, com aspecto que denunciava a “extraordinária festa que ia acontecer” ³¹⁵ ali. Muito antes da hora marcada, toda a Capela Imperial já estava ocupada pelos convidados.

A festa começou às 10 horas e 45 minutos, com a partida da Rosa de Ouro do Convento do Carmo. O objeto foi acompanhado por quatro coches da Família Imperial. O primeiro deles vinha com a Rosa de Ouro, o primeiro secretário do internúncio e um fidalgo; o segundo embarcaram o internúncio e o Barão de Muritiba, no terceiro estavam os Monsenhores Esberard e Paiva; e no quarto o Monsenhor Peixoto e Cônego Duarte Silva. Uma hora depois, dirigiram-se para a Capela Imperial, o Bispo do Rio de Janeiro (Conde de Santa Fé), o Imperador, a Imperatriz, a Princesa e o Conde d’Eu. Antes de iniciar a missa, a Princesa seguiu para a “capela do Santíssimo Sacramento e depois dirigiu-se para o presbitério” ³¹⁶. A Rosa de Ouro chegou à Capela Imperial 15

³¹¹ *Ibidem* e *Jornal do Comércio*, 28 de setembro de 1888.

³¹² *O Apóstolo*, 28 de setembro de 1888.

³¹³ *O Apóstolo*, 23 e 28 de setembro de 1888.

³¹⁴ *Jornal do Comércio*, 29 de setembro de 1888.

³¹⁵ *Idem*.

³¹⁶ *Ibidem*.

minutos depois da partida do Convento do Carmo. O mimo papal foi depositado “no altar ao lado do Evangelho”³¹⁷. As 11 horas e 20 minutos o Imperador, a Imperatriz, a Princesa e o seu esposo chegaram e “tomaram seus lugares no trono que lhe estava preparado”³¹⁸.

A elite eclesiástica brasileira não só se fez presente como se posicionou próximo à Família Imperial. Os Bispos do Rio de Janeiro, do Pará, de São Paulo e de Olinda estavam na cerimônia³¹⁹. O Arcebispo da Bahia e Bispo Primaz do Brasil, os Bispos de Diamantina, do Maranhão, de Mariana e de Goiás, assim como o Vigário Capitular do Rio Grande do Sul enviaram representantes para cerimônia³²⁰. A presença do alto clero nacional reafirmou a importância da cerimônia para a Igreja Católica do Brasil, pois simbolizava a concretização da vontade papal. Além disso, o alto clero do Brasil havia assumido uma postura ultramontana e, por isso, estar presente na solenidade da entrega da Rosa de Ouro foi como refazer os votos de obediência à Roma.

Além dos prelados, estavam presentes na Capela Imperial o ministério, as duas casas do parlamento, os “grandes do Império”, famílias convidadas, as ordens religiosas, a câmara municipal incorporada com seu estandarte, militares e corpo diplomático³²¹. O povo também esteve presente e, segundo *O Apóstolo*, “enchia a Igreja”³²².

Com esses espectadores, a missa solene teve início sob comando do Internúncio Apostólico, o Monsenhor Spolverini. O Bispo do Pará, D. Macedo da Costa, realizou um discurso com informações sobre a Rosa de ouro, o motivo de sua oferta à Princesa, além de explicar a Encíclica *In Plurimis* do Papa Leão XIII, escrita em 5 de maio de 1888. O pronunciamento do prelado foi publicado pelo *O Apóstolo* em duas partes, uma no dia 3 e outra no dia 5 de outubro de 1888. O Bispo, durante a cerimônia, perguntou se “era possível Leão XIII permanecer indiferente à libertação de seus filhos, cristãos, escravos na terra de Santa Cruz?”³²³. O próprio D. Macedo respondeu: “Ele não poderia ficar indiferente diante desse glorioso acontecimento: o Papa devia intervir e foi

³¹⁷ *O Apóstolo*, 30 de setembro de 1888.

³¹⁸ *Idem*.

³¹⁹ *Jornal do Comércio*, 29 de setembro de 1888.

³²⁰ *Idem*.

³²¹ *Idem* e *O Apóstolo*, 30 de setembro de 1888.

³²² *O Apóstolo*, 30 de setembro de 1888.

³²³ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888. Op. Cit.

altamente conveniente a sua intervenção”³²⁴. “O Santo Padre devia intervir, era conveniente, era oportuno intervir nesta fase importante de nossa vida nacional em que extinguia a escravidão”³²⁵, essa era a assertiva feita pelo Bispo do Pará durante a missa. D. Antônio Macedo da Costa, ainda perguntou: como o Papa poderia intervir? E respondeu: “por dois atos: a Encíclica e a Rosa de Ouro”, que “se irmanam e se completam”³²⁶, o Papa “interveio de modo mais glorioso para nossa pátria”³²⁷. Nas palavras do Bispo do Pará, “A Encíclica dirige-se a nação; a Rosa de Ouro ao trono; ambas constituem um monumento de glória e de proveito para a nossa pátria”³²⁸. O Bispo ainda lembrou que se a missão da religião

*“é velar pelo movimento civilizador, dirigir a fortuna e encaminhar o progresso dos povos, como é possível compreender que o Santo Padre Leão XIII ficasse indiferente ao grande fato que rasgou horizontes novos para este grande Império do Cruzeiro, a libertação dos escravos?”*³²⁹.

O discurso proferido por D. Macedo da Costa reforçou a ideia de que Leão XIII possuía uma preocupação com a civilização e o progresso do país, e por isso não poderia ser desrespeitado nestas terras. Essa aproximação do Papa com os brasileiros fazia parte da perspectiva ultramontana de D. Antônio, que havia sido preso pelo envolvimento na questão religiosa, e tentava convencer os seus espectadores da bondade do Pontífice em relação ao Brasil.

O Bispo declarou que a cerimônia da entrega da Rosa de Ouro era uma grande solenidade. Grande pelo objeto, pelo brilho, pela novidade, e principalmente pela sua significação³³⁰. Era “grande pelo objeto”, pois, de acordo com D. Macedo Costa, foi pela cerimônia de sua entrega à Princesa Isabel, O Santo Padre, o Papa Leão XIII, “gloriosamente reinante sobre a Igreja de Deus, honrou os preclaros méritos, as

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ *O Apóstolo*, 3 de outubro de 1888. resumo do discurso proferido pelo Exm. Sr. Bispo do Pará, na Capela Imperial, por ocasião da entrega da Rosa de Ouro a S. A. Imperial. Esse “discurso foi tomado a lápis por um distinto sacerdote”.

³²⁶ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888. Op. Cit.

³²⁷ *O Apóstolo*, 3 de outubro de 1888. Op. Cit.

³²⁸ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888. Op. Cit.

³²⁹ *O Apóstolo*, 3 de outubro de 1888. Op. Cit.

³³⁰ Idem.

eminentes virtudes e a piedade cristã de nossa excelsa princesa a Sra. Isabel, Condessa d'Eu”³³¹.

O “grande brilho” veio pela “cerimônia ornada” e com a presença de personagens de renome na política, nas ciências, na religião, nas armas, e nas letras³³². De modo, que pela conclusão de D. Macedo, estava ali presente tudo que “há de mais brilhante na capital do Império”³³³. Já a “grande novidade” ficou pelo fato de que estava ocorrendo “um caso nunca visto na América”, o Santo Padre “manda celebrar esta função pontifícia, ou antes, é ele quem pontifica solenemente na pessoa do egrégio prelado escolhido por esse mistério”³³⁴. Neste trecho do discurso, D. Antônio ressaltou a atitude do Papa em relação ao Brasil, ao honrar “as virtudes e a piedade cristã”³³⁵ de Isabel. A ação papal conferia importância ao objeto. A reunião de pessoas importantes lhe deu brilho a solenidade, e a novidade ficou por conta do Papa nunca ter vindo à América, e agora se fazia presente por meio do seu representante, o Internúncio Apostólico e pela própria Rosa de Ouro.

Sobre a grandeza de sua significação, o Bispo do Pará questionou qual o sentido e o alcance da solenidade que estava em curso. E respondeu:

Senhores, acabais de assistir à segunda missa do Brasil. A primeira foi uma simples, diante de uma cruz de madeira, sobre um altar tosco, ao som do cântico das ondas e das harmonias das florestas virgens; a segunda em um templo sagrado, em meio dos esplendores e pompas do culto católico.

A primeira embalsamou, consagrou e preparou para nós uma pátria: subiu suave aos céus para pedir bênção sobre a esperançosa nação que se erguia; a segunda preparou para nós uma pátria de grande futuro, levantou clamores até Deus para impetrar misericordiosa nação confraternizada e conquistou para os nossos vindouros uma grande glória – a glória da civilização cristã.

Outro fator que deu a cerimônia o *status* de grande solenidade foi a sua significação. A missa que marcou a entrega da Rosa de Ouro, segundo o Bispo do Pará, foi a segunda missa do Brasil. A diferença entre a primeira e a segunda missa estava na

³³¹ Ibidem.

³³² Idem.

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Idem.

forma como foram realizadas. A realizada em 1500 foi simples, rude e tosca, ao som dos diferentes elementos da natureza exótica que acabava de ser descoberta, enquanto a de setembro de 1888 foi realizada com toda pompa e solenidade de um grande ritual católico. A primeira missa levou aos céus o pedido de bênção para a nação que ainda viria a se formar, e a segunda pediu misericórdia, confraternização e celebrava a conquista do progresso e da civilização cristã ³³⁶. A missa de setembro de 1888 entrou na disputa pela consagração como a primeira missa do Brasil, concorrendo com a de 17 de maio e da de 1500.

Para que o progresso pudesse ganhar vida em terras brasileiras, segundo D. Macedo, era preciso remover um grande obstáculo, a escravidão. O Bispo, então, celebrou e declarou que no dia 28 de setembro de 1888:

Não temos mais escravidão no Brasil; o campo nacional está preparado para a eflorescência da civilização.

Por isso Sua Santidade lhe dá os parabéns; por isso ele se exulta e se alegra com toda a cristandade; por isso ele vem com aquele venerando, onde resplende a doce majestade de Jesus, depor em vossas mãos, Imperial Princesa, esse brinde régio, sinal de alegria de seu paternal coração, vendo por uma lei sancionada por Vossa Alteza quebradas as algemas da escravidão na terra de Santa Cruz.

Senhora! Não era um discurso que eu devia fazer, e sim um hino de entusiasmo que devia romper no meu peito.

V. A. Imperial, no exercício de suas funções constitucionais, como regente do Império sancionou uma lei e ao mesmo tempo milhares de desgraçados derramavam lágrimas, em alvoroço de grata alegria, vendo-se livre desafrontados da opressão do cativo, e os anjos recolheram essas lágrimas, fizeram diadema áureo em que elas brilham como pérolas, diadema mais belo que o de todos os monarcas, e puseram-no sobre vossa frente ³³⁷.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ Idem.



D. Antônio Macedo da Costa (bispo do Pará), os bispos envolvidos na “Questão Religiosa”.

Na cerimônia, segundo Daibert Junior, o Bispo do Pará anunciou com entusiasmo o florescimento de uma civilização cristã, a partir da decretação da lei Áurea, e classificou a cerimônia da entrega da Rosa de Ouro como a segunda missa do Brasil, contrapondo com a missa do Campo de São Cristovão, por ser o momento de renascimento da nação. O autor não tinha como foco uma análise aprofundada desse episódio, pois o seu objetivo era fazer uma biografia política da Princesa Isabel, de modo que analisou apenas a forma como a cerimônia da entrega da Rosa de Ouro foi utilizada para construir uma imagem positiva da Alteza Imperial e projetar um Terceiro Reinado sob o seu comando.

O grande obstáculo para o progresso do país, de acordo com as palavras pronunciadas pelo Bispo, era a escravidão, que foi removido e preparou o campo nacional “para a eflorescência da civilização”³³⁸, mas não é qualquer civilização, e sim uma civilização cristã balizada pelas determinações do Vaticano.

³³⁸ *O Apóstolo*, 3 de outubro de 1888. Op. Cit.

A Princesa Isabel, que com a assinatura da Lei Áurea retirou esse obstáculo, recebeu os parabéns do Papa Leão XIII, que exultava e se alegrava com toda a cristandade pelo feito da Princesa. A Rosa de Ouro, segundo o Bispo do Pará, foi concedida pelo Santo Padre em como símbolo de sua alegria por ver sua “obediente filha” assinando a lei que acabou de vez com a escravidão na “Terra de Santa Cruz”. A Rosa de Ouro configurou-se, então, como uma recompensa à Princesa por ter retirado do Brasil o obstáculo ao florescimento de uma civilização cristã.

O presente oferecido a Princesa pelo Papa, segundo D. Macedo era uma representação do:

Cristo que desceu aos abismos da criação para repô-la no seio de Deus e restabelecê-la em seu primitivo estado.

Divino Jesus, não é certo que tu mesmo te chamaste flor do campo, lírio dos vales? Não é certo que exala perfumes suaves após os quais correm as almas? In odorem unguetorum tuorum currimus.

Já vedes que a Rosa simboliza o Cristo.

Outro símbolo que parece talhado para a circunstância: segundo documento pontifício a Rosa representa a alegria das almas livres do cativo de Babilônia, voltando à santa cidade de Jerusalém, onde gozam da verdadeira liberdade dos filhos de Deus; representa a alegria das almas livres do pecado³³⁹.

Com essas palavras, o Bispo do Pará destacou, por um lado, a atuação da Igreja Católica, na figura do Papa Leão XIII, que se posicionou contra o cativo no Brasil duas vezes, a primeira com Encíclica, e posteriormente com a Rosa de Ouro, e por outro, a contradição entre os ensinamentos cristãos e a escravidão que esteve presente nos discursos emancipacionistas dos prelados no Brasil³⁴⁰. D. Antônio Macedo da Costa, de acordo com Daibert Junior, enunciou a atuação dos papas e do pensamento católico ao longo da história no combate à escravidão e fez uma analogia bíblica ao afirmar “que os cativos saíram da Babilônia (escravidão) para Jerusalém (igreja) onde poderiam encontrar a verdadeira liberdade”³⁴¹. As palavras do prelado formaram um discurso de afirmação da Igreja como atuante na luta pela abolição no Brasil por meio

³³⁹ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888. Op. Cit.

³⁴⁰ BENEVIDES. Op. Cit. 1887. D. Benevides utiliza a contradição entre os princípios do cristianismo e a escravidão na sua carta pastoral.

³⁴¹ DAIBERT JUNIOR, Robert. Op. Cit. 2006.

do reforço de elementos presentes no emancipacionismo católico e da lembrança das manifestações da alta hierarquia eclesiástica. Robert Daibert Junior destacou a característica ultramontana do pronunciamento do Bispo do Pará durante a cerimônia, que mesmo diante de “senadores, conselheiros de Estado, deputados, representantes do corpo diplomático e políticos pouco afeitos ao pensamento ultramontano”³⁴², o prelado defendeu o amor, a gratidão e a obediência ao Sumo Pontífice. Essa atitude do Bispo justificou-se pela presença de uma fiel representante da romanização, Isabel, que “conforme acreditava, ocuparia o trono em um futuro não longínquo e que, certamente, evitaria a laicização do Estado”³⁴³.

Após o discurso do Bispo do Pará, o Conde d’Eu acompanhou a Princesa Isabel do trono até o altar, onde ela ajoelhou-se diante do Internúncio para receber das suas mãos o presente do Papa, a Rosa de Ouro. Neste momento o Monsenhor Spolverini proferiu em latim a fórmula da entrega da condecoração:

Recebe de nossas mãos esta Rosa. Depositamo-la nas tuas por comissão especial que nos foi outorgada pelo Santíssimo Padre em Cristo e Senhor Nosso Leão XIII, papa pela divina providência, símbolo da alegria de Jerusalém, triunfante, ela manifesta a todos os fiéis a mais formosa das flores, que é Jesus Cristo, alegria e coroa de todos os Santos.

Recebe-a, pois, filha, diletíssima, e segundo o século, nobre, poderosa e dotada de proclamas e virtudes, tendo teus méritos, à semelhança de uma rosa a beira de abundantes águas. Diga-se, por sua copiosa clemência, conceder-te esta graça aquele Deus trino e um que vive pelos séculos. Amém

³⁴⁴.

A Princesa Isabel recebeu e beijou a Rosa de Ouro e respondendo “agradeço ao Santo Padre esta grande prova de apreço e prometo ser filha obediente da Santa Sé”³⁴⁵. Tanto no discurso da Internúncio, quanto na resposta de Isabel, há muitas referências ao Papa e a relação estreita entre pontífice e a Princesa Isabel, que prometeu, inclusive,

³⁴² DAIBERT JUNIOR, Robert. Op. Cit. 2006.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ *Jornal do Comércio*, 29 de setembro de 1888. O *Jornal do Comércio* publicou a tradução da fórmula da entrega da Rosa de Ouro.

³⁴⁵ Idem.

“ser filha obediente da Santa Sé”³⁴⁶. Com essa aproximação, os membros da Igreja Católica reforçaram a influência do catolicismo romano na assinatura da Lei Áurea.

O Apóstolo destacou o sacrifício da Princesa que permaneceu de pé com a Rosa de Ouro em suas mãos durante a benção e a leitura do evangelho de S. João. Também foi lembrada a pompa da cerimônia que contou com o registro de três máquinas fotográficas e dois focos de luz elétrica, que se projetavam sobre o altar³⁴⁷.

Por meio da grande celebração religiosa e desses pronunciamentos era arquitetada uma imagem da Igreja Católica ultramontana como atuante no processo que resultou no fim do escravismo no Brasil. Ao mesmo tempo, a elite clerical reforçava a sua obediência ao Papa e a sua posição romanizadora.

Após a cerimônia, a Rosa de Ouro foi levada para o paço da cidade pela própria Princesa Isabel, e colocada “sobre a mesa de mármore que tem a inscrição de 13 de maio”³⁴⁸ na sala junto ao trono. Nesta sala, o mimo papal permaneceu em exposição durante um período, até ser levado à Capela Imperial por Isabel. No recinto do paço, a Princesa Imperial recebeu a embaixada da Cúria Romana que acompanhava o Internúncio, o Monsenhor Spolverini, o qual pronunciou um novo discurso, publicado no dia seguinte a cerimônia no *Jornal do Comércio*:

Senhora – O chefe supremo da Igreja concedeu-me uma grande honra, digna-se conferir-me a alta missão que acabo de desempenhar perante V. A. Imperial. Este dia ficará para sempre gravado na minha memória como um dos mais solenes da minha vida diplomática.

Enviando a Rosa de Ouro, Leão XIII, dá a V. A. Imperial a mais significativa prova de sua paternal afeição em troca da dedicação sem limites da V. A. Imperial a sede apostólica.

No meio das amarguras que oprimem em seu cativeiro, o coração generoso do grande Pontífice transbordou de alegria sabendo que depois da lei votada pelos representantes da nação brasileira e sancionada por V. A. Imperial, entre os seus filhos do Brasil não existia mais um só escravo. As instruções que recebi me impõem o dever de assinalar particularmente este sentimento. A Rosa de Ouro, que o papa consagrou para vós dirá sempre em que alto grau de estima Sua Santidade considera as virtudes incessantes que ornaram o coração e a alma S. A. Imperial. É um dom precioso pela significação

³⁴⁶ *Idem.*

³⁴⁷ *O Apóstolo*, 30 de setembro de 1888.

³⁴⁸ *Jornal do Comércio*, 29 de setembro de 1888.

especial que vigário de Jesus Cristo liga a esta oferta. É um dom venerando pela antiguidade de sua instituição muitas vezes secular; é um dom sagrado pelo seu rito religioso e os mistérios que encerra.

Guardai preciosa, Senhora, no santuário de Vosso Palácio, este penhor de predileção que vos vem da parte do Pai comum dos fiéis, Recebeste-o a 28 de setembro data memorável, aniversário das duas providentes leis que encaminharam a abolição total da escravidão no Brasil.

A benção que acompanha este dom pontifical não deixará por certo de chamar a proteção de Deus para vossa pessoa, para as de vossos augustos pais, de vosso ilustre esposo, de vossos filhos muito queridos, para toda família imperial, para esta grande nação Brasileira, cuja felicidade e prosperidade são admiráveis testemunhos dos benefícios produzidos pelo reinado glorioso de S. M. o Sr. D. Pedro II³⁴⁹.

O Monsenhor Spolverini destacou a importância do momento que ficaria “para sempre gravado” na memória dele “como um dos dias mais solenes”³⁵⁰ da sua vida diplomática. Tais palavras engrandeciam o momento numa perspectiva internacional e, também, elevavam a relevância da entrega da Rosa de Ouro à Princesa Isabel. O Internúncio ainda ressaltou os sentimentos do Papa Leão XIII em relação à Isabel, sentimentos paternais e de admiração pela “dedicação sem limites” da Princesa em relação “a sede apostólica”³⁵¹. A estima do Papa por Isabel, segundo Spolverini, não era apenas pela sua obediência a Santa Sé, mas também pelas virtudes de sua filha, que despertou o coração do Pontífice, que se encheu de alegria ao saber que não havia mais nenhum escravo entre os brasileiros³⁵². O Sr. Internúncio declarou que recebeu a instrução para “assinalar particularmente este sentimento”³⁵³ de felicidade com a formação de uma nação civilizada no país, cujo passo decisivo foi dado por uma seguidora de seus caminhos. Em resposta ao pronunciamento de Spolverini, a Princesa agradece “a paternal prova de afeição de Sua Santidade o Papa Leão XIII”³⁵⁴. A própria Isabel constatou a exaltação dos sentimentos do Papa em relação a ela, pronunciada pelo Internúncio Apostólico. Nesse sentido, havia um esforço do clero para exaltar a figura de Isabel como redentora dos cativos e obediente às determinações pontificais.

³⁴⁹ Ibidem.

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ Idem.

³⁵² Idem.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ Idem.

O Monsenhor responsável pela entrega da Rosa de Ouro à Princesa Imperial explicou o significado do objeto oferecido pelo papa. O presente oferecido por Leão XIII, segundo Spolverini, era um dom precioso, um dom venerado e um dom sagrado, pois reunia significação, antiguidade, ritos religiosos e mistérios. Estes dons seriam responsáveis por convocar a proteção de Deus para a Princesa Isabel, o Conde d'Eu, seus filhos, para toda a Família Imperial e para toda a nação Brasileira, “cuja felicidade e prosperidade são admiráveis testemunhos dos benefícios produzidos pelo reinado glorioso de S. M. o Sr. Imperador”³⁵⁵.

Nesta passagem, o Internúncio Apostólico concedeu um caráter político ao seu discurso, pelo qual apoiou o Imperador, a Família Imperial, e de certa maneira própria continuidade do Império sob o governo da Princesa Isabel. Nesse sentido, o Monsenhor Spolverini também recordou do aniversário “das duas providentes leis que encaminharam a abolição total da escravidão”. Com essa menção às leis do Ventre Livre e do Sexagenário, o representante do Papa mais uma vez utilizou imagens de ações políticas tomadas pelo governo de D. Pedro II com o propósito de realizar uma campanha política favorável à monarquia e à permanência da Família Imperial no comando do Brasil num Terceiro Reinado dirigido pela católica Princesa Isabel.

Com a retirada da embaixada romana e do Internúncio Apostólico, entraram no recinto os Bispos do Pará e do Rio de Janeiro acompanhados dos Monsenhores e Cônego que representavam os outros Bispos. D. Antônio Macedo da Costa, Bispo do Pará, leu uma mensagem do episcopado brasileiro à Princesa Isabel pela ocasião da entrega da Rosa de Ouro.

A mensagem, assinada pelos Bispos do Rio de Janeiro, Pará, São Paulo e dos representantes do Acerbispo da Bahia, e dos Bispos do Maranhão, Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará, Diamantina e Mariana, salientou os sentimentos papais para com a Princesa Isabel. Afinal, a mensagem era uma manifestação de “suas mais vivas e sinceras congratulações” pelo recebimento da Rosa de Ouro, “a maior demonstração de fraternal afeto” do Papa Leão XIII³⁵⁶. Tal afeto foi provocado pelas “virtudes e méritos cobertos de louvor e com tão soberana benevolência”³⁵⁷ que rendeu a Isabel a premiação realizada pelo Sumo Pontífice. A Rosa de Ouro configurou-se com a

³⁵⁵ *Jornal do Comércio*, 29 de setembro de 1888.

³⁵⁶ Mensagem datada de 28/9/1888 do Episcopado Brasileiro por ocasião da entrega da Rosa de Ouro...

Op. Cit.

³⁵⁷ Idem.

“expressão do afeto da mais alta e Santa paternidade que há neste mundo”³⁵⁸. Mais uma vez a ligação entre a Princesa e o ocupante do posto mais alto da hierarquia eclesiástica foi ovacionada durante a cerimônia. Essa insistência em apresentar os sentimentos do Papa para com Isabel foi uma tentativa, por um lado, de se construir uma memória do catolicismo como atuante na abolição da escravidão, por meio da intervenção do Pontífice. E por outro, uma maneira de reafirmar a religiosidade da Princesa Imperial num momento em que a relação entre o Estado e a Igreja estava ameaçada pelo projeto de liberdade de culto. O combate a esse projeto, segundo Martha Abreu, foi um dos desafios da Igreja Católica no Brasil, na segunda metade do século XIX³⁵⁹.

A batalha contra a liberdade de cultos e a defesa da perspectiva romanizadora estava presente entre os membros da alta hierarquia eclesiástica brasileira. Essas duas missões dos prelados apareceram na mensagem que leram à Princesa Isabel pela ocasião da entrega da Rosa de Ouro.

[...] Olhando para esta flor simbólica, toda orvalhada das celestes graças, expressão do afeto da mais alta e Santa Paternidade que há neste mundo, “é impossível, como se exprime o mesmo Soberano Pontífice, que não se inflame cada vez mais o zelo de Vossa Alteza em respeitar a Religião, e em trilhar a vereda, árdua sim, mas esplêndida da virtude”. Grande eficácia tem os bons exemplos dos Príncipes para reanimar a fé no coração dos povos. A corte e a todo o Império continuarão a recebê-los de Vossa Alteza e da Família Imperial, (ilegível) e os mais edificadores dessa piedade esclarecida, afável, bondosa, que embalsama de felicidade o lar, e torna-se o ornamento e o encanto da sociedade.

*Sempre que, como Regente, tem Vossa Alteza, feito as vezes de nosso Augusto Imperador assumindo a alta direção dos negócios do Estado, não tem deixado de manifestar o seu amor e fidelidade à Religião, considerando-a como o elemento mais poderoso de conservação e progresso social, como o mais firme sustentáculo dos Tronos e das leis. Ela é com efeito o fundamento de tudo; fora desse fundamento nada se edificará durável, só se acumularão ruínas*³⁶⁰.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ ABREU. Martha. Op. Cit. 2002.

³⁶⁰ Mensagem datada de 28/9/1888 do Episcopado Brasileiro por ocasião da entrega da Rosa de Ouro... Op. Cit. Grifos do Original.

Os Bispos do Brasil ofereceram suas forças para contribuir para a continuidade da Monarquia católica sob o comando da Princesa Isabel. Os prelados declararam que estavam dispostos “e inteiramente resolutos a despender nesta grande obra da conservação e engrandecimento moral e religioso do Brasil”³⁶¹. O episcopado ofereceu-se para encarar esse empreendimento como tudo que estivesse ao seu alcance. Os Bispos foram incisivos na urgência de garantir ao país a manutenção a sua religiosidade católica. Como estava escrito na mensagem do episcopado, “estaremos prontos a sacrificar até a nossa vida, a derramar todo o nosso sangue” se fosse preciso para alcançar o grande bem da nação, ou seja, a “conservação e engrandecimento moral e religioso do Brasil”³⁶². Com o objetivo de alcançar essa conquista para o país, os Bispos lançaram mão de todas as possibilidades e esforços que estavam ao seu alcance: com suas atividades, forças, faculdades, recursos e influências pretendiam contribuir para a formação de uma nação mais próxima dos princípios morais e religiosos. O objetivo dos prelados era fortalecer o sentimento religioso da Princesa afim de que ela exercesse sua influência na luta contra a liberdade de cultos. Ao mesmo tempo, o clero mostrava que havia agido a favor da abolição da escravidão, de modo que contribuiu para a elevação do Brasil ao patamar das nações civilizadas. Por isso, não poderia ser excluído da vida política da nação e nem poderia receber concorrência de outra crença uma vez que estava exercendo, com méritos e resultados, a sua função político-social. Todo esse empenho demonstrado pelos nossos Bispos indicava o grande desafio que eles estavam enfrentando para manter o catolicismo como a religião oficial de todos os brasileiros. Além disso, precisavam defender-se do crescimento do movimento republicano e, para isso, utilizaram como arma a exaltação da imagem da Princesa Imperial, mas também investiram todos os seus meios para preservar a configuração política, social e cultural da nação;

Os Bispos encerraram a mensagem lida para a Princesa Isabel em homenagem ao recebimento da Rosa de Ouro com exaltações às suas missões, não apenas como prelados, mas também como cidadãos brasileiros.

*Quanto a nós, Bispos estabelecidos pelo Espírito Santo para reger a Igreja de Deus, estaremos dispostos, **Senhora**, tudo o que tivermos de atividade, de forças, de faculdade, de recursos, de influência, e estaremos prontos a*

³⁶¹ Ibidem.

³⁶² Idem.

sacrificar até a nossa vida, a derramar todo o nosso sangue, se mister for, para alcançar este grande bem para nossa pátria.

Desse modo desempenharemos a um tempo os nossos deveres de Bispos e de cidadãos. Como Bispos, sustentaremos e assim esperamos, e auxiliados pelos poderes públicos, propagaremos o Evangelho, fortificaremos sua ação regeneradora sobre os costumes; como cidadãos alegrar-nos-emos com os efeitos indiretos desta nossa sagrada missão a paz, a harmonia dos cidadãos, o respeito da lei, a obediências as autoridades legítimas, a liberdade de cada um aumentada, pela repugnância de todos aos descomedimentos da licença, e a Instituição Monárquica (que estamos persuadidos ser o punho mais seguro da estabilidade da nação) assentada na larga e sólida base da Religião e da justiça.

*Digne-se **Vossa Alteza Imperial** aceitar os protestos de sincera fidelidade e da mais profunda veneração com que somos de*

Vossa Alteza Imperial

*Os mais dedicados e reverentes servos*³⁶³.

A Rosa de Ouro, nesse contexto do catolicismo no Brasil, não foi apresentada pelo episcopado apenas como “uma rica prenda” linda e agradável pelo seu suave perfume, mas também como um “emblema sagrado” que dava “santas alegrias e esperanças”³⁶⁴. A “flor simbólica” enviada pelo Santo Padre à Princesa Isabel expressava a expectativa de Leão XIII com o respeito à religião da Alteza Imperial, e a sua determinação em “trilhar a vereda, árdua sim, mas esplêndida da virtude”. Os bons exemplos de religiosidade dados pelos Príncipes reacendiam “a fé no coração dos povos”, por isso a Princesa Isabel era a chave para a manutenção do catolicismo vivo entre os brasileiros, e a sua prática religiosa seria inspiradora pelos seus súditos. Os bons comportamentos da Princesa católica e sua obediência ao Papa eram fundamentais para a afirmação da romanização na sociedade brasileira e para a defesa de um Estado católico e sem a liberação de outras práticas religiosas.

Os prelados deram vulto à posição da Princesa enquanto Regente, substituindo o Imperador na direção dos negócios do Estado. Nas vezes que Isabel esteve nesse posto, segundo os Bispos, ela não deixou “de manifestar o seu amor e fidelidade à Religião” que é o “sustentáculo dos Tronos e das leis”, “o fundamento de tudo”, fora do qual

³⁶³ Ibidem.

³⁶⁴ Idem.

“nada se edificará durável, só se acumularam ruínas”³⁶⁵. Esse discurso mostra a religiosidade de Isabel e o modo como ela deveria guiar os assuntos do governo no futuro, durante um Terceiro Reinado que estava por vir. Era esperado da monarquia isabelista um estreitamento dos laços entre o Estado e a Igreja, que estava abalado deste a “Questão Religiosa”. A cerimônia da entrega da Rosa de Ouro, segundo Daibert Junior, foi uma oportunidade de tentar reconstruir o bom relacionamento entre a Igreja Católica e Monarquia. Os próprios discursos de D. Antônio de Macedo Costa, o Bispo do Pará, e um dos principais envolvidos na “Questão Religiosa”, mostraram que o conflito entre a Igreja e o Estado havia ficado no passado³⁶⁶.

O discurso romanizador dos Bispos possuía algumas referências mais diretas à necessidade de garantir uma prática religiosa no Brasil mais próxima das determinações do Vaticano. Afirmam, no entanto, que essa missão só poderia ser bem executada se houvesse uma parceria entre a Igreja e o governo imperial. Os Bispos comprometeram-se em pregar o Evangelho e a empreender uma “ação regeneradora sobre os costumes”³⁶⁷, mas esperam o auxílio dos poderes público.

Essa missão, considerada pelos prelados como sagrada, teria como efeitos a paz, a harmonia dos cidadãos, o respeito à lei, a obediência as autoridades legítimas, a repugnância aos excessos da liberdade, ou seja, o objetivo dos Bispos era não colocar em risco a ordem vigente. Com isso, o alto clero brasileiro afirmava a sua função dentro do corpo político nacional, e tentava converter mais combatentes para as suas fileiras que estivessem dispostos a prosseguir na ofensiva contra a liberdade de culto e a separação entre o Estado e a Igreja. Afinal, a Instituição Monárquica, de acordo com a visão do episcopado, era o ponto seguro da estabilidade da nação possuía suas bases seguras nos alicerces da religião e da justiça³⁶⁸. Os Bispos, assim, encerram sua mensagem à Princesa Isabel, declarando serem seus servos fiéis³⁶⁹.

3.2. A Rosa de Ouro e as suas repercussões

Houve alguns comentários, feitos pelos jornais *O Apóstolo*, *Revista Ilustrada*, *Jornal do Comércio* e por intelectuais, sobre a doação da Rosa de Ouro à Princesa

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ DAIBERT JUNIOR, Robert. Op. Cit. 2006.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Idem.

Isabel pelo reconhecimento da importância da Lei Áurea. Não foi realizado, porém, nenhum trabalho que tenha se preocupado com os significados dessa dádiva papal entregue à Alteza Imperial e nem com os significados da realização de uma cerimônia cercada de formalismo para a entrega desse mimo.

Desde 1888, algumas interpretações sobre a concessão da Rosa de Ouro pelo Papa a Princesa Isabel foram realizadas. Com o título *Revolta, O Apóstolo* publicou um artigo, em que questionava a compreensão do adversário do catolicismo, o Sr. deputado Coelho Rodrigues, sobre a dádiva papal, o qual enviou um requerimento à câmara dos deputados para receber maiores esclarecimentos sobre a atitude do Papa e da Princesa em relação a este presente ³⁷⁰.

O Deputado Coelho Rodrigues Peixoto já havia sido citado pelo *O Apóstolo*, por ser de sua autoria o projeto de lei de indenização para os ex-senhores que, segundo o jornal, não foi julgado como objeto de deliberação e o que deve ter deixado o deputado “bem envergonhado” por ter votado “a lei de 13 de maio e depois de sancionada querer emendá-la” ³⁷¹. Coelho Rodrigues era defensor da liberdade de culto, e por isso combatia qualquer ligação entre a Igreja e o Estado. No dia 21 de outubro de 1888, *O Apóstolo*, publicou uma crítica a um discurso do deputado que considerou a ligação entre a Igreja e o Estado uma escravidão. O pronunciamento foi uma contra ofensiva à isenção de impostos à Escola Doméstica de Petrópolis, que praticamente, segundo Rodrigues, só ensinava religião ³⁷².

Com uma atitude sempre combativa em relação à religião do Império, Rodrigues Peixoto tentou deslegitimar a doação da Rosa de Ouro à Princesa. O deputado questionou se o parágrafo 14 do artigo 102 da constituição foi respeitado pela Princesa e se havia pedido licença para aceitar “aquela graça especial do Sumo Pontífice” ³⁷³. O artigo citado pelo deputado referia-se à proibição de um cidadão brasileiro de receber de soberano estrangeiro qualquer título ou condecoração sem perder os direitos de cidadão nacional. Para Coelho Rodrigues, a Rosa de Ouro era uma condecoração recebida de governo estrangeiro, e mais, era um desrespeito à lei suprema do Império. Além disso, o Sr. Peixoto questionou se a Princesa Isabel impetrou algum pedido de licença para receber tal presente do Papa.

³⁷⁰ *O Apóstolo*, 05 de outubro de 1888.

³⁷¹ *O Apóstolo*, 27 de maio de 1888.

³⁷² *O Apóstolo*, 21 de outubro de 1888.

³⁷³ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888.

O Apóstolo, por sua vez, considerou o requerimento do deputado com uma expressão de “má fé junta a esta ignorância presumida do nosso direito pátrio!”. A Rosa de Ouro não era uma condecoração estrangeira, e sim um mimo, um presente e uma prova de distinção. Quando a licença, a folha católica respondeu por meio das seguintes perguntas destinadas ao requerente dos esclarecimentos: “A quem o soberano há de pedir licença? Ao Sr. Rodrigues Peixoto?”³⁷⁴.

O jornal católico citou um trecho da *Gazeta de Notícias*, por considerá-la como ser “uma folha insuspeita”. A Gazeta alegou não compreender “o alcance de um tal requerimento, nem ele nos afigurou digno de ilustração de seu autor. Tão engolfado em estudos de todas as qualidades”³⁷⁵. Em relação ao pedido de licença que deveria ser feito pela Princesa, o jornal leigo afirmou que não deveria “pedir licença a ninguém para aceitar a oferta do Santo Padre, nem o governo tinha que beneplacitar os papéis que o acompanharam”³⁷⁶. Sobre o pedido de licença para aceitar uma condecoração de governos estrangeiros a *Gazeta de Notícias* defendeu que “quando um soberano é agradecido por um governo estrangeiro, não tem que solicitar licença de poder algum para aceitar essa graça”³⁷⁷. Somado a esse fato, a Princesa quando recebeu a oferta papal era Regente do Império, “e nessa qualidade só se pedisse licença a si mesma”³⁷⁸. O jornal ainda declarou que “o Papa não é nenhum *governo estrangeiro*”³⁷⁹.

Em *O Apóstolo* e na *Gazeta de Notícias*, a Rosa de Ouro não apareceu como um desrespeito à constituição, como foi julgada pelo deputado Rodrigues Peixoto, ou a qualquer outra lei do Império. Para esses dois jornais, o mimo papal era uma homenagem de Leão XIII à Princesa Isabel, sendo então um reconhecimento da mais alta hierarquia eclesiástica à sua atitude, avaliada pelo Pontífice como caridosa e cristã.

No dia 28 de setembro de 1888, o *Jornal do Comércio* anunciou a venda do livro *A Rosa de Ouro*, de autoria do Monsenhor João Esberard³⁸⁰. Este religioso nasceu em Barcelona, na Espanha em 1843, e mudou-se para o Rio de Janeiro durante a infância, onde fez seus estudos e foi ordenado Presbítero em 24 de agosto de 1869 por Dom Pedro Maria de Lacerda. Foi professor do Seminário São José e por muitos anos

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ *O Apóstolo*, 5 de outubro de 1888.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Idem.

³⁸⁰ *Jornal do Comércio*, 28 de setembro de 1888.

Capelão do Convento das Carmelitas Descalças de Santa Teresa. Durante essa etapa de sua vida eclesiástica ele escreveu e publicou o livro *A Rosa de Ouro* ³⁸¹.

Publicado pela tipografia de G. Leuzinger & Filhos, o livro foi vendido pelo valor de três mil réis e, segundo *O Apóstolo*, era “um excelente e importante livro de 158 páginas, tão interessante por seu mérito e histórico quando notável por seu trabalho material” ³⁸². O empenho do monsenhor ao reunir “em um livro o histórico da Rosa de Ouro” e ao fazer “uma homenagem ao sábio Pontífice Leão XIII” ³⁸³ confirmou os seus títulos e foi “um grande serviço” ³⁸⁴, o que lhe rendeu até um elogio do Bispo do Pará, D. Antônio Macedo da Costa ³⁸⁵.

Nessa obra, o Monsenhor Esberard comparou o processo emancipacionista do Brasil com o dos Estados Unidos, e salientou que no Brasil não foi necessário o banho de sangue que houve na América do Norte. Aqui só “bastou o sinal de uma mulher” ³⁸⁶ para que a nefanda instituição escravista ruísse. Por ter levado a cabo essa missão, a “querida Isabel” era digna de todas as “entusiásticas ovações” provenientes do “povo generoso, sem distinção de classes” ³⁸⁷. Ao promover a “obra grandiosa da libertação” Isabel tornou-se merecedora de todos os “hinos de reconhecimento” ³⁸⁸.

Se João Esberard celebrou a Princesa Isabel como a grande merecedora de todas as honras e méritos pelo fim da escravatura em solo brasileiro, ele não deixaria a Igreja Católica de fora desse movimento de retribuição à Princesa. Com palavras que glorificavam Isabel, o monsenhor considerou-a merecedora das mais diversas manifestações de agradecimento pela sua “obra grandiosa” ³⁸⁹.

O feito de Isabel tomou proporções que foram além das fronteiras do Império. De diversas regiões do mundo vieram mensagens de saudações pelo fim do cativeiro no Brasil ³⁹⁰. O Monsenhor Esberard também constatou a repercussão causada pela assinatura da Lei de 13 de maio no mundo. Segundo o religioso a obra “que vitoria o nome de ISABEL, transpôs rapidamente o Atlântico e ecoou em todos os continentes

³⁸¹ As informações bibliográfica de João Esberard foi retirado do site Armorial Eclesiástico Brasileiro: <http://www.sfreinobreza.com/eclasiastico.htm>. Em visita realizada no dia 22 de outubro de 2011.

³⁸² *O Apóstolo*, 23 de setembro de 1888.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ *O Apóstolo*, 28 de setembro de 1888.

³⁸⁶ ESBERARD, João. *A Rosa de Ouro*. Rio de Janeiro. Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1888. P.10.

³⁸⁷ Idem. P.12.

³⁸⁸ Idem. P.13.

³⁸⁹ Ibidem. p.13.

³⁹⁰ *O Jornal do Comércio*, em diversos números durante semana do dia 13 ao dia 20 de maio de 1888 publicou mensagens de vários países que saudavam o Brasil pela chegada da liberdade.

até os ângulos do universo”³⁹¹. Se a atitude da Princesa Imperial foi além do território nacional, as manifestações de júbilo também deveriam partir do estrangeiro. E, de acordo com o monsenhor, as glórias dadas a Isabel não resplandeciam “unicamente sobre o povo brasileiro”. Essa

“era a causa da humanidade e da civilização que trinará: a humanidade e a civilização não podiam ficar indiferente a esse tão esplêndido quão inesperado triunfo.

Um dilúvio de calorosas congratulações, vindas de todos os pontos de orbe, saudava a ínclita Princesa Regente [...]”³⁹².

Ao ter considerado a abolição da escravidão no Brasil com um acontecimento que não era de interesse apenas dos brasileiros, mas de toda a humanidade e de toda a civilização, Esberard atribuiu à ação da Princesa um caráter universal. Desse modo, o reconhecimento pela realização dessa obra não poderia ser restrito aos nacionais, mas sim expandir-se por toda a humanidade civilizada, incluindo o Vaticano.

Ao reverberar no além mar, por meio do telégrafo e da imprensa, a notícia da Lei de 13 de maio, nas palavras de João Esberard, “em coração algum achou mais simpático, despertou sentimentos mais gratos do que no Pai comum dos fiéis, o amado Leão XIII que de sua prisão do Vaticano reina sobre o orbe católico”³⁹³. A emoção do Papa ao receber informações sobre o bom andamento do processo que desencadeou na abolição da escravidão no Brasil já havia sido expresso na Encíclica *In Plurimis*. O Papa iniciou esse documento pontifical com a seguinte afirmativa:

Em meio às numerosíssimas e imponentíssimas manifestações de piedade que cada dia quase todas as nações promoveram e continuaram a promover para Nós felicitarem por haveremos atingindo felizmente o cinquentenário do Nosso sacerdócio, uma há que nos sensibilizou particularmente, e foi a que nos veio do Brasil, onde, por ocasião desse feliz acontecimento, foi legalmente restituída a liberdade a grande número daqueles que, no vasto território do império, gemiam sob o julgo da escravidão”³⁹⁴.

³⁹¹ ESBERARD, João. Op. Cit. P.13. A inscrição do nome Isabel em letra maiúscula foi utilizada no texto original.

³⁹² Idem.

³⁹³ Idem. p.14.

³⁹⁴ LEÃO XIII. Op. Cit. P.3.

A abolição da escravidão havia alcançado repercussão internacional, e para João Esberard, era uma vitória de toda humanidade civilizada. O Papa, expressão maior dessa civilização, na concepção do Monsenhor, recebia as notícias acerca dos passos dados pela liberdade no Brasil com grande felicidade.

Ao trilhar esse caminho, a conclusão que Esberard chegou sobre o simbolismo da Rosa de Ouro foi a do reconhecimento. O mimo papal entregue à Princesa Imperial foi a maneira do Sumo Pontífice reconhecer o grande mérito alcançado por Isabel com a assinatura da Lei Áurea. O objeto era um agradecimento do Papa, que representava todos os fiéis do mundo, pela importantíssima obra empreendida pela Princesa. A gratidão de Leão XIII, manifestada na Rosa de Ouro, soou como um grito de agradecimento da humanidade civilizada pelo fim da escravidão no Brasil.

Nessa mesma rota do Monsenhor Esberard, o próprio Papa emitiu um documento pelo qual justificou a entrega da Rosa de Ouro à Princesa Isabel como um reconhecimento a atitude de sua “muito amada em Cristo Filha”³⁹⁵. As “virtudes” e as “brilhantes demonstrações de singular dedicação que Nos destes a Nós a esta Sé Apostólica”, de acordo com Leão XIII, fez de Isabel, sem dúvida nenhuma, merecedora de “um testemunho particular e insigne de Nosso apreço e paternal afeto para convosco”³⁹⁶. Para dar esse testemunho dessa gratidão, a melhor ocasião foi criada pela atitude da Princesa que acabada de:

realçar ainda mais os Vossos louvores por ocasião da lei que aí foi recentemente decretada e por Vossa Alteza Imperial sancionada, relativa àqueles que, achando-se nesse Império do Brasileiro sujeitos à condição servil, adquiriram em virtude da mesma lei a dignidade e os direitos de homens livres. Assim pois, muito amada em Cristo Filha Nossa, Nós Vos enviamos de mimo a Rosa de Ouro que, ao pé do altar, consagramos com a prece apostólica e os demais ritos sagrados, consoante à usança antiga de Nossos Predecessores.

O Sumo Pontífice, Leão XIII explicou o grande valor da Rosa de Ouro entregue à Isabel, que deveria olhar não para “o preço do objeto”, mas sim para os:

³⁹⁵ Carta do Papa Leão XIII à Princesa Isabel. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Maço 198. Documento 8965. Apud. DAIBERT JUNIOR, Robert. Op. Cit. 2006. P.6. O autor apresenta uma versão traduzida, uma vez que o original encontra-se em latim.

³⁹⁶ Idem.

mais sagrados mistérios por ele significados. Assim é que nessa flor e no esplendor do ouro se manifesta Jesus Cristo e sua suprema Majestade. É Ele que se denomina a flor do campo e o lírio dos vales. Na fragrância da mesma flor se exhibe um símbolo do bom odor de Cristo, que ao longe recebem todos os que cuidadosamente imitam as suas virtudes. Daí é impossível que o aspecto deste mimo não inflame cada vez mais o Vosso zelo em respeitar a Religião e em trilhar a vereda árdua, sim, mas esplêndida da virtude. ³⁹⁷

O Papa atribuiu à Rosa de Ouro um significado de testemunho pela fidelidade da Princesa à Santa Sé, que se manifestou por meio da sanção da lei de 13 de maio, pela qual foi devolvida aos cativos “a dignidade e os direitos de homens livres”. Sendo assim, Leão XIII traduziu a abolição da escravidão no Brasil como uma expressão da dedicação de Isabel às orientações do Vaticano. Mais uma vez, o fim da escravidão no Brasil era personificado na figura da Princesa Imperial, e a Rosa de Ouro era uma representação desse papel fundamental que ela desempenhou na conquista da liberdade.

Outro intelectual da época que manifestou a sua interpretação do oferecimento da Rosa de Ouro pelo Papa à Princesa Imperial foi Angelo Agostini. De nacionalidade italiana, o caricaturista chegou ao Brasil em 1859, e iniciou sua carreira na imprensa ilustrada em São Paulo, no ano de 1864. Após três anos de atuação, Agostini se mudou para o Rio de Janeiro, onde deu continuidade ao seu trabalho na imprensa ilustrada com colaborações para *O Arlequim*, para o *Vida Fluminense*, e para o *O Mosquito*. No ano de 1876, segundo Marcelo Balaban, “iniciou seu principal e mais famoso projeto: a *Revista Ilustrada*” ³⁹⁸, da qual era proprietário ³⁹⁹.

Foi na *Revista Ilustrada*, que Angelo Agostini recebeu reconhecimento como um abolicionista e um republicano incansável. A arte da Caricatura no século XIX, fez dele um misto de artista e político, “sobretudo no que tangia à abolição da escravidão e a mudança de regime político” ⁴⁰⁰. Com o resultado de sua atividade política, em 1888, “o poeta do lápis” chegou a um momento sublime de sua carreira, pois após anos de luta

³⁹⁷ Ibidem.

³⁹⁸ BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. P.28.

³⁹⁹ As informações bibliográficas de Angelo Agostini foram retiradas de: BALABAN, Marcelo. Idem.

⁴⁰⁰ Idem. p.28.

política travada por meio de suas caricaturas repletas de sátiras, “tudo, enfim, que dera tanto sentido a sua vida profissional e pessoal finalmente realizara”⁴⁰¹.

Angelo Agostini dedicou grande parte de seus desenhos à luta pelo fim do cativeiro no Brasil. Com inúmeras caricaturas sobre o tema, não deixou passar em branco as comemorações pela conquista da liberdade, entre elas estava a Rosa de Ouro. Em número publicado no dia 6 de outubro de 1888, Agostini publica a seguinte ilustração sobre o mimo papal:



Presente do Papa à Princesa Isabel: a Rosa de Ouro. (Revista Ilustrada, 6 de outubro de 1888). Nela se lê: “No Brasil, a rosa de ouro floresceu sobre os destroços de uma instituição nefanda pelos clarões do sol de 13 de maio. Sendo assim, não há a recear que os seus espinhos firam a liberdade”;
Ângelo Agostini (atribuição).

A Rosa de Ouro, para Angelo Agostini enterrou os males da escravidão, pois firmava a liberdade em território brasileiro. O presente do Papa à Princesa Imperial

⁴⁰¹ Idem.

simbolizava a vitória da liberdade diante do cativo. Na Imagem, a Rosa de Ouro foi posta sobre vários instrumentos de tortura de escravos, ocupando um espaço da vitória e superior ao ocupado por todos os males da escravidão. Ela floresceu para enterrar no passado a “instituição nefanda” e anunciar um futuro brilhante para a nação brasileira.

Angelo Agostini ainda declarou que não havia mais receio dos espinhos da Rosa de Ouro, ou seja, as ramificações da vontade papal, ferirem a liberdade. Ao considerar a posição republicana e anticlerical de Agostini, a abolição da escravidão configurava-se apenas como o início de uma série de reformas que visavam ampliar a liberdade. Ao declarar que os espinhos não iriam ferir a liberdade, o caricaturista investiu numa tentativa de afastar a oposição do clero nacional as mudanças, como por exemplo, a mudança de regime político.

As interpretações acerca do oferecimento da Rosa de Ouro à Princesa Isabel adentraram-se pelo século XX, e em 1943, Alcindo Sodr  escreveu um artigo sobre esse inédito acontecimento na história do Brasil. O autor elucidou a participa o de Isabel no processo abolicionista por meio da organiza o da Batalha das Flores e do suposto acolhimento, no Palácio Imperial de Petrópolis, de 14 africanos fugitivos. Pela sua a o em prol da emancipa o, um “gesto de magnanimidade política” a Princesa fez jus ao mimo papal da Rosa de Ouro ⁴⁰². Novamente, o presente de Leão XIII foi visto como um reconhecimento   atitude caridosa e cristã da Princesa Isabel.

Recentemente, Daibert Junior lançou uma biografia da Princesa Isabel, na qual tocou no assunto da Rosa de Ouro. O historiador apresentou a dádiva do objeto papal como um reconhecimento universal, que contribuiu para a proje o do Brasil frente às outras na es, além de glorificar a herdeira do trono que colocou a na o em posi o de destaque no cenário internacional. Sobre a cerimônia, Daibert afirmou ter sido interpretada por muitos contemporâneos como uma coroa o antecipada da Princesa ⁴⁰³.

A Rosa de Ouro foi uma arma utilizada pelos membros do clero brasileiro a fim de marcar sua presença na luta contra a escravidão. No discurso proferido, durante a cerimônia de entrega do presente papal   Princesa, o Bispo do Pará defendeu com veemência as interven es empreendidas por Leão XIII durante a batalha pela liberdade dos cativos no Brasil ⁴⁰⁴. A tentativa de imprimir a participa o do clero na história da aboli o era uma resposta às acusa es de que os membros da Igreja Católica no Brasil

⁴⁰² SODR , Alcindo. Op. Cit.

⁴⁰³ DAIBERT, Robert. Op. Cit. 2004.

⁴⁰⁴ *O Apóstolo*, 3 e 5 de outubro de 1888. Op. Cit.

tratavam o assunto da liberdade com certa indiferença. Um dos defensores dessa apatia dos prelados pela má sorte dos cativos foi Luís Anselmo da Fonseca, o qual em 1887 escreveu um livro que acusava o clero de nada fazer em prol da abolição ⁴⁰⁵. Essa mesma ideia foi defendida por outros intelectuais, como o patriarca da independência José Bonifácio ⁴⁰⁶ e o abolicionista Joaquim Nabuco ⁴⁰⁷. Nesse sentido, a repercussão dada pelo clero, inclusive por meio do *O Apóstolo*, à cerimônia da entrega da Rosa de Ouro foi um instrumento utilizado pela elite eclesiástica de apresentar uma versão diferente da que corria acerca do seu envolvimento no processo que resultou na abolição da escravidão.

As interpretações da Rosa de Ouro como um agradecimento internacional pela assinatura da Lei Áurea atribuiu a Princesa um papel central na luta contra o cativo, e deixou na escuridão outros sujeitos que estiveram envolvidos na busca pela liberdade. Ao destacar a atitude da Princesa caridosa, estes autores colocaram no esquecimento a participação dos abolicionistas, dos escravos, dos libertos, entre outros grupos que estiveram envolvidos no maior movimento popular da história do Brasil.

3.3 E depois de 1888?

O momento em que aconteceu a entrega da Rosa de Ouro, apenas quatro meses após a abolição, foi analisado por Wlamyra Albuquerque como um período de disputas acerca das glórias dos empreendedores da abolição. Era de grande importância política a construção das memórias do processo emancipacionista, estava em jogo o lugar mais alto na “constelação” dos heróis da abolição. Foi nessa circunstância que o clero assumiu um posicionamento monarquista de defesa da abolição como uma doação benevolente da Família Imperial, sobretudo da Princesa. A abolição foi entendida pelos monarquistas, nas palavras de Albuquerque, como uma “dádiva, um belo presente que merecia troco”. A redenção do cativo, de acordo com a autora, foi lida por esse grupo político como mérito da Princesa Isabel. Essa imagem de Isabel “a Redentora” dos cativos foi construída com a participação do clero ultramontano e saiu vitoriosa na disputa acerca de quais nomes iriam ser consagrados como os heróis da abolição.

⁴⁰⁵ FONSECA. 1887. Op. Cit.

⁴⁰⁶ ANDRADA E SILVA. *Representação*. 1825. Op. Cit.

⁴⁰⁷ NABUCO. *O Abolicionismo*. 1883. Op. Cit.

No primeiro aniversário da Lei Áurea, *O Apóstolo* foi mais sutil em relação ao investimento da figura de Isabel como a heroína da libertação. A folha católica descentralizou esse título de herói e concedeu as honras da abolição ao regime monárquico como um todo. A disputa em torno da consagração dos heróis da abolição envolveu, segundo Wlamyra Albuquerque, um embate entre monarquistas e republicanos⁴⁰⁸. Essa proposição da autora foi confirmada pelos editoriais de maio de 1889 de *O Apóstolo*. Neles foram lembradas as manifestações de regozijo por conta de uma festa da monarquia, o aniversário da abolição. Nessas reportagens, porém, o jornal católico pedia benção para a Família Imperial, o Império, o ministério e o parlamento “por tão patriótica recordação da áurea lei”⁴⁰⁹. Por meio desses artigos de *O Apóstolo* foi possível identificar uma defesa do regime monárquico e uma oposição ao movimento republicano.

O Apóstolo publicou, no dia 17 de maio de 1889, um texto de defesa da monarquia como um poder legalmente constituído, e combateu a república que fazia a propaganda de uma liberdade causadora de males sociais, como a ociosidade, o divórcio e a prostituição. Esse texto de opinião termina com a seguinte conclusão:

Ora, a monarquia ainda uma vez mostrou-se unida a religião: logo, guerra a monarquia por amor de ódio a religião.

Mas o ódio a religião é simplesmente isso que acabamos de apontar.

Veja pois, o país donde, de que lado, de que gente parte o grito, de que ponto parte o sopro da revolução, e fique ainda uma vez assinalado seu caráter, seu valor, e que medo podem incutir essas horas, que representam simplesmente – a incapacidade para o trabalho honesto, a inimizade a honra e aos respeitos públicos e particulares.

*Nada temos com repúblicas: mas se delas se servem para isso, estão bem servidos aqueles que em suas fiteiras se alistam, direta ou indiretamente*⁴¹⁰.

O momento em que estava sendo disputada a memória da abolição *O Apóstolo* investiu na defesa da imagem da Lei Áurea como um produto, exclusivamente, monárquico. Além de bombardear críticas aos defensores da república.

⁴⁰⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. Cit. 2010.

⁴⁰⁹ *O Apóstolo*, 15 de maio de 1889.

⁴¹⁰ *O Apóstolo*, 17 de maio de 1889.

No ano seguinte, já sob o regime republicano, a abolição da escravidão foi lembrada pelo *O Apóstolo*. Agora o empreendimento emancipacionista passou a ser mais um resultado, quase que unicamente, da manifestação das virtudes da Princesa Isabel, quem havia sacrificado o trono pela libertação dos cativos. No dia 14 de maio de 1890, o jornal católico publicou um texto sobre os festejos que tomaram conta das ruas da cidade no dia anterior, e efetuou críticas à imprensa, pois, segundo *O Apóstolo*, “só o *Diário do Comércio* teve a coragem de recordar em belo retrato a ex-princesa”⁴¹¹. Em outro número publicado em maio de 1890, *O Apóstolo* divulgou outro artigo sobre a festa da abolição, em que julgou ser “forçoso” dizer que “a afluência do povo foi extraordinária e o préstito extensíssimo, porém tal passeata não teve nada de popular”⁴¹². Ao contrário, o povo, de acordo com o jornal, mostrou “certa indiferença ou mera curiosidade, não se ouvindo as costumadas explosões de palmas, vivas, aplausos e nem de flores”⁴¹³.

Em 1890, o jornal ensaiou a posição que tomaria nos anos seguintes acerca da memória da abolição, com investimento na imagem da Princesa “Redentora” e a defesa da monarquia. *O Apóstolo* de 15 de maio de 1891 informou a população de vivas dados à monarquia e a “Isabel Redentora”, e declarou que o povo compreendia “a grandeza desta gloriosa data, entretanto retraiu-se, sentindo-se a mão pesada da república que tudo mata como matou esta data de que apossou-se”⁴¹⁴. O 13 de maio em 1891, segundo *O Apóstolo*, “não passou despercebido”, mas “também não foi festejado”⁴¹⁵.

No dia 17 do mesmo mês, a folha católica declarou que “a república não tem o direito de comemorar esta data, não lhe pertence”⁴¹⁶, pois o “fato glorioso” da abolição da escravatura foi

uma das glórias da monarquia, do patriotismo e da energia de uma princesa virtuosa, de uma mulher varonil, e à manifestação da caridade de uma heroína, que não trepidou sacrificar um trono pela liberdade dos escravos!
A comemoração deste fato é a apoteose de Isabel, cognominada a Redentora por um povo inteiro nas expansões de seu júbilo e entusiasmo.
A república tomou conta deste dia e matou todas as alegrias populares querendo imprimir-lhe o caráter republicano e transformá-lo em festa sua.

⁴¹¹ *O Apóstolo*, 14 de maio de 1890.

⁴¹² *O Apóstolo*, 18 de maio de 1890.

⁴¹³ *Idem*.

⁴¹⁴ *O Apóstolo*, 15 de maio de 1891.

⁴¹⁵ *Idem*.

⁴¹⁶ *O Apóstolo*, 17 de maio de 1891.

A república jamais deixará de ser a tirania de um homem, a prepotência de um déspota. Na prática, ela nega a fraternidade, sufoca as liberdades e desconhece a igualdade [...] ⁴¹⁷

Em 1892, *O Apóstolo* mencionou um esvaziamento popular dos festejos do 13 de maio, pois a república utilizou uma “data memorável da monarquia” para fazer uma festa sua, que deixou de ter um caráter popular e tornou-se um “passeio militar”. Esse suposto enfraquecimento da festa da abolição, segundo *O Apóstolo*, era um indicativo que “a república acaba com todas as glórias do Brasil” ⁴¹⁸.

No editorial de 15 de maio de 1892, o jornal católico foi enfático:

No meio da indiferença teve nota dissonante, ninguém, nenhuma folha, nenhuma sociedade (não sabemos porque, ou se foi por medo da república) recordou o nome de Isabel – a – Redentora!!! Da heroína única da abolição da escravidão no Brasil, da Princesa patriota, da soberana virtuosa, que, inspirada pela caridade somente e amor ao próximo, não duvidou sacrificar um trono para dar pátria e família a quase 2 milhões de brasileiros, garantindo-lhes os foros de cidadãos!

A história, porém, fará justiça e o nome de D. Isabel, a Princesa Imperial do Brasil, sempre brilhará nos fastos desta pátria, tão aviltada pela república que nasceu da sedição militar ⁴¹⁹.

E no mesmo dia em sua seção noticiosa ⁴²⁰, *O Apóstolo* reforçou que “ninguém lembrou-se da Princesa D. Isabel, a Redentora, a quem só deve a libertação” ⁴²¹. Afinal, Isabel era o “nome que só ele faz glória deste dia, e é a estrela que brilha, apesar de tudo, na página da história que recordava esta data” ⁴²².

Com essa versão da abolição da escravidão, *O Apóstolo* marcava a sua atuação na construção da memória que permaneceria sobre os acontecimentos de maio de 1888. Como representante das opiniões de grande parte da elite eclesiástica brasileira, o jornal foi uma fonte de investigação da atuação desse grupo social na edificação de uma

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ *O Apóstolo*, 13 de maio de 1892.

⁴¹⁹ *O Apóstolo*, 15 de maio de 1892.

⁴²⁰ A Seção Noticiosa era uma coluna publicada em todos os editoriais de *O Apóstolo*.

⁴²¹ *O Apóstolo*, 15 de maio de 1892.

⁴²² Idem.

cultura histórica, na qual os membros do clero esforçaram-se para se firmar a imagem de uma princesa caridosa, que guiada pelo seu espírito cristão libertou os cativos.

Dessa forma, *O Apóstolo* empreendeu suas energias para compor uma memória da abolição ligada à monarquia e, sobretudo, às virtudes da Princesa Isabel, sob o título de “Redentora”. “Não de esqueça nunca do nome de Isabel a Redentora”, esse foi o pedido feito pelo *O Apóstolo*, em maio de 1893. Tal solicitação foi, durante um bom tempo, obedecida, uma vez que a versão vencedora das disputas em torno dos heróis da abolição consagrou a Princesa Isabel como a principal estrela da constelação dos nomes da abolição.

Isabel foi retratada nos livros didáticos como a “Redentora” dos cativos, assim como foi consagrada na cerimônia da entrega da Rosa de Ouros e nos números de *O Apóstolo*. Nos jongos, que são cantados nas comunidades negras do Sudeste, ela também aparece como a grande realizadora dessa façanha, como por exemplo, nesses pontos:

*Eu pisei na pedra a pedra balanceou
O mundo tava torto rainha endireitou
Pisei na pedra a pedra balanceou
O mundo tava torto rainha endireitou

Liberdade foi a rainha quem me deu
Liberdade liberdade
Foi a rainha quem me deu

Ai rainha quem me deu
Com a sua pena de ouro
Ela mesma escreveu⁴²³*

3.4. Os libertos

Após as comemorações que celebraram o fim da escravidão no Brasil era preciso colocar em prática um projeto de nação que condissesse com a nova realidade do país: a liberdade. Várias questões se colocavam diante da era da liberdade, entre elas estava aquela que envolvia o futuro dos libertos. Os cléricos expressaram uma opinião própria

⁴²³ LARA, Sílvia Hunold & PACHECO, Gustavo. **Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949.** Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007. p.178 e 190.

sobre o tratamento que deveria ser dispensado aos regressos do cativo no pós-abolição. Essa opinião era uma alternativa tanto ao projeto conservador de excluir os negros de qualquer projeto para a nação, quanto a um projeto mais radical de reforma agrária, que alteraria a ordem social vigente ⁴²⁴.

O pensamento emancipacionista do alto clero brasileiro pregava o gradualismo, por meio de concessões de alforrias pelos senhores que possuíam um sentimento religioso e uma moral antiescravista. A campanha pela distribuição das alforrias foi levada a cabo por meio de cartas pastorais dos Bispos de diversas regiões do país, principalmente no ano de 1887, pela ocasião da comemoração de cinquenta anos de sacerdócio de Leão XIII ⁴²⁵. Tal atitude desses prelados foi lembrada e glorificada pelo Papa, sendo a que mais o sensibilizou ⁴²⁶. O Pontífice, em sua Encíclica *In Plurimis*, escrita em 5 de maio de 1888, declarou que a restituição da liberdade aos que “gemiam sob o jugo da escravidão” ⁴²⁷ por meio das alforrias foi alcançada pela união entre o “zelo dos homens e das mulheres caridosos” e o “zelo do clero” ⁴²⁸.

O Papa referiu-se a fato dos Bispos escreverem cartas pastorais que foram ouvidas pelos seus fiéis, os quais, por sua vez, declaram livres seus escravos em nome de Leão XIII. A restituição da liberdade aos cativos foi interpretada pelo ocupante do cargo mais alto da hierarquia eclesiástica como uma “confirmação da esperança” dos brasileiros de “abolir e extirpar completamente a barbárie da escravidão” ⁴²⁹. As alforrias incentivadas pelos eclesiásticos foi uma constante nos anos finais da escravidão e configurou-se como um dos elementos do pensamento emancipacionista do alto clero brasileiro.

As concessões da liberdade por iniciativa senhorial era uma estratégia utilizada para manter a ordem vigente por meio da manutenção das relações de dependência do período escravista nos tempos vindouros da liberdade ⁴³⁰. A defesa da permanência dessas relações que mantinham os ex-escravos sob a tutela e vigilância dos ex-senhores

⁴²⁴ SANTOS, Cláudia. “Liberdade com Terra”. IN: **Nossa História**. Ano3, nº33, julho 2006. P.70-73.

⁴²⁵ C.f. BENEVIDES. Op. Cit. 1887.

⁴²⁶ LEÃO XIII. Op. Cit. 1888.

⁴²⁷ Idem. p.3.

⁴²⁸ Idem. p.3.

⁴²⁹ Idem. p.3.

⁴³⁰ Sobre o assunto vide: MATTOS, Hebe. Op. Cit. 1995, e CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

foi uma característica do emancipacionismo eclesiástico, que segundo Martha Abreu, era representada pelo jornal católico *O Apóstolo* ⁴³¹.

Em 4 de abril de 1888, a folha católica publicou um artigo que declarava o bom andamento do “movimento libertador”, o qual estava progredindo “sem influência do governo e sem necessidade de nova lei”, de modo que “dentro de muito pouco tempo” a escravidão estaria extinta pelo caminho mais “honroso e pacífico” ⁴³². Essas palavras ilustravam bem as ideias antiescravistas dos clérigos brasileiros. Nelas estava presente a necessidade da libertação, e para isso deveria ser utilizada a alforria, mas sem nenhum abalo às bases da sociedade, por isso, a caminhada para o fim do escravismo iria seguir na trilha do pacifismo.

Todo o processo de abolição da escravidão deveria seguir um percurso sem conflitos que pudessem colocar em risco a “harmonia” da nação cristã. Harmonia essa que deveria ser mantida por meio da sobrevivência das relações de dependência dos tempos de cativeiro ⁴³³. Nesse sentido, *O Apóstolo*, publicou uma série de saudações à pátria pela tranqüilidade em que aconteceu o fim do cativeiro no Brasil. Sem mencionar as revoltas e as fugas dos escravos, o jornal celebrou o fato de estar tudo na mais perfeita ordem com “a harmonia, a fraternidade que abrilhantou a seção áurea do parlamento” mesmo com uma “deliberação tão melindrosa e de tanto alcance político”, por isso dava “honra a nação brasileira” ⁴³⁴.

A suposta harmonia que envolveu o povo brasileiro durante os últimos momentos do escravismo na “Terra de Santa Cruz” foi novamente mencionada pelo *O Apóstolo* no número publicado em 13 de maio de 1888. Desta vez, o jornal destacou a presença da ordem que prevaleceu no meio do povo durante as votações do projeto de lei na câmara dos deputados e no senado. O momento foi, no julgamento do *O Apóstolo*, uma “brilhante ocasião” para o povo “dar provas de seus nobres intuits e delicadezas de índole” ⁴³⁵. Essa era ocasião do povo brasileiro mostrar que poderia participar do rol das nações civilizadas, e que o catolicismo não era um obstáculo ao progresso, mas sim um elemento engrandecedor de sua civilidade.

⁴³¹ ABREU. Op. Cit. 2001.

⁴³² *O Apóstolo*, 4 de abril de 1888.

⁴³³ Ver MACHADO, Maria Helena. Op. Cit. 1994.

⁴³⁴ *O Apóstolo*, 9 de maio de 1888.

⁴³⁵ *O Apóstolo*, 13 de maio de 1888.

Após a aprovação final do projeto de lei da abolição da escravidão, *O Apóstolo* noticiou o seu andamento como rápido, pois foi aceito por todos os partidos, “sem a mínima ameaça sequer ao equilíbrio dos poderes e a ordem pública”⁴³⁶. Aqui, o fim do cativeiro foi conquistado sem ocasionar em despejo de “rios de sangue, ou dinheiro, ódios de classe e de partido”⁴³⁷, aqui só havia custado flores, “flores da arte, flores da natureza e as flores sublimes da retórica”⁴³⁸. Essa foi apenas uma entre muitas comparações que *O Apóstolo* fez entre o processo abolicionista brasileiro e o norte-americano. O jornal, segundo Martha Abreu, classificava os negros dos Estados Unidos como mais sofridos por serem considerados uma raça inferior para justificar a escravidão, e contrastava essa situação norte-americana como a do Brasil, onde não se pregava a inferioridade de raça, e a própria constituição pregava a igualdade, onde todos faziam “parte da família brasileira” e “filhos de um mesmo Deus”⁴³⁹. Mais uma vez, houve a defesa da manutenção da ordem no processo abolicionista brasileiro, afinal, aqui não havia ódio de raça que pudesse gerar qualquer perturbação social. Nesta ordem vigente a elite clerical possuía uma posição privilegiada, por fazer parte do governo e ocupar um *status* superior na sociedade, o alto clero defendia, então, a abolição sem conflitos sociais e raciais que ameaçassem o “equilíbrio dos poderes e a ordem pública”⁴⁴⁰.

O próprio Papa manifestou-se a favor de uma abolição que não alterasse a ordem social vigente. Em sua Encíclica, *In Plurimis*, sobre a abolição da escravidão no Brasil, Leão XIII defendeu o fim do escravismo sem perturbação pública. Nas palavras do Sumo Pontífice,

[...] compete fazerdes com que os senhores e os escravos se harmonizem entre si num pleno entendimento e de boa-fé; que nada seja violado em matéria de clemência ou de justiça, senão que todas as transações sejam feitas na equidade e na paz, de maneira cristã. Sumamente de desejar é que a supressão e a abolição da escravatura, por todos querida, se realize felizmente sem menor detrimento do direito divino ou humano, sem nenhuma

⁴³⁶ *O Apóstolo*, 16 de maio de 1888.

⁴³⁷ *Idem*.

⁴³⁸ *Idem*.

⁴³⁹ ABREU, Martha. 2001. *Op. Cit.* p.85.

⁴⁴⁰ *Idem*.

perturbação pública, e de maneira a assegurar os verdadeiros interesses dos próprios escravos cuja causa está em jogo ⁴⁴¹.

Para o Sumo Pontífice a extinção do cativo no Brasil deveria ser realizada sem qualquer ameaça a ordem pública, e tinha tudo para ser assim, uma vez que essa era uma causa “por todos querida” ⁴⁴². O Santo Padre lembrou a sociedade, sobretudo aos donos de escravos, que para a abolição se realizar sem qualquer alteração na organização social era preciso que os senhores e os escravos entrassem em acordo, mesmo após a chegada da tão esperada liberdade.

Pelo pensamento emancipacionista, que esteve presente no círculo da elite eclesiástica brasileira, a abolição aconteceria sem a alteração da ordem social vigente e com a manutenção das relações de dependência para manter o liberto preso por meio da gratidão e da obediência, ao seu ex-senhor. No discurso dos fiéis à Monarquia, segundo Wlamyra Albuquerque, os emancipados iriam abandonar os hábitos impróprios “inconciliáveis como o estatuto de novos e dignos cidadãos” ⁴⁴³. A desconfiança da recusa dos libertos ao trabalho, para a autora, a muito tomara a fala dos emancipadores, por isso, eles pregavam a educação do liberto como uma forma de conformar o seu espírito às exigências do trabalho livre. Essas preocupações com o futuro dos libertos, de acordo com Albuquerque, traziam a certeza de que com a liberdade concedida não se abriria mão da autoridade e da tutela sobre os “novos cidadãos, ou melhor, quase cidadãos” ⁴⁴⁴. Tal projeto de educar os libertos para viverem no tempo da liberdade requeria uma educação para integrá-lo ao mundo do trabalho, mantê-lo dócil e cristão. Sendo assim, ao liberto deveria ser destinado um ensino do ofício, da moral e da boa religião.

Antes de noticiar a abolição, *O Apóstolo* clamava por atenção para o futuro dos libertos. Junto com a liberdade viriam as suas consequências provocadas pelo abuso do seu uso, sendo uma delas o aumento da ociosidade. A câmara já havia aprovado o projeto que deu origem à Lei de 13 de maio, e segundo o periódico católico, agora essa casa do governo deveria cuidar das “consequências da libertação” ⁴⁴⁵. Para evitar esses

⁴⁴¹ LEÃO XIII. 5 de maio 1888. Op. Cit. p. 25.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. Cit. 2010. p.96

⁴⁴⁴ Idem. p.97.

⁴⁴⁵ *O Apóstolo*, 13 de maio de 1888.

possíveis males, os deputados deveriam elaborar leis sobre a locação de serviços e a criadagem doméstica, pois

Esse grande número de libertos que entram na comunhão brasileira não pode ficar a mercê de sua ignorância, de seus vícios e dessa condição degradada em que nasceram. A lei será incompleta e perniciosa se, concedendo a liberdade, não cuidar da moralidade e ocupação honesta dessa gente local.

Se pela instrução ou educação não tem a consciência de seus deveres, ao menos pela coação legal adquiram o hábito do trabalho que os moralize e os contenha nos limites de uma vida regrada e dos deveres de um homem honesto⁴⁴⁶.

Para entrar na “comunhão brasileira”⁴⁴⁷, os libertos deveriam ser tutelados pelos brancos que tinham a missão de retirá-los da ignorância, do vício e da degradação em que viviam. Essa salvação do liberto se daria por meio da adequação ao mundo do trabalho sem o uso da força, como era feito no tempo da escravidão, mas sim pela “coação legal”. Havia ainda, a educação moral para que eles aprendessem a viver em uma “vida regrada” e cumprindo os “deveres de um homem honesto”⁴⁴⁸.

Para que a lei 3.353 não fosse incompleta, os responsáveis pela sua elaboração e pela sua aprovação deveriam cuidar, ao invés de abandonar, as “massas livres que nasceram”⁴⁴⁹ no país no dia 13 de maio de 1888. A mesma fé que foi capaz de derrubar “a montanha granítica da escravidão” deveria empenhar-se, com apoio dos poderes legítimos, para organizar o trabalho e a educação das classes⁴⁵⁰. Tal esforço resultaria numa pátria livre, “independente”, “feliz e para sempre gloriosa”⁴⁵¹. Com o propósito de manter a ordem, os clérigos defendiam leis que cuidassem do futuro dos libertos, pois sozinhos cairiam na ociosidade e na imoralidade, ocasionando a desordem pública e a ameaça ao “equilíbrio dos poderes”⁴⁵². Para seguirem um caminho reto e honesto no tempo da liberdade, os regressos do cativo deveriam ficar sob a tutela de outros. As relações de dependência deveriam ser mantidas e, para que os ex-escravos

⁴⁴⁶ Idem.

⁴⁴⁷ Idem.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ *O Apóstolo*, 16 de maio de 1888.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² Idem.

compreendessem essa permanência, era necessária uma educação com o objetivo de lhes ensinar um ofício e uma boa conduta moral e cristã, que pregaria a obediência aos seus patrões e o amor ao trabalho.

A política no Brasil, segundo as opiniões expressadas em *O Apóstolo*, deveria mudar radicalmente após a extinção do elemento servil. Com o fim da escravidão, questões importantes se impunham à discussão entre aqueles que governavam, uma delas era a “organização sábia e duradoura do trabalho”⁴⁵³. A folha católica anunciou que a sua luta ainda não havia chegado ao fim e, por isso, não poderia contar vitória antes da hora. Faltava ao Brasil livre “um lei sobre a organização do trabalho”, que garantisse “à indústria, às artes, à lavoura e o futuro de paz e progresso da nação, como os deveres e os direitos do cidadão de uma pátria livre”⁴⁵⁴. Se os abolicionistas e os políticos foram “batalhadores a favor da liberdade, não [deviam] ser menos em benefício de sua [dos libertos] sorte e futuro”⁴⁵⁵, por isso cabia aos legisladores que aprovaram a lei da liberdade criar uma lei que evitasse a ociosidade, que castigasse a vagabundagem e o afugentasse dos vícios⁴⁵⁶. Sem a elaboração dessa lei para organizar o trabalho dos libertos, estes seriam entregues ao “pauperismo, à miséria e todo o cortejo degradante dos vícios”⁴⁵⁷.

Após a abolição restava ao governo “esquecer o passado” e cuidar do futuro, para que, “abraçando todas as classes sociais em suas condições”⁴⁵⁸, o país pudesse encontrar o progresso e as glórias. A população que acabava de “entrar no gozo de seus direitos civis” deveria ser alvo de medidas “previdentes e salutares”⁴⁵⁹ empreendidas pelo Estado. O objetivo era fazer uma “transformação benéfica”⁴⁶⁰ e confirmar a pureza e as glórias de tantas as manifestações de regozijo que tomaram conta do país depois da sanção da lei de maio de 1888.

A abolição da escravidão inseriu uma “população inteira sem instrução, sem princípios, sem educação”⁴⁶¹ na sociedade civilizada, por isso o governo deveria cuidar do futuro desses milhares de homens. Cabia ao Estado fazer dos libertos “trabalhadores

⁴⁵³ Idem.

⁴⁵⁴ *O Apóstolo*, 18 de maio de 1888.

⁴⁵⁵ Idem

⁴⁵⁶ Ibidem.

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ *O Apóstolo*, 23 de maio de 1888.

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Idem.

ativos, inteligentes e honestos”⁴⁶². *O Apóstolo* alertou o governo para a mendicância que se propagava “horriavelmente nesta corte”, para a vagabundagem que se estendia “por todos os pontos” e para a miséria que era “filha da preguiça” e se espalhava “de um modo assustador”⁴⁶³.

O Arcebispo da Bahia e Bispo Primaz do Brasil escreveu uma carta pastoral que foi publicada em *O Apóstolo*, no dia 25 de maio de 1888, cujo assunto era o futuro daqueles que acabavam de ingressar na liberdade. Dom Luiz recomendou que o amparo dos libertos fosse posto em prática o mais breve possível, a fim de providenciar meios de sobrevivência aqueles que foram lançados à própria sorte após a abolição da escravatura. Era preciso estabelecer esses homens e mulheres em alojamentos onde pudessem “ser agasalhados, procurados e contratados para o trabalho”⁴⁶⁴. Afinal, “passado o momento de entusiasmo, eles, homens afeitos ao trabalho, não se [negariam] a contratar-se para ganhar os meios de subsistência”⁴⁶⁵.

O Bispo da Bahia também convocou o governo a aderir a uma nova missão de caridade, na qual teria lugar a “intervenção franca e dedicada”⁴⁶⁶ do clero, dando direção, instrução e salvação às vidas desses libertos despreparados para desfrutarem da liberdade adquirida. Cabia ao clero conceder a essa população regressada do cativeiro a consolação da religião e o ensino da salvação das almas que, por meio da tutela, da instrução, com conselhos e direção, pudessem transpor as dificuldades e perigos que, segundo o Bispo, estava apenas começando “a respirar”⁴⁶⁷. O clero nacional usaria a caridade para com os libertos e colheria preciosos frutos para Igreja e para o céu⁴⁶⁸. Os eclesiásticos aliados ao Estado tinham a missão de zelar pelo futuro dos libertos. Um futuro de muito trabalho e longe das orgias na qual, segundo a concepção de D. Luiz, essa população recém conhecedora dos seus direitos civis foi acostumada a viver durante os anos que passou sob o regime escravista

Aos ingênuos que ainda não pudessem ser contratados para prestarem serviço honesto, *O Apóstolo* sugeria a educação e a instrução baseadas na moral e na religião⁴⁶⁹. O objetivo desse projeto direcionado às crianças de cor era formar um contingente de

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Idem.

⁴⁶⁴ *O Apóstolo*, 25 de maio de 1888.

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ Ibidem.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Idem.

⁴⁶⁹ *O Apóstolo*, 23 de maio de 1888.

trabalhadores obedientes e fiéis à determinação da Igreja romanizadora. Ficariam, assim, livres das libertinagens que, de acordo com o jornal, seria o destino mais provável caso o governo não tomasse nenhuma medida cabível. Era de responsabilidade do Estado providenciar casas de instrução e educação para essa “infância desvalida”, para que o futuro delas não se tornasse muito pior do que a condição em que viviam antes⁴⁷⁰.

A cidade do Rio de Janeiro, segundo *O Apóstolo*, estava “invadida de mendigos de todas as idades e de todas as nacionalidades”. Este fato foi visto como um “prenúncio do futuro que nos aguarda se não formos previdentes”⁴⁷¹. Ao observar esse cenário urbano, o jornal advertiu sobre a necessidade de cuidar mais do futuro da pátria do que do seu presente, afinal, “o que será da sorte do futuro dessas crianças, desses velhos, desses homens validos, mas sem educação e sem hábito do trabalho?”⁴⁷². O ex-escravo, no entendimento do *O Apóstolo*, não deveria tornar-se um agregado do seu ex-senhor e sim um pequeno agricultor, um trabalhador livre e, acima de tudo, “um trabalhador honesto, educado e consciente”⁴⁷³.

O jornal propunha a criação de asilos, de casa de instrução para as crianças desvalidas, escolas práticas destinadas aos ingênuos e aos libertos e leis e regulamentos a fim de evitar que fossem entregues aos vícios, a mendicância, a vagabundagem e a ociosidade⁴⁷⁴, também sugeriu a formação de colônias agrícolas onde os libertos pudessem ser admitidos⁴⁷⁵. Nesses locais, os herdeiros da escravidão deviam aprender a ler e a fazer uma arte, um ofício, além de adquirirem o hábito do trabalho⁴⁷⁶. Esse modelo de educação direcionado para os libertos respeitaria um regulamento para que entrassem na sociedade como homens “honestos, moralizados e úteis a pátria, trazendo o seu auxílio ao progresso e engrandecimento do país”⁴⁷⁷.

Em sua encíclica *In Plurimis*, Leão XIII declarou que não bastava considerar todos os escravos cidadãos livres, era preciso mais para o Brasil ter confirmada a sua caminhada no progresso e a entrada no rol das nações civilizadas. Para alcançar tal feito,

⁴⁷⁰ Idem.

⁴⁷¹ *O Apóstolo*, 18 de maio de 1888.

⁴⁷² Idem.

⁴⁷³ *O Apóstolo*, 27 de maio de 1888.

⁴⁷⁴ *O Apóstolo*, 16 de maio de 1888 e *O Apóstolo*, 23 de maio de 1888.

⁴⁷⁵ *O Apóstolo*, 18 de maio de 1888.

⁴⁷⁶ Idem.

⁴⁷⁷ Idem.

o Império precisava cuidar do futuro civil e religioso dessa população⁴⁷⁸. Em discurso pronunciado durante a entrega da Rosa de Ouro, o Bispo do Pará mencionou de forma elogiosa esse aspecto do documento papal. Para Dom Macedo da Costa, a encíclica continha “um apelo fervoroso aos Bispos brasileiros para a formação moral dos libertos, para que a liberdade lhes [fosse] útil; porque não [bastava] a liberdade, senhores, [era] preciso saber usá-la”⁴⁷⁹. Com essa lembrança da intervenção de Leão XIII a favor do futuro dos libertos, o prelado solicitava as autoridades presentes uma atenção especial a esses homens e mulheres que a pouco haviam conhecido a liberdade e necessitavam, no julgamento do clérigo, de um ensinamento para aprender usá-la com honestidade.

Ao continuar com o pronunciamento, Dom Macedo da Costa permaneceu apresentando a preocupação que compartilhava com o Papa a cerca do futuro dos libertos:

Não basta lançar no meio das nações populações embrutecidas e dizer-lhes: sois livres! O primeiro benefício exige outro: é preciso que ex-escravos e índios, uns embrutecidos pela escravidão e outros pelo excesso de liberdade, sejam reduzidos a formar populações homogêneas, instruídas, que possam entrar na grande faina do trabalho nacional.

[...]

O soberano Pontífice, na eloquente Encíclica, chama a atenção sobre as escolas, onde se instruem as populações embrutecidas, preparando-as para a vida social.

*A Igreja do Brasil, pela voz de seu Episcopado, põe a disposição do governo toda a sua atividade e todos os seus esforços para o fim designado de dar ao Estado cidadãos morigerados e à Igreja cristãos fervorosos*⁴⁸⁰.

Na concepção de D. Macedo, os ex-escravos haviam sido embrutecidos pelo cativeiro e, com a chegada da liberdade, deveriam aprender a vivenciá-la a fim de formar “populações homogêneas” e entrar na “faina do trabalho nacional”. Para que a harmonia da nação fosse mantida com a formação de uma população “homogênea”, os regressados da escravidão teriam um destino certo: o mundo do trabalho.

O Bispo do Pará lembrou que o próprio Papa, com toda a sua autoridade, alertou o Brasil para a necessidade de criação instituições de instrução voltadas para os libertos com o intuito de prepará-los para a vida social e livre. Esses homens e mulheres

⁴⁷⁸ LEÃO XIII. 1888. Op. Cit.

⁴⁷⁹ *O Apóstolo*, 4 de outubro de 1888.

⁴⁸⁰ *O Apóstolo*, 5 de Outubro de 1888. Resumo do discurso proferido pelo ... Op. Cit.

necessitavam de uma educação especial que lhes ensinassem a viver na liberdade após terem sido embrutecidos pela escravidão. Essa população sem instrução não saberia fazer um bom uso da liberdade que lhes estava sendo concedida e a confundiria com a ociosidade, de modo a abandonar o trabalho para viver da vagabundagem ⁴⁸¹.

Temerosos que os libertos passassem a viver num mundo ainda mais “imoral” do que aquele em que vivam no tempo do cativo, o clero brasileiro passou a defender a educação dessa população com o objetivo de os manterem em situação de dependência. Nesse sentido, a Igreja Católica do Brasil, por intermédio do seu episcopado, comprometeu-se a realizar esforços que pudessem contribuir para qualquer ação governamental cujo objetivo fosse transformar os libertos em “cidadãos morigerados” e “cristãos fervorosos” para engrossar o quadro do catolicismo brasileiro ⁴⁸².

Aos homens e mulheres que haviam sofrido os males da escravidão era reservada uma educação voltada para o mundo do trabalho, no qual permaneceriam as relações de dependência tão comuns nos tempos do cativo. Os libertos deveriam permanecer servindo e obedecendo a um senhor, a única diferença que agora a coerção não seria pela força do chicote e sim por meio de valores comportamentais e morais, como sugeriu *O Apóstolo*.

A ideia de instrução dos libertos foi acompanhada por uma valorização da capacidade de regeneração dos negros, após a sua preparação para viver em liberdade. O jornal *O Apóstolo* foi um grande defensor da perspectiva de que a “raça negra” teve uma grande importância para o desenvolvimento da nação, e chegou a afirmar que das três raças que participaram da nossa história, “a negra contribuiu com todas as forças de seu organismo” ⁴⁸³. O jornal comparou a contribuição dos negros aqui no Brasil com a que foi realizada “nas repúblicas espanholas”, e concluiu que na antiga colônia portuguesa “o elemento africano foi três vezes mais cooperativo” ⁴⁸⁴. Esse papel fundamental da “raça negra” no desenvolvimento da nação brasileira foi retardado pela “baixeza em que vivia”⁴⁸⁵ no tempo do cativo, quando os africanos e seus

⁴⁸¹ Idem.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ *O Apóstolo*, 27 de maio de 1888.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Idem.

descendente tiveram as suas “forças biológicas” e econômicas privadas pelo trabalho forçado nas fazendas ⁴⁸⁶.

Com a visão de que os negros haviam dado uma grande contribuição para o progresso do país, e só não cooperaram mais pela situação de opressão em que viviam, *O Apóstolo* também entrou em defesa da mestiçagem com um fator positivo do país. O brasileiro do futuro não seria, segundo o jornal católico, branco, nem negro, nem tão pouco indígena, “mas sim o produto das três raças” ⁴⁸⁷. A formação desse novo brasileiro foi atrasada pela perversidade dos senhores, que privaram a livre colaboração do negro nesse projeto de construção do “brasileiro do futuro” ⁴⁸⁸. Essa atitude dos fazendeiros, para *O Apóstolo*, poderia ser justificada pelo temor de que a união das raças levasse ao “aniquilamento paulatino da raça negra” ⁴⁸⁹ e, conseqüentemente, ao fim da escravidão. Foi “assim que a instituição escravocrata contribuiu para o atraso da mestiçagem, e conseqüentemente, para o atraso da formação do brasileiro do futuro” ⁴⁹⁰.

Com a valorização da mestiçagem como um importante fator para o progresso do país e a sua chegada na civilização, o negro não era mais visto como um atraso, e sim como um elemento engrandecedor. No entanto, ao mesmo tempo em que defendia a inserção do negro na construção da brasilidade, *O Apóstolo*, reforçava a ideia de homogeneização da população. A raça negra sofreria um desaparecimento paulatino, sobrevivendo apenas o resultado da sua mistura com outras “raças”. Por um lado, a visão sobre negro mostrou-se como silenciadora, pois tenta apagar o passado escravista por meio da celebração da mistura racial de forma harmônica. Mas por outro lado, mostrou-se inovadora, uma vez que propões a valorização do elemento africano para a construção da nacionalidade brasileira nos novos tempos de liberdade. A ideia da inexistência da distinção racial, porém, nas palavras de Wlamyra Albuquerque, “não era nova, já estava posta até mesmo no manifesto da Sociedade Brasileira Contra a escravidão, fundada em 1880, no Rio de Janeiro [...]. Conquistada a abolição, o argumento servia para defender a paz social” ⁴⁹¹.

Com a proposta de incentivar a mestiçagem e inserir, mas sem deixar de controlar, a população negra à nação brasileira em formação, *O Apóstolo* combateu de

⁴⁸⁶ Idem.

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ Idem.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op. Cit. 2010. p.102.

forma energética os defensores da imigração como uma solução para a questão da mão-de-obra no pós-abolição. Logo após a promulgação da Lei Áurea, o jornal advertiu para uma possível ilusão com a imigração estrangeira não se transformasse num esquecimento dos libertos que acabavam de entrar nos direitos civis⁴⁹².

Nessa defesa do liberto, em detrimento ao imigrante estrangeiro, *O Apóstolo* fez uso de um dos mandamentos da caridade, o de amar ao próximo como a si mesmo. Na concepção do jornal dentre o “o próximo” deveria ser distinguido os que estavam mais próximos, por qualquer que fosse os laços de proximidades⁴⁹³. Diante dessa “ordem tão racional” e cristã, a preferência deveria ser dada aos “irmãos pela pátria” diante daqueles que eram apenas pela humanidade, como eram “em geral os estrangeiros”⁴⁹⁴. Com um discurso de caráter religioso, *O Apóstolo* expressava a sua predileção política pelos libertos, que mesmo adeptos de um catolicismo popular não ameaçavam o domínio católico no Brasil.

O jornal católico era bastante enfático no combate à imigração e utilizava o argumento de que o incentivo dessa prática resultava diretamente num abandono do elemento nacional, como foi defendido em um editorial de maio de 1888:

[...] compreendemos que um brasileiro estrangeirado, e que se despreza de nossa nacionalidade, fique maravilhado com a ideia, o sonho dourado, de ver a nossa raça dentro em pouco tempo absorvida por outra que nos venha da França digo Europa, qualquer que ela seja, tanto mais quando se trata da raça germânica, o non plus ultra do ideal de todas as perfectibilidades humanas; mas que isto seja patriótico, que isto seja digno de estabilidades digo estadistas brasileiros que prezam o sentimento nacional, que isto seja mais legítimo exercício do mandato que tenha jurado bem executar aquele que acha tudo isso muito bom, e ainda pouco, Isto é o que podemos compreender, isto é o que nos faz ferver sangue brasileiro do qual nos honramos até exalar o último suspiro, isto é o que nos indigna, nos revolta, como deve revoltar a todo o brasileiro que esteja convencido do desprezo que nos votam a quase totalidade dos estrangeiros, que as custas do nosso mínguado recursos, e até de Fundo de Emancipação, como se pretende, fogem da vida angustiada e da indigência européia para vir partilhar as

⁴⁹² *O Apóstolo*, 18 de maio de 1888.

⁴⁹³ Idem.

⁴⁹⁴ Idem.

*nossa vantagens, e fazer a grandeza e a pujança física e moral de nosso país[...]*⁴⁹⁵.

A preferência pela utilização do trabalho do liberto em relação ao imigrante apareceu na fala do Bispo do Pará por ocasião da entrega da Rosa de Ouro à Princesa Isabel. No discurso realizado na cerimônia, D. Macedo defendeu que o Brasil não necessitava de “sangue novo”, mas sim de “preparar e educar o que já temos”⁴⁹⁶.

Na opinião divulgada pelo *O Apóstolo*, o liberto poderia prestar muitos serviços à nação, serviços que seriam realizados com mais eficácia do que os do imigrante⁴⁹⁷. Nesse sentido, a transformação do trabalho no Brasil, que ocorreu após a abolição da escravatura, não poderia ser tratada sem uma atenção especial sobre o

*[...] futuro dos ingênuos, dos libertos, dos nacionais, que vegetam na miséria, na pobreza e sacrificados à ganância dos imigrantes, que tem todos os privilégios, todas as garantias, terra, dinheiro, proteção, enquanto eles, os nacionais não podem obter um palmo de terra aonde trabalhem!*⁴⁹⁸.

O jornal convocava o governo para prestar atenção no elemento nacional, que nunca deveria ser desprezado, “o único que poderia restaurar a lavoura no Interior do Império”⁴⁹⁹. Por isso, de acordo com os editoriais de *O Apóstolo*, não havia necessidade de gastar “renda enorme com a vinda de brancos estranhos”. A imigração deveria ser espontânea e aqueles que procurassem o território brasileiro livremente teriam acolhimento⁵⁰⁰. Essa era a forma como a imigração deveria ser feita, pois se fosse forçada os brasileiros ficariam como favorecidos e “obrigados à gratidão”⁵⁰¹ em relação ao estrangeiro.

Para o jornal católico, em um país com mais “de 13 milhões de habitantes; todos trabalhando, não há mister para que se gaste tanto com a imigração forçada”⁵⁰². O discurso tenta ser democrático e afirmou que os portos do Brasil sempre estariam

⁴⁹⁵ *O Apóstolo*, 25 de maio de 1888.

⁴⁹⁶ *O Apóstolo*, 5 de Outubro de 1888. Resumo do discurso proferido pelo... Op. Cit.

⁴⁹⁷ *O Apóstolo*, 5 de Fevereiro de 1888.

⁴⁹⁸ *O Apóstolo*, 26 de Fevereiro de 1888.

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ *O Apóstolo*, 6 de junho de 1888.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² Idem.

abertos para que os estrangeiros viessem “por livre vontade” poupando “o que superfluamente” ainda pudesse gastar com a atração de imigrantes ⁵⁰³.

Com seu combate ao financiamento por parte do governo ao projeto imigracionista, *O Apóstolo* apresentou uma crítica ao projeto do Sr. Taunay, presidente da Sociedade Central de Imigração, que propunha o uso do fundo de emancipação para o patrocínio da imigração estrangeira. Se esse projeto fosse aprovado, as ruas, segundo *O Apóstolo*, ficariam “cheias de crianças abandonadas, vagabundas, que se preparavam para o crime, e quando puderam ser arrancadas do abismo não mereceram a atenção do governo”⁵⁰⁴. O jornal ainda fez uma convocação ao Estado: “cuide dessas crianças, que grande serviço prestará à nação” ⁵⁰⁵.

Com um discurso de valorização da capacidade dos negros de se regenerarem do suposto embrutecimento que haviam adquirido durante os anos do cativo, *O Apóstolo* criou uma trilha para o futuro da nação. O país deveria deixar de lado a imigração estrangeira e investir na educação e no cuidado aos libertos. Ao cuidarem dos regressados do cativo, o país estaria regenerando-os para que pudessem criar o amor ao trabalho e se tornassem trabalhadores honestos. Com esse contingentes de libertos dedicados ao trabalho a questão da mão-de-obra no pós-abolição estava solucionada, e o Brasil teria orgulho de uma população de cor reservada ao mundo do trabalho.

Para muitos dos prelados, os libertos deveriam ficar apenas no mundo do trabalho, um local na sociedade de fácil controle, afinal continuava sendo uma população de grande risco, principalmente, pelo seu potencial “imoral e de ociosidade”. Essa era a representação da população negra no círculo da elite eclesiástica brasileira, uma população que deveria ser vigiada para não colocar em risco a ordem social, na qual o clero possuía uma posição privilegiada. Apesar dos mulatos e dos crioulos serem “intelligentíssimos” ⁵⁰⁶ não poderiam ser mais do que trabalhadores honestos.

Além de serem destinados ao controle no mundo do trabalho, os libertos já conheciam e praticavam o catolicismo. Um catolicismo que mesmo não sendo o romanizado era preferível em relação ao protestantismo que entraria no Brasil junto com os imigrantes. Nesse sentido, a elite clerical do país, que bebia as águas da romanização e lutava contra a liberdade de culto e a propagação do protestantismo, defendia a

⁵⁰³ Idem.

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ Idem.

⁵⁰⁶ *O Apóstolo*, 5 de Fevereiro de 1888..

educação dos libertos, que também deveria ser moral e religiosa e combatia a imigração como a solução para questão da mão-de-obra.

A encíclica *In Plurimis* foi uma boa apresentação da proposta do clero sobre o futuro da nação com todos os homens de cor livres, que pode, inclusive, ser ilustrada em uma passagem desse documento papal:

*A cada um destes, tanto aos que já são livres como aos que vão ficá-lo, com zelo pastoral e com coração paterno apontamos alguns salutarens ensinamentos escolhidos nos oráculos do grande Apóstolo das nações. Apliquem-se eles a conservar religiosamente e a testemunhar com solícitude a sua lembrança e a sua **gratidão para com aqueles cuja iniciativa e obra devem o haverem recuperado a liberdade. Jamais se tornem indignos de tamanho benefício, e , tampouco, jamais confundam liberdade com a licença das paixões; ao contrário, sirvam-se dela como convém a cidadãos honestos, pelo trabalho de uma vida ativa, para o bem e para a glória da família e do estado. Cumpram assiduamente, não tanto por temor como por espírito de religião, o dever de respeitar a majestade dos príncipes, de obedecer aos magistrados, de observar as leis; abstenham-se de invejar as riquezas e a superioridade alheias, pois com dor se vê quão numerosos são, entre os pobres, aqueles a quem essa inveja tortura, e que multidão de instrumentos, cheios de iniquidades, ela fornece contra a segurança e a paz da ordem estabelecida. Antes, contentes com a sorte e com os seus bens, nada tenham tanto a peito nem nada desejem tanto com os bens celestes, para a obtenção doais foram postos no mundo e remidos por Cristo: sejam animados de piedade para com Deus, seu Senhor e Libertador; amem-no com todas as suas forças, observem-lhe com toda fidelidade os mandamentos. Rejubilem-se de ser filhos de sua Esposa, a Santa Igreja, e esforcem-se por ser perfeitos e por corresponder, tanto quanto puderem, ao amor dela pelo seu próprio amor.***

*Insisti, Veneráveis Irmãos, para que os libertos sejam profundamente imbuídos destes ensinamentos, a fim de que, como acima de tudo desejamos, e como é também vosso desejo e de todas as pessoas de bem, especialmente a religião colha abundantemente e sinta para sempre em toda extensão do Império os frutos da liberdade outorgada*⁵⁰⁷. [grifos meus]

Na encíclica escrita por Leão XIII foi apresentada a necessidade de educar os libertos a fim de despertar em seus espíritos a gratidão para com aqueles que

⁵⁰⁷ LEÃO XIII. 1888. Op. Cit.

outorgaram a liberdade, ou seja, para com os senhores que concediam a alforria e a Princesa Isabel, que dias após a elaboração do documento papal assinou a Lei Áurea. Além disso, o Papa pede que fosse ensinado aos libertos o amor ao trabalho honesto e assim evitasse a inveja da “riqueza e da superioridade alheias” que poderia causar uma ameaça a ordem estabelecida. Ao apresentar essas ideias, o Papa Leão XIII expressou os principais valores que foram defendidos pelo jornal católico *O Apóstolo* e pelos membros do clero brasileiro.

O Apóstolo, de acordo com Martha Abreu, expressava a decisão moral da elite eclesiástica brasileira de integrar os libertos à sociedade, posicionando-se contra as teorias científicas racistas tão em voga durante o século XIX ⁵⁰⁸. O grande lema do pensamento emancipacionista católico, de acordo com a autora, era a manutenção das relações de dependência pela gratidão. Além disso, a liderança católica, segundo Abreu, defendia um projeto educacional moral de amor ao trabalho para evitar a ociosidade dos libertos ⁵⁰⁹. O jornal católico demonstrava a grande preocupação que a elite eclesiástica possuía em relação à educação dos libertos, que deveriam seguir os princípios de justiça, trabalho, caridade e religião ⁵¹⁰. Nesse sentido, Martha Abreu afirmou que o jornal pedia ao governo investimentos na instrução dos libertos, mas uma instrução moral e religiosa que garantisse a continuidade da ordem e da religião oficial ⁵¹¹.

Essa educação para os libertos só era possível devido a crença do *O Apóstolo* na capacidade de regeneração moral dos negros livres. Os horrores da escravidão haviam criados homens brutos, ignorantes e despreparados para a vida em liberdade. Esse argumento, segundo Martha Abreu, reforçava alguns preconceitos sofridos pelos negros, mas ao mesmo tempo os valorizavam enquanto seres humanos capazes de serem incorporados à sociedade livre. Nas palavras da autora, o jornal “sempre valorizou e defendeu a capacidade – e as vantagens – de os libertos [...] serem incorporados ao mercado de trabalho livre e a nação católica, em detrimentos dos imigrantes estrangeiros”⁵¹².

Assim como a defesa da capacidade dos libertos de se regenerarem, o pensamento católico também pregava a manutenção dos laços cristãos de gratidão e

⁵⁰⁸ ABREU, Martha. Op. Cit. 2001.

⁵⁰⁹ Idem.

⁵¹⁰ Ibidem.

⁵¹¹ Idem.

⁵¹² Idem. p.91.

dependência pessoal. Esse era o futuro que O *Apóstolo*, como representante das ideias da elite eclesiástica brasileira, pretendia para os libertos, um futuro com moralidade, obediência e muito trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo a historiografia não mencionou a atuação dos membros da alta hierarquia da Igreja Católica no processo abolicionista. A relevância das ações dos eclesiásticos foi mencionada pelo abolicionista Joaquim Nabuco, que a considerou como essencial para uma vitória mais rápida do movimento libertador⁵¹³. Por isso, era fundamental analisar as estratégias utilizadas por esse grupo social para nortear as ações e colocá-las em concordância com os seus interesses.

Ao adentrar por caminhos metodológicos distintos do que já foram percorridos, identifiquei um clero ativo na busca da liberdade das almas que viviam no cativeiro. Com fontes que traziam informações sobre as ações dos clérigos no processo abolicionista procurei identificar os seus significados, e como disse E. P. Thompson “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto”⁵¹⁴.

Desta maneira, as informações trazidas nas fontes possuíam um significado próprio no contexto em que foram produzidas. O meu trabalho era procurar entender a existência e os significados do pensamento antiescravista católico no contexto da busca pela liberdade, que foi vivenciada de modos distintos pelos brasileiros da segunda metade do século XIX. Nestas circunstâncias a ação do clero era mais um elemento que compunha a magistral luta pelo fim da escravidão e pela disputa da memória da abolição.

Assim como muitos outros grupos sociais que, de diferentes formas, se envolveram no processo abolicionista, a elite eclesiástica propunha um roteiro próprio para a conquista da liberdade. Esse roteiro estava em concordância com os seus interesses e, por isso, entrou em embates com outros projetos de abolição. Foram esses conflitos, no entanto, que construíram a realidade social na qual as fontes que utilizei foram produzidas. As contradições e embates também apreciam dentro do próprio discurso dos clérigos, apesar de alguns pontos comuns, em outros não havia uma concordância entre todos os membros do alto clero brasileiro.

⁵¹³ NABUCO, Joaquim. Op. Cit. 1883.

⁵¹⁴ THOMPSON. E. P. “Folclore, Antropologia e História Social”. IN: Antonio Luigi Negro & Sergio Silva (orgs.) **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. P. 243

Chamo a atenção para o fato de que se esses elementos conflitivos, que dão à realidade um aspecto contraditório, não fossem considerados, corria-se o risco de construir um ambiente social estático, à custa da exclusão de elementos sociais atuantes na realidade que se pretende retratar. Nesse caso a opção pela redução da escala de observação para tentar se aproximar das experiências vivenciadas contribui para identificar os choques de interesses entre diferentes grupos sociais ⁵¹⁵.

Com essa redução de escala foi possível identificar um projeto emancipacionista empreendido pelo clero brasileiro. Esse projeto mostrava-se como uma alternativa tanto ao projeto conservador quanto a um projeto mais radical, pois, como salientou Martha Abreu, eram bandeiras de luta que não poderiam ser resumido ao interesse das elites liberais, e “nem esteve intensamente subordinado às conveniências dos senhores escravistas” ⁵¹⁶.

Na busca pelos significados desse pensamento antiescravista católico, o jornal religioso *O Apóstolo* tornou-se uma ferramenta fundamental por trazer impressas as concepções do clero. Foi nesse jornal, que encontrei as principais diretrizes sobre o caminho construído sob a perspectiva eclesiástica para ser percorrido até chegar ao fim do cativeiro no Brasil. Estes princípios norteadores do pensamento antiescravocrata católico, expresso em *O Apóstolo* foram reafirmados em outras fontes históricas, como nos discursos dos prelados, nas cartas pastorais, entre outras.

As publicações do jornal católico, nas palavras de Martha Abreu, “sustentaram ideologicamente um processo de abolição gradual, hierarquizado, dentro da ordem e garantidos dos laços de dependência que uniam senhores e escravos” ⁵¹⁷. Esse processo seria alcançado por meio de incentivos à concessão de alforrias e a gratidão como uma forma de manter a obediência do ex-escravo para com o seu ex-senhor. Para o pensamento católico antiescravista, era essencial a manutenção das relações de dependência pela gratidão, pois eram essas relações que garantiriam a harmonia das relações raciais no Brasil.

Em 1887, parte do clero abandonou o gradualismo e passou a defender uma abolição imediata, mas sem qualquer medida que pudesse alterar a ordem social estabelecida. Ao considerar apenas o último ano de vida da escravidão, José Oscar Beozzo, afirmou que a Igreja Católica manteve-se afastada de qualquer movimento que

⁵¹⁵ GINZBURG; CASTELNUOVO & PONI. Op. Cit.

⁵¹⁶ ABREU, Martha. Op. Cit. 2001.

⁵¹⁷ Idem. p.81.

pregasse a libertação dos cativos até meados de 1887. O resultado da pesquisa aqui apresentado, no entanto, revelou que já havia discursos antiescravistas antes de 1887, porém, foi a partir desse ano que a atividade libertadora do clero tornou-se mais recorrente e afastada da proposta de uma abolição gradual. Além disso, ela foi fundamental para o despertar de um sentimento religioso pró-abolição que contribuiu para aumentar as fileiras do emancipacionismo e para formular uma alternativa às destinações propostas para os libertos.

Durante a luta pelo fim do cativo, os membros do clero apoiaram as medidas tomadas pelo governo, e tentaram fixar na memória coletiva as suas atuações nessa transformação que estava em andamento na sociedade brasileira, no final do século XIX. Na própria encíclica *In Plurimis*, o Papa Leão XIII lembrou de outros personagens da história eclesiástica que engrossaram as fileiras do catolicismo na marcha pela liberdade. Essa reafirmação foi uma estratégia utilizada pelos religiosos para esconder o apoio que membros da Igreja Católica dispensaram à instituição escravista durante o período colonial. Os clérigos diziam que ao longo da história eles haviam denunciado os horrores da escravidão, e apontaram para o empecilho que a presença do cativo representava para o progresso do Brasil.

O clero nacional assumiu uma posição contrária a redução do escravo à condição de coisa, que havia provocado a entrega dos negros aos vícios e ao ócio que degradou a raça negra. Na percepção da elite eclesiástica brasileira, a escravidão gerava uma degeneração moral do escravo e, por isso, quando conquistava a sua liberdade, abandonava o trabalho e se entregava aos vícios, à ociosidade e à libertinagem. Com esse discurso, ao mesmo tempo em que reforçava os preconceitos raciais sofridos pela população de cor, o clero também adotou discurso favorável à integração e educação dos libertos. A defesa de políticas educacionais voltadas para a população liberta expressava a crença na capacidade intelectual dos negros, que havia sido apenas estancada pela situação do cativo que reduziu essa população ao *status* de coisa. Os ocupantes dos altos cargos eclesiásticos pregavam a adoção de um ensino moral e religioso destinado aos libertos, um ensino capaz de lhes ensinar o bom uso da liberdade. Sem essa instrução, os ex-escravos não saberiam utilizar a liberdade que “receberam”, pois a experiência do cativo semeou a imoralidade em seus espíritos.

Ao governo foi atribuída a responsabilidade da criação de escolas para educar os libertos e os ingênuos. Nessas instituições o governo poderia contar com a participação

do clero no que tocasse à instrução religiosa. O objetivo era formar bons féis para engrossar as fileiras do catolicismo no Brasil, sobretudo com fiéis que praticasse o catolicismo condizente com as determinações provenientes do Vaticano. Tal observação é reforçada pelo fato de que o grande desafio da corrente da elite eclesiástica ultramontana era controlar a expansão das práticas populares do catolicismo. Nesse desafio, o maior obstáculo residia no controle sobre as irmandades comandadas por leigos, que segundo os romanizadores, eram mais preocupados com os aspetos temporais do que os espirituais das celebrações religiosas. As festas organizadas pelas irmandades eram acusadas pelos reformadores ultramontanos de exaltar o profano e permitir práticas lascivas, extinguindo qualquer espírito religioso dessas comemorações. O clero romanizado queria a exclusividade da liderança e da orientação do culto religiosos. Para alcançar esse fim, houve uma valorização das festas realizadas sob controle do bispado e a desvalorização da devoção aos santos populares, trocados pelo incentivo ao culto à Virgem Maria e a Jesus Cristo ⁵¹⁸.

A intervenção na prática popular do catolicismo sofreu restrições da oposição à Igreja empreendida pelos liberais exaltados, maçons e positivistas que eram contra a união entre a Igreja e o Estado, a falta de liberdade religiosa e de consciência, o domínio católico sobre a educação e o combate da Igreja à imigração. Diante dessas críticas crescentes, a Igreja Católica deveria se fortalecer e, para isso, não poderia tratar as práticas do catolicismo popular como um culto divergente. Foi criado, então, um espaço de tolerância, não em relação às irmandades, mas sim para as práticas religiosas populares e afrobrasileiras. Para aceitar esses cultos do catolicismo popular, foi utilizado o argumento da defesa da nacionalidade contra o importado. Essa tolerância foi a forma encontrada pelo clero romanizado de manter o culto externo católico, necessário para fazer frente aos inimigos do catolicismo ⁵¹⁹.

Com os ataques sofridos pela Igreja Católica, os libertos passaram a ser aliados importantes do catolicismo, mas que deveriam ser disciplinados com noções de obediência e resignação. Diante dessa situação do catolicismo na segunda metade do século XIX, a campanha dos eclesiásticos pela incorporação dos libertos como nacionais e não como degenerados se justificava. Os libertos deveriam passar por um aprendizado não só religioso e moral, que lhes ensinassem a viver de modo honesto na

⁵¹⁸ ABREU, Martha. Op. Cit. 2001.

⁵¹⁹ Idem.

liberdade, mas também deveriam apreender um ofício que lhes garantissem meios de sobrevivência após a conquista da liberdade.

Em sua campanha pela integração dos libertos à nação brasileira, o clero indicava um local que estava reservado para eles: o mundo do trabalho. A questão da mão-de-obra do pós-abolição estava resolvida pelo aproveitamento dos braços dos negros. Essa ideia foi utilizada para combater a imigração, que segundo os prelados era desnecessária, e a renda que por ventura fosse utilizada para atrair os estrangeiros deveria ser utilizada na educação dos libertos. Na valorização do trabalhador nacional, em detrimento ao imigrante, estava explícita uma estratégia para conter e evitar uma possível expansão do protestantismo no Brasil. Afinal, mesmo que não manifestassem respeito às determinações romanas, os libertos eram católicos, sobretudo por terem encontrado nessa religião um espaço de sociabilidade e resistência.

Para a população formada pelos ex-escravos e os seus descendentes foi reservada uma educação que garantisse a sua permanência no mundo do trabalho, evitando, assim, uma substituição pelos imigrantes. Esse destino criado para os libertos, após a conquista da liberdade, fazia parte do projeto de uma abolição com a manutenção das posições sociais estabelecidas ainda no tempo do cativo e do catolicismo com a religião oficial do Império.

Com essas propostas, a Igreja Católica, representada neste trabalho pelo alto clero romanizado, participou efetivamente do processo emancipacionista brasileiro. Diferentemente do que foi consagrado pela historiografia, a elite eclesiástica lutou pela liberdade de milhares de escravos, luta que teve um início tímido na década de 1870 com a defesa da Lei do Ventre Livre, e se intensificou na década de 1880. A ação desse grupo, porém, possuía uma lógica própria que atendia aos seus interesses, que respondia à sua posição privilegiada na ordem social da sociedade brasileira que vivenciava um momento de transformações sociais.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

1. Periódicos:

- *Jornal do Comércio*
- *O Apóstolo*
- *O Estado de São Paulo*
- *A Província de S. Paulo*
- *Correio Paulistano*
- *Cidade do Rio*
- *Revista Ilustrada*
- *O Amigo do Escravo*

2. Fontes Manuscritas

- Carta Pastoral do Bispo Dom Benevides pela extinção do elemento servil.
- Estatuto da Associação Marianense Redentora dos Cativos.
- Encíclica Papal *In Plurimis*, sobre a abolição da escravatura.
- Mensagem do Episcopado Brasileiro pela entrega da Rosa de Ouro

3. Fontes Impressas

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. 1825.

AZEREDO COUTINHO, D. José Joaquim. “Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate de Escravos da Costa da África”. IN: *Obras econômicas de J. J. de Azeredo Coutinho, 1794-1804*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966. P.231-307.

ESBERARD, João. *A Rosa de Ouro*, Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos. 1888.

FONSECA, Luís Anselmo da. *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. Original de 1887.

MALHEIROS, Perdigão. *Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis, Vozes/INL, 1976. 2v

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Best bolso, 2010. O original foi escrito em 1883.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Martin Claret. Coleção obra prima de cada autor. 2004. Textos escritos entre os anos de 1893 e 1899.

ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope resgatado, Empenhado, Sustentando, Corrigido, Instruído e Libertado: Discursos teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758*. Petrópolis: Vozes. 1992.

4. Livros, Artigos e Teses:

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

_____. “Pensamento Católico, Abolicionismo e Festas Religiosas no Rio de Janeiro”. IN: Marcos Pamplona (org.). *Escravidão, Exclusão e Cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilca. “O Movimento Negro Contemporâneo” IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia 1964 ...* (Vol.3). Civilização Brasileira, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880 -1900)*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. “A vala comum da ‘raça emancipada’”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. In: *História Social: Revista dos Pós-graduandos em História da Unicamp*. N° 19, segundo semestre de 2010.

AZZI, Riolando. “A Igreja e a escravidão”. IN: *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. PP.181-190.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA: Marta Emisia Jacinto. “Sobre História: Imprensa e Memória”. In: MACIEL, Laura; ALMEIDA, P. KHOURY, Y. (ORG). *Outras histórias: memórias e linguagens*. SP: Olho D’água. Dezembro/ 2006. p.262-272.

BENSA, Alban. “Da micro-história a uma antropologia crítica”. IN: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BEOZZO, José Oscar. “A Igreja na crise final do Império (1875-1888)”. In: *História Geral da Igreja no Brasil*. Tomo II, segunda época – século XIX. Editora Vozes: Petrópolis, 1980. P.257-295.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política” IN: RIOX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Editorial Estampa. 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL, *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 116 (1996). Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A Abolição como problema histórico e Historiográfico. In: Idem (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1988

CARDOSO, Ciro F. S. “Sobre los modos de producción coloniales da América” IN: ASSAUDORIAN, Carlos Sempat, ET AL. *Modos de producción em América Latina*. Córdoba, Cuaderno de passado e presente (40).

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A formação da almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Cidadania: tipos e percursos”. IN: *Estudos Históricos*, n. 18, 1996. Rio de Janeiro, FGV.

_____. (org.) *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Escravidão e Razão Nacional”. IN: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999,

_____ & BETHELL, Leslie. *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos: correspondências 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks.

CARVALHO, Mariza Soares. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVII*. Civilização Brasileira, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. “Medo Branco de almas negras: escravos líberos e republicanos na cidade do Rio”. IN: *Discursos Sediociosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Sumará.

COOPER, Frederick, HOLT, Thomas C. & SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ª edição revisada e ampliada – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COTA, Luiz Gustavo Santos. “‘Ora pro nobis’: uma breve consideração sobre as idéias de escravidão, liberdade e abolição no discurso católico brasileiro”. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, Vol. IX, ano 5, nº1, julho de 2010. www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

DAIBERT JÚNIOR, Robert. “Entre o trono e o altar: o Terceiro Reinado e o abolicionismo católico na redenção dos cativos”. *Anais Eletrônico do XV Encontro Regional de História – Seção Minas Gerais da Associação nacional de História (ANPUH-MG)*: ANPUH-MG, São João Del Rei . 2006.

_____. *Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro, Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro: UCA/Ed.34, 2000.

GINZBURG, Carlo & CASTELNUO, Enrico & PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. IN: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

_____. “O Inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações”. IN: *Idem. A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3ª Edição, 2005.

_____. “História, historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões”. IN: SOHIET, BICALHO & GOUVÊA. *Culturas Políticas*, Rio de Janeiro, Mauad. 2005.

GOMES, Tiago de Melo. “Para além da casa da Tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930” IN: *Revista Afro-Ásia*, n.29/30, 2003. pp.175-198.

HALL, Stuart. “Identidade Cultural e diáspora”. IN: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

LARA, Silvia Hunold & PACHECO, Gustavo. *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVI, Giovanni. “Introdução”. IN: *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Sobre a micro-história”. IN: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992. P.135.

LUTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais da década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. “Calçamento e Batatas: o Conselho Municipal e a Cidade (Capital Federal, 1892-1902)”. IN: M. Abreu, R. Soihet e R. Gontijo. *Cultura Política e leituras do pasado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?” IN: R. Soihet, F. Bicalho e M. F. Gouvêa. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensaio de história e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

- _____. “História e Cidadania: por que ensinar história hoje?” IN: M. Abreu e R. Soihet (org.). *Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologia*.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Zahar, Rio de Janeiro, 1967.
- MARTINS, Robson Luís Machado. *Os caminhos da liberdade*. Campinas: São Paulo. Unicamp/CMU, 2005.
- MATTOS, Hebe. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- _____. *Das Cores do Silêncio: os significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995.
- MARZANO, Andréa. “Ascensão social, participação política e abolicionismo popular na segunda metade do século XIX”. IN: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- NAPOLITANO, M. & WASSERMAM, M. C. “Desde que o Samba é Samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira”. *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n. 39, 2000.
- PEIXOTO, Maria do Rosário & CRUZ, Heloisa de Faria. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. IN: *História: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história*. PUC-SP, n° 35. São Paulo: Dezembro2007. p.255-272.
- REIS, João & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência escrava no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- _____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SANTOS, Cláudia. “Liberdade com Terra”. IN: *Nossa História*. Ano3, n°33, julho 2006. p.70-73.
- _____. “Um retrato do império: abolição e propriedade na trajetória de Henrique Beuarepaire Rohan” IN: *Ler história*. N° 58. Lisboa, 2010. p. 181-199.
- _____. “Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?”. IN: FILHO, Daniel Aarão Reis (org.), *Intelectuais, História e Política*. 7 Letras. p. 54-74.
- SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. IN: P. Burke (org.). *A Escritura da história: Novas perspectiva*. São Paulo, UNESP, 1992.

SILVA, Eduardo. “Integração, Globalização e Festa. A Abolição da Escravatura como História Cultural. IN: Marcos Pamplona (org.). *Escravidão, Exclusão e Cidadania*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

_____. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. Companhia das letras, São Paulo, 2003.

SODRÉ, Alcindo. “Isabel a Redentora, e a Rosa de Ouro”. In: *Revista Católica de Cultura*. Fascículo 5. Petrópolis: Vozes. Setembro/outubro 1943. P.596-600.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

_____. “Folclore, Antropologia e História Social”. IN: Antonio Luigi Negro & Sergio Silva (orgs.) *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro, 2007.

_____, Renato Pinto & PRIORE, Mary Del. “Emancipacionistas, abolicionistas e escravistas”. IN: *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. P.249- 259.